MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES
E DOCUMENTAÇÃO

# RELATÓRIO
## 1973

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES DA DIVISÃO DE
DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES
E DOCUMENTAÇÃO

# RELATÓRIO
## 1973

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES DA DIVISÃO DE
DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA
1976

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES
E DOCUMENTAÇÃO

# RELATÓRIO
# 1973

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES DA DIVISÃO DE
DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA
197[illegible]

# ÍNDICE

# INTRODUÇÃO

Coerente com os princípios básicos de sua política externa, o Brasil marcou sua presença na comunidade das nações durante o ano de 1973 pela busca incessante da Paz e da Justiça na relação entre os Estados. Em todas as áreas, tanto nos foros bilaterais quanto nos multilaterais, a política brasileira é de entendimento, colaboração e diálogo construtivo.

No âmbito americano, a ação diplomática brasileira procurou alargar nossa colaboração com os países da área, aos quais estamos ligados por vínculos sólidos de tradicional amizade e por interesses resultantes de fatores geográficos e históricos comuns. Nesse sentido, a diplomacia brasileira explorou as possibilidades de cooperação, não apenas através da atividade contínua e regular das Missões diplomáticas, mas ainda através de visitas empreendidas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores a países da área. Revestiu-se de significado especial o encontro de Sua Excelência o Senhor Presidente da República com o Dr. Rafael Caldera, Presidente da Venezuela, no posto fronteiriço assinalado pelo marco BV-8.

Não menos relevante foi a visita ao Brasil, de 25 a 27 de abril de 1973, do Presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner. Nessa oportunidade foram assinados a Declaração Conjunta e o Tra-

tado para o Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Paraná, conhecido como Tratado de Itaipu.

Atos ou projetos de interesse comum deram forma à aproximação com países limítrofes, tais como, entre outros, os referentes ao aproveitamento do rio Pipiriguaçu (Brasil-Argentina), à consideração do financiamento do Fundo de Desenvolvimento Boliviano, aos estudos resultantes da II Comissão Mista Brasil-Colômbia de Cooperação Econômica e Técnica. De alta relevância mencionem-se especialmente o Tratado de Itaipu, assinado com o Paraguai, o Convênio para Transporte Marítimo, com o Peru, o acordo destinado a ampliar o programa de aproveitamento da Lagoa Mirim, com o Uruguai.

No âmbito do Tratado da Bacia do Prata, teve continuidade o tratamento dos temas referentes à ação comum na região, especialmente no que se refere a transportes, comunicações, educação e turismo.

Na Organização dos Estados Americanos (OEA), a atividade mais significativa em 1973 foi a continuidade dos trabalhos de análise de sua estrutura, para oportuna reformulação. Trata-se de tema prioritário ao qual o Brasil e os demais parceiros do sistema interamericano dedicam atenção particular. O processo de reforma teve início na Assembléia Geral de 1973 e se prolongará pelo tempo necessário para que a Comissão Especial de Reestruturação do Sistema Interamericano possa desincumbir-se da missão que lhe foi confiada.

Com os países da Europa Ocidental, manteve-se o clima de entendimento e cooperação que caracteriza nossas relações mútuas. As reuniões de Comissões Mistas buscaram o equacionamento dos interesses bilaterais do Brasil com cada país do continente. Encetaram-se iniciativas destinadas a explorar formas de intercâmbio e cooperação compatíveis com a condição do Mercado Comum Europeu de principal parceiro comercial do Brasil.

As corretas relações com os países de economia centralizada caracterizaram-se pelo crescimento das trocas comerciais, nas quais as exportações brasileiras passaram de 123,5 milhões de dólares em 1970 para 421,4 milhões em 1973. Os saldos da balança de comércio que se vêm acumulando a favor do Brasil justificaram produtivas negociações com autoridades dos países da área para equacionar novas modalidades de intercâmbio e formas de restabelecer o equilíbrio de comércio. Entre as medidas concretas adotadas deve-se fazer referência à autorização de abertura de escritórios comerciais de países socialistas no Rio de Janeiro e, no terreno das relações bilaterais, ao estabelecimento de relações entre Brasil e República Democrática Alemã.

As relações com a África ganharam impulso com a visita do Ministro Mario Gibson Barboza a nove países da região, em 1972, iniciativa continuada neste exercício, com nova visita, desta vez à África Oriental. Também o Brasil recebeu importantes visitas de missões oficiais de autoridades africanas, como os Ministros do Exterior do Zaire e da Costa do Marfim, o Ministro do Planejamento da Costa do Marfim, o da Agricultura da Tanzânia, o dos Transportes e Obras Públicas da Nigéria, o do Governo Local de Gana.

Durante o ano, estabeleceram-se relações diplomáticas com as Repúblicas da Guiné, Serra Leoa e Gabão. A República do Zaire abriu sua Embaixada em Brasília, havendo o Quênia anunciado a mesma intenção. Foram assim elevadas para 13 as representações africanas junto ao Governo brasileiro, das quais seis efetivas e sete cumulativas.

As potencialidades da cooperação do Brasil com os países do Oriente Próximo orientaram a ação do Itamaraty na área. Com vistas a estreitar amizades e criar interesses recíprocos, o Ministro Mario Gibson Barboza visitou o Oriente Próximo num gesto que teve sua seqüência com o estabelecimento de Embaixadas em Bagdá e Jeddah. Criaram-se ainda, em caráter cumu-

lativo, a nível de Encarregados de Negócios residentes, as Embaixadas em Trípoli e no Coveite, já em fase de instalação.

A Assembléia Geral da ONU tem-se constituído em foro privilegiado de debates acerca dos temas cruciais de interesse mundial. As grandes linhas da Política Externa brasileira e nossos pontos de vista sobre tais temas foram expostos pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, abrindo o debate geral da XXVIII Sessão da Assembléia Geral.

O Brasil participou, outrossim, de reunião da Comissão Consultiva Marítima Intergovernamental sobre Poluição Marinha. Merece especial menção a presença brasileira na I Sessão do Conselho para o Meio Ambiente, que aprovou o Plano de Ação Mundial para o Meio Ambiente, com base nas recomendações da Conferência de Estocolmo, de 1972.

O Brasil tem caracterizado sua adesão ao objetivo de reduzir as distâncias que separam as nações ricas das nações pobres, sem perder de vista a necessidade de salvaguardar nossos objetivos permanentes e de manter o ritmo acelerado de desenvolvimento obtido pelo país nos últimos anos. Ressaltem-se, nesse sentido, a atuação brasileira nos trabalhos preparatórios das Negociações Comerciais Multilaterais, iniciadas em 1973, no âmbito do GATT, em que formamos entre os originadores da adaptação a essas negociações concretas do tratamento preferencial e diferenciado para os países em desenvolvimento; e o Acordo Brasil-CEE, assinado em Bruxelas, a 19 de dezembro de 1973, que, entre outros assuntos, assegurou a inclusão de importantes produtos da exportação brasileira no esquema de preferências gerais e não discriminatórias da Comunidade.

A promoção comercial efetivou-se através da maior disseminação de informações, principalmente por meio da revista **Comércio Exterior** e das coleções de orientação comercial. O Programa de Promoções Diretas teve por objetivo colocar o exportador brasileiro (e seu produto ou serviço) em contato direto

com o importador estrangeiro através da participação da indústria nacional em 38 feiras e exposições internacionais.

A atuação cultural do MRE no exterior centrou-se na difusão do idioma português e de material informativo sobre o Brasil. O fomento ao intercâmbio científico e tecnológico é aspecto importante dessa atuação. Nesse particular, a Divisão de Ciência e Tecnologia, de criação recente, realizou estudos destinados a servir de subsídio à formulação da política externa no campo da ciência e da tecnologia.

A transferência da Secretaria de Estado para Brasília, em 1970, propiciou o início da tarefa de modernização e racionalização dos serviços do Ministério, que se desenvolveu este ano por estudos e projetos no campo das comunicações, sistematização das informações e documentação, bem como, no que se refere à estrutura de pessoal, pela transposição dos Cargos do Grupo Diplomacia (Decreto n.º 72.024, de 29 de janeiro de 1973).

# AMÉRICAS

## AMÉRICA SETENTRIONAL

### CANADÁ

Foi aberto em São Paulo um escritório de representação comercial da Província de Ontário, com o objetivo de promover contatos entre empresários canadenses e brasileiros.

Outros acontecimentos dignos de menção foram: a) a aprovação pelo Governo brasileiro do projeto de cooperação canadense para a execução de um estudo de viabilidade econômica da região de Suruaca, no Estado do Espírito Santo; e b) a visita ao Canadá do Ministro das Minas e Energia, Professor Antonio Dias Leite Junior, durante a qual se estabeleceram contatos com as autoridades canadenses para a execução de um projeto de levantamento aerofotogramétrico de recursos naturais no Estado de Goiás.

### ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

As relações entre os Estados Unidos da América e o Brasil mantiveram-se em conformidade com a tradicional amizade que une os dois países e dentro do espírito que levou os Presidentes

Médici e Nixon, em 1971, "a estabelecerem uma base para o prosseguimento das consultas sobre questões mundiais, hemisféricas e bilaterais de interesse mútuo".

Dentre os assuntos que, no âmbito das relações bilaterais de natureza política, mereceram atenção, sobressaem:

## Intercâmbio de Visitas de Autoridades Brasileiras e Americanas

O espírito de entendimento mútuo e o propósito de realizarem-se consultas recíprocas, mencionadas pelos dois Presidentes em 1971, deram origem a um intenso intercâmbio de visitas de autoridades brasileiras e americanas, entre as quais: a) do Secretário de Estado William Rogers a Brasília, de 22 a 23 de maio, quando se entrevistou com os Senhores Presidente e Vice-Presidente da República, Ministro das Relações Exteriores, Presidentes do Senado, da Câmara de Deputados e do Supremo Tribunal Federal, e outras altas autoridades; b) do Senador republicano James Pearson, da Foreign Policy Study Commission; c) do Deputado William Robert Poage, Presidente do Comitê de Agricultura da Câmara de Representantes dos Estados Unidos da América, acompanhado de uma comitiva de oito membros do aludido Comitê; d) do United States National War College e do United States Industrial College Armed Forces; e) do Deputado Thomas L. Ashley e outros parlamentares e técnicos americanos que visitaram, a convite do INCRA, o Projeto Altamira, na Rodovia Transamazônica; f) do Embaixador Malgren, que manteve conversações com autoridades brasileiras sobre negociações comerciais multilaterais, a lei de Comércio Exterior (Trade Bill) e seu sistema de preferências, têxteis e outros assuntos; g) do Doutor John Hopo Franklin, Chefe do Departamento de História da Universidade de Chicago, ex-membro da Comissão Fullbright, Professor de História norte-americana e especialista em assuntos concernentes à raça negra; h) do Senhor Thomas Sanders, da revista **Field Staff Report,** com o objetivo de preparar um estudo sobre o meio ambiente

e política populacional; i) do Senhor Elmer Lower, Diretor da **ABC News,** filiado à cadeia nacional de televisão da **American Broadcasting Corporation,** com a finalidade de inteirar-se de diversos aspectos da cidade de Manaus e da região amazônica.

Dentre as visitas de personalidades e entidades brasileiras aos Estados Unidos da América merecem registro:

1) as dos Ministros de Estado: a) do Planejamento e Coordenação Geral, João Paulo dos Reis Velloso, a Los Angeles, Chicago e New York, a fim de estabelecer contatos com associações comerciais e financeiras norte-americanas; b) da Fazenda, Antonio Delfim Netto, para contatos com autoridades comerciais e monetárias norte-americanas; c) das Minas e Energia, Antonio Dias Leite Júnior;

2) do Estado-Maior das Forças Armadas, sob a direção do General-de-Exército Arthur Duarte Candal Fonseca e integrada por vinte e três oficiais superiores do Exército, Marinha e Aeronáutica, que visitaram organizações militares norte-americanas, com o objetivo de estudar assuntos relacionados com a estrutura e a doutrina militar dos Estados Unidos da América; e

3) a da Escola Superior de Guerra, a organizações militares e civis norte-americanas.

## Atividades Espaciais

O Itamaraty participou dos entendimentos para a assinatura de acordos relativos à continuação das atividades da Estação de Rastreamento de Satélites de São José dos Campos (Estação 2008) e à execução do projeto Geração e Propagação de Ondas de Rádio de Baixa Freqüência, a cargo do Instituto de Atividades Espaciais, do Brasil, e do Laboratório de Pesquisas de Cambridge, dos Estados Unidos da América.

**Comissão Mista Executora do Acordo**
**Brasil-Estados Unidos da América de Serviços Cartográficos**

O Itamaraty, como nos anos anteriores, participou dos trabalhos da Comissão acima mencionada, criada por acordo entre os dois países em 1952. Por motivos financeiros e técnicos, apresentados pelo Governo norte-americano, não se pôde restabelecer o Projeto SHIRAN, relativo aos trabalhos de levantamento aerofotogramétrico do território nacional.

**Assuntos Militares**

O Itamaraty acompanhou a participação da Marinha do Brasil na Operação UNITAS, em coordenação com a Marinha dos Estados Unidos da América e de outros países do Continente. Assunto que igualmente mereceu a atenção do Ministério das Relações Exteriores foi a assinatura de contratos entre a Embaixada do Brasil em Washington e o Departamento de Defesa dos EUA para a aquisição de equipamentos para as Forças Armadas brasileiras.

**Acordos**

Cumpre registrar ainda a realização dos seguintes acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos da América:

1. Acordo sobre Cooperação no Campo de Investigação, relativo ao Sensoreamento Remoto, e Memorando de Entendimento entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a NASA, concluído em Washington, em 6 de abril de 1973; e

2. Acordo relativo às Atividades dos Voluntários do Corpo da Paz no Brasil, efetivado em Brasília, em 18 de junho de 1973, por troca de notas.

## AMÉRICA CENTRAL

### COSTA RICA

Como convidado oficial do Governo brasileiro, visitou o País, no período de 19 a 27 de maio, o Ministro da Agricultura e Pecuária da Costa Rica, Senhor Fernando Batalla Esquivel.

Na ocasião, o Ministro Batalla teve a oportunidade de entrevistar-se com os Senhores Ministros das Relações Exteriores e da Agricultura, Governador do Rio Grande do Sul, Presidente do IBC, Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo e Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

A visita do Ministro Batalla transcorreu em ambiente de grande cordialidade e constituiu um marco para o fortalecimento das relações entre o Brasil e a Costa Rica. O ilustre visitante e sua comitiva assistiram em Brasília à exposição do Ministro Moura Cavalcanti, da Agricultura, sobre a política agrária brasileira, a fixação de colonos nas agrovilas construídas ao longo da Transamazônica e o cultivo e a comercialização dos principais produtos agrícolas brasileiros. Em Campinas, o Ministro Batalla assistiu a palestra no Instituto de Tecnologia de Alimentos e no

Instituto Agrícola; na Capital de São Paulo, foi recepcionado pelo Secretário da Agricultura e pelo Presidente da Companhia de Armazéns Gerais; em Porto Alegre, foi homenageado pelo Governador Euclides Triches, que lhe ofereceu, como recordação de sua passagem por aquele Estado sulino, a Medalha do Gaúcho. Ainda no Rio Grande do Sul esteve em diversos estabelecimentos agrícolas e agroindustriais.

Em decorrência da visita do Ministro Batalla, deverão vir ao Brasil técnicos costarriquenhos para estágios de especialização no Instituto de Tecnologia de Alimentos e no Instituto Agronômico.

### MÉXICO

A fim de estabelecer contatos com autoridades e empresários brasileiros, com vistas ao aumento do intercâmbio comercial entre os dois países, visitou o Brasil, no período de 22 a 31 de julho, o Senhor Carlos Torres Manzo, Ministro da Indústria e Comércio do México, acompanhado de autoridades governamentais e empresários mexicanos.

O Ministério das Relações Exteriores desempenhou um papel ativo na vinda da Missão Torres Manzo, através de trabalhos preparatórios, coletas de dados e material relativos aos diferentes aspectos das relações com o México, e participação em todos os contatos mantidos.

Da referida Missão faziam parte, entre outros, os senhores José Rodriguez Torrez, Diretor-Geral da Aeronáutica Civil; Francisco Alcalá Quintero, Diretor-Geral do Banco Nacional de Comércio Exterior S/A; Miguel Mancera, Subdiretor-Geral do Banco do México S/A; Julio Faesler Carliste, Diretor-Geral do Instituto Mexicano de Comércio Exterior; Jesus Silva Herzog, Diretor do Instituto do Fundo Nacional para Habitações dos Trabalhadores; Francisco Javier Alejo, Diretor do Fundo de Cultura Econômica; Henrique Ruiz Garcia, Diretor do Centro de Documentação e

Estudos Internacionais; Carlos Yarza Ochoa, Presidente da Confederação Nacional de Câmaras Industriais; e Miguel Blasquez, Presidente da Confederação de Câmaras de Comércio.

Os principais temas tratados foram: maior vinculação financeira e bancária; mecanismos de pagamentos; transportes marítimo e aéreo; turismo; programa habitacional popular e abastecimento recíproco de material de construção; incremento do intercâmbio comercial; acordo de complementação industrial; criação de uma empresa mexicano-brasileira de comércio exterior; participação do México em companhia multinacional para comerciar o café; posição de ambos os países quanto à Conferência Extraordinária das Partes Contratantes da ALALC e nas negociações do GATT.

Os contatos estabelecidos a nível oficial e privado pela Missão mexicana asseguraram uma maior aproximação e incremento das relações econômicas entre os dois países, traduzidas pelos seguintes projetos:

1 — estabelecimento de linhas de crédito para facilitar a troca de equipamento e serviços técnicos entre os dois países;

2 — criação de uma linha aérea direta entre Brasil e México;

3 — aproveitamento conjunto da rede de armazéns dos dois países para facilitar suas exportações e reduzir custos;

4 — maior participação de indústrias brasileiras fornecedoras de equipamento para usinas de açúcar e transporte ferroviário no mercado mexicano;

5 — intensificação do turismo entre os dois países, mediante ultimação de acordo de intercâmbio turístico;

6 — criação de empresa binacional de comércio, de caráter privado, a qual deverá ser constituída com capital

mínimo de US$ 800 mil — cerca de Cr$ 4,8 milhões — mas com capital social a integralizar de mais de US$ 3 milhões — Cr$ 18 milhões — quando, então, poderá tornar-se uma **trading company,** nos moldes regulados pelo Banco Central do Brasil e Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil;

7 — seleção de setores industriais nos quais empresários dos dois países possam estabelecer empreendimentos conjuntos **(joint ventures).** Tal idéia de complementação foi logo colocada em prática, pois a Volkswagen do Brasil e a do México firmaram um protocolo que prevê intercâmbio de partes e peças de automóveis dos dois países, em valor que ultrapassará, nos próximos dez anos, 400 milhões de dólares. A empresa brasileira comprometeu-se a fornecer à congênere mexicana conjuntos CKD (desmontados), câmbios completos, conjuntos de motor e peças para montagem ou reposição; e a importar, da mexicana, eixos traseiros, chassis auxiliares e suportes de suspensão. Somente no biênio 1974-1975, as operações de importação e exportação poderão render 20 milhões de dólares, correspondendo a 30% do atual nível de comércio entre o Brasil e o México;

8 — aumento das compras e das vendas de produtos que podem ser negociados dentro do Acordo de Complementação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Reafirmou-se, por conseguinte, o posicionamento do Brasil em relação à ALALC, isto é, no sentido de apoiar a execução do Tratado de Montevidéu;

9 — necessidade de participar mais intensamente do GATT, a fim de poder beneficiar-se mais de suas prerrogativas;

10 — abertura prevista de escritório do Banco Nacional do Comércio Exterior do México;

11 — ida do Ministro Pratini de Moraes ao México;

12 — exame da possibilidade de o México vir a aderir à Sociedade Multinacional dos Produtores de Café.

Em setembro, o Governo brasileiro houve por bem manifestar ao Governo mexicano seu propósito de apoiar a criação, em Brasília e na cidade do México, dos Comitês Permanentes previstos no § VI da Ata Final da I Reunião da Comissão Mista Brasil-México, realizada em Brasília de 5 a 8 de outubro de 1970, os quais teriam, entre outras, as funções de "acompanhar a marcha das recomendações que se adotem na Comissão Mista; analisar os problemas que surjam no desenvolvimento das relações econômicas recíprocas, fazendo as recomendações pertinentes; apresentar um relatório de suas atividades, antes da reunião da Comissão Mista".

Além de contribuir para o fortalecimento da Comissão Mista, que não voltou a se reunir, a criação dos referidos Comitês Permanentes terá a utilidade de permitir às autoridades governamentais acompanhar mais de perto as atividades dos setores empresariais quanto à promoção das relações econômicas, comerciais e financeiras entre o Brasil e o México.

## NICARÁGUA

A ajuda do Brasil às vítimas do terremoto que destruiu Manágua desdobrou-se da seguinte forma:

a) em 6 de janeiro, partida do navio-transporte Barroso Pereira, do Rio de Janeiro, com víveres, remédios, roupas e viaturas;

b) em 9 de janeiro, entrega de um jipe com equipamento de rádio para operação do contingente militar que se encontrava na Nicarágua;

c) em 10 de janeiro, envio de 950 toneladas de milho e 6 veículos, sendo dois caminhões, três utilitários, e uma camioneta Kombi, cedidos aos nicaragüenses;

d) abertura de crédito de dois milhões de dólares pelo Banco do Brasil ao Banco da Nicarágua;

e) atendimento do **waiver** referente à restituição integral das contribuições feitas pela Nicarágua no âmbito da Organização Internacional do Café, como resultado de proposta encaminhada pelo Brasil;

f) apoio concedido pelo Brasil ao apelo da Nicarágua, formulado aos países do GATT, para que eliminem, ou diminuam, as restrições e taxas alfandegárias que incidem sobre produtos oriundos daquele país;

g) doação de US$ 400.000,00 (quatrocentos mil dólares), feita pelo Governo brasileiro, através do Ministério da Educação e Cultura, à Universidade Centro-Americana da Nicarágua.

PANAMÁ

Durante a realização do III Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, em abril, o Ministro Gibson Barboza reiterou ao seu colega do Panamá, Senhor Juan Antonio Tack, o convite para visitar o Brasil.

Em 4 de setembro foi inaugurada, com a presença do Ministro Delfim Netto, da Fazenda (que foi recebido em audiência especial pelo Presidente da República do Panamá, Senhor Demetrio Lakas), do Presidente do Banco do Brasil, Senhor Nestor Jost, e do Presidente do Banco Central, Senhor Ernane Galvêas, a décima terceira agência do Banco do Brasil no exterior.

# AMÉRICA DO SUL

## ARGENTINA

As relações brasileiro-argentinas refletiram em alto grau a importância de uma convivência entre dois vizinhos que, dadas a ampla faixa de interesses comuns e complementaridade de suas economias, tendem necessariamente para o caminho da cooperação.

O fluxo de comércio aumentou sensivelmente no período em apreço, havendo atingido a cifra global de US$ 583 milhões e 172 mil dólares, nos dois sentidos, contra US$ 329 milhões e 425 mil dólares registrados em 1972.

Estudos efetuados pela Embaixada do Brasil em Buenos Aires, a nível de produto, mostraram uma estreita interdependência de mercados para uma grande quantidade de mercadorias do intercâmbio. Conforme foi verificado, o Brasil absorveu em 1973 mais de 75% do total de certas exportações argentinas, havendo produtos em que tal percentual ultrapassou os 90%. Em contrapartida, é também bastante significativa a participação das importações argentinas nas exportações globais de determinados produtos brasileiros, sobretudo em manufatura-

dos, com numerosos itens com participação acima de 90%. Em 1973, o Brasil foi o segundo principal comprador mundial de produtos argentinos, havendo a Argentina ocupado o nono lugar entre os principais mercados de exportação para mercadorias brasileiras.

Com base no Convênio assinado em 14 de março de 1972, entre a Eletrobrás C/A e Agua y Energía Eléctrica, prosseguiram muito satisfatoriamente os estudos conjuntos Brasil-Argentina, em nível técnico, para o aproveitamento hidrelétrico do trecho limítrofe do rio Uruguai e de seu afluente, rio Pipiri-Guaçu.

Nesse período, foi concluída a primeira fase prevista no citado Convênio, qual seja a de compilação, organização e análise das informações existentes. A isso se seguiu o início da segunda fase relativa ao inventário das possibilidades de aproveitamento e recomendação de um programa de estudos de viabilidade, que, embora ainda não concluída, já aponta para resultados concretos, tais como a possibilidade de aproveitamentos nas localidades de Roncador-Panambi, São Pedro e Garruchos, com uma potência total de aproximadamente 4 milhões de quilowatts.

Ainda no ano de 1973, celebraram as autoridades aeronáuticas dos dois países uma reunião de consulta, ao amparo do Acordo Aéreo concluído em 1948. Nessa oportunidade, foram passados em revista temas de interesse comum, havendo sido decidido, na ocasião, o prosseguimento do exame do assunto em uma próxima reunião, a ser celebrada com a possível brevidade.

## BOLÍVIA

As relações entre o Brasil e a Bolívia reativaram-se notadamente a partir de 1971, para alcançar, em 1973, seu mais alto nível de entendimento e expressar-se em realizações concretas que concorrem para acelerar o processo de desenvolvimento de ambos os países.

O encontro entre os Presidentes Médici e Banzer, em 1972, a visita ao Brasil do Chanceler Gutierrez, no mesmo ano, e as reuniões da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Cooperação Econômica e Técnica, realizadas em 1971 e 1972, constituíram-se em pontos de partida para a adoção de um elenco de medidas que visam a maior integração física e econômica entre os dois países, consolidadas sobretudo no ano de 1973.

Nesse sentido, a fim de atender solicitação boliviana, o Governo brasileiro, em 7 de fevereiro, baixou o Decreto-lei n.º 1.257, que estende às borrachas naturais beneficiadas, importadas de qualquer procedência, pelo porto de Guajaramirim, o tratamento concedido ao produto em bruto pelo Convênio de Comércio Inter-Regional de 1958, independentemente da obrigatoriedade de consumo ou transformação na região fronteiriça, mas sujeita a quotas fixadas anualmente pelo Conselho Nacional da Borracha. Com este dispositivo, visa o Brasil a dar possibilidades de escoamento para a borracha laminada boliviana, fabricada nas regiões fronteiriças.

Em fins de abril e princípio de maio, missão técnica brasileira efetuou, na Bolívia, estudos preliminares relativos à ligação ferroviária Santa Cruz-Cochabamba. Iniciava-se, destarte, a efetivação do compromisso assumido pelo Brasil durante o encontro presidencial de 1972.

Em 9 e 10 de julho, o Ministro Mario Gibson Barboza esteve em visita oficial a La Paz. A Declaração Conjunta assinada durante a visita trata da importação de gás natural boliviano pelo Brasil e da cooperação brasileira para implantação de complexo industrial em território boliviano, além de colaboração, entre outros, nos campos da tecnologia e dos transportes.

Em 25 de setembro, foram trocadas, em La Paz, as Notas Reversais que aprovam as Normas de Financiamento do Fundo de Desenvolvimento. Assim, fica o Fundo, que já conta com recursos da ordem de US$ 1,8 milhões, apto a financiar os projetos que lhe venham a ser apresentados e que se coadunem

com a finalidade para a qual foi criado, ou seja, a de financiar estudos e obras que beneficiem as zonas de influência da Ferrovia Corumbá-Santa Cruz de La Sierra, contribuindo direta ou indiretamente para o andamento de sua rentabilidade e para um maior intercâmbio econômico entre o Brasil e a Bolívia.

Entre os dias 12 e 30 de novembro, reuniram-se em Brasília delegações de alto nível do Brasil e da Bolívia para continuar as negociações sobre complementação industrial entre os dois países. Ao término das conversações, subscreveu-se a Ata de Cooperação entre o Brasil e a Bolívia no Campo dos Hidrocarbonetos, Siderurgia e outros Projetos Industriais Correlatos, a qual prevê a constituição de um Comitê Brasileiro-Boliviano, que coordenará os critérios para elaboração dos estudos de viabilidade para o fornecimento de 240 milhões de pés cúbicos de gás natural, por dia, ao Brasil e para implantação de um pólo de desenvolvimento industrial em território boliviano.

### CHILE

No plano comercial, o Ministério empenhou-se na promoção da venda de produtos brasileiros ao Chile, mediante créditos num valor total de 64 milhões de dólares, bem como na participação do Brasil na Feira Internacional de Santiago (FISA), que se realiza anualmente na capital chilena. A medida exata do êxito comercial brasileiro é dada pelo considerável aumento das exportações brasileiras ao Chile.

No plano financeiro, além dos referidos créditos, ressalta-se o fato de ter sido o Banco do Brasil a única entidade estrangeira do gênero a sobreviver à política de estatização do Governo chileno.

Em outubro, as relações econômicas chileno-brasileiras ganharam novo impulso, graças à vinda ao Brasil de uma missão encabeçada pelo Presidente do Banco Central do Chile, General Eduardo Cano. A missão se entrevistou com altas autoridades

do Ministério da Fazenda, do Banco Central e do Itamaraty, realizando profícuo levantamento do intercâmbio comercial e das relações financeiras entre ambos os países. Na oportunidade, o Banco Central se comprometeu a colocar, dentro de seis meses, à disposição de seu congênere chileno uma linha de crédito de US$ 50 milhões.

Em abril, foi aprovado pela Presidência da República o relatório do Grupo Interministerial de Trabalho que procedera, desde os fins de 1972, à análise da situação e das perspectivas de evolução das relações econômico-financeiras entre o Brasil e o Chile. O relatório conclui pela necessidade de reanimar-se a Comissão Especial de Coordenação Chileno-Brasileira, criada em 1966, como foro global das negociações destinadas a robustecer e ampliar o intercâmbio entre ambos os países.

No âmbito cultural, a Embaixada em Santiago, encarregada da supervisão do Centro Brasileiro de Cultura, tem desenvolvido uma ação promocional da cultura brasileira que abrange a realização de cursos de Português, com a adoção, a partir de 1970, do método audiovisual, a projeção de filmes e irradiação semanal de programas de meia-hora nas rádios Sudamérica e Mineiria, ambas em Santiago,

No campo humanitário, em 1973, o Brasil promoveu a arrecadação e envio de donativos para as vítimas do terremoto ocorrido naquele país. Após a eclosão do movimento militar de setembro de 1973, o Brasil providenciou a remessa para o Chile de volume significativo de medicamentos, bem como de gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Sobrevinda, em 11 de setembro de 1973, a mudança do regime chileno, o Brasil reconheceu, em 13 do mesmo mês, o governo da Junta, presidido pelo General Augusto Pinochet.

## COLÔMBIA

As relações entre o Brasil e a Colômbia, prosperaram em bases

concretas, graças a um elenco de medidas que tiveram por escopo o estreitamento dos vínculos políticos, econômicos, comerciais e culturais entre os dois países.

Durante a visita do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil à Colômbia, em junho, os dois países celebraram o Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia, instrumento esse essencial para a preservação do meio ecológico e utilização racional dos recursos naturais renováveis da região.

A Declaração Conjunta assinada pelos dois Chanceleres reiterou o interesse de ambos os países em: a) fomentar os fluxos de comércio bilateral, inclusive mediante a disposição do Governo brasileiro de efetuar estudos de mercado para a comercialização no Brasil de produtos colombianos; b) realizar a II Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Colombiana de Cooperação Econômica e Técnica; c) promover as exportações colombianas para a Zona Franca de Manaus; d) manter conversações com vistas à criação de entidade-piloto binacional para realizar estudos de viabilidade técnico-econômica de uma ação conjunta no setor do carvão; e) agilizar os mecanismos financeiros destinados a ampliar os programas de cooperação técnica.

Ainda em junho, uma missão de técnicos brasileiros, integrada por representantes do Conselho Nacional da Indústria Siderúrgica, da Companhia Siderúrgica Nacional e da Companhia Vale do Rio Doce, esteve na Colômbia para verificar as possibilidades de empreendimento conjunto brasileiro-colombiano na exploração das reservas carboníferas colombianas. A referida missão orientou a coleta de amostras de carvão colombiano (que estão sendo atualmente submetidas a testes de laboratório e provas semi-industriais na Companhia Siderúrgica Nacional), visitou diversas regiões do país com vistas à construção de um porto adequado ao escoamento do carvão eventualmente extraído na

Cordilheira Oriental da Colômbia e manteve frutíferos contatos com autoridades colombianas.

De acordo com recomendação da Declaração Conjunta dos Chanceleres, de junho de 1972, realizou-se, em Brasília, em outubro de 1973, a II Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Colombiana de Cooperação Econômica e Técnica. A Agenda da referida reunião constou dos seguintes itens:

a) intercâmbio comercial: obstáculos à sua intensificação, medidas governamentais de ambos os países para estimular o comércio bilateral e estudos de mercado;

b) complementação industrial e empresas binacionais: medidas governamentais com relação ao capital estrangeiro, carvão, petróleo e outros setores (equipamento pesado para hidrelétricas e fábricas de cimento, etc.);

c) cooperação técnica, intercâmbio científico e tecnológico: intercâmbio de técnicos e cientistas, projetos em fase de implementação ou a serem implementados e áreas prioritárias de cooperação;

d) transportes: marítimo, rodoviário e fluvial;

e) polítia financeira: abertura de linhas de crédito;

f) assuntos amazônicos: delimitação de zonas de integração, livre-trânsito e navegação, utilização mútua dos aeroportos, interconexão dos sistemas de telecomunicações em zonas fronteiriças, sistemas de câmbio das moedas, associação industrial na área, desenvolvimento do turismo, cooperação técnica e estudos de mercado.

### EQUADOR

Em fevereiro, realizou-se, em Quito, a II Reunião da Subcomissão de Cooperação Econômica e Técnica da Comissão Mista

Brasil-Equador, que abordou os seguintes itens em sua agenda de trabalho:

a) assuntos econômicos: foram analisadas as possibilidades de adoção de medidas capazes de incrementar o intercâmbio comercial, propiciar a utilização mais efetiva da Zona Franca de Manaus e criar condições para a complementação industrial entre os dois países, através de intercâmbio de informações e de contatos empresariais diretos. O Brasil reivindicou facilidades de armazenamento aduaneiro em um porto do Pacífico, para produtos exportados e importados pelo Brasil, durante o período em que San Lorenzo não apresentar condições satisfatórias de operação;

b) transportes: reiterou-se a necessidade de adoção de medidas de suporte financeiro para a construção da rodovia Lago Agrio-Puerto Putumayo; da participação de firma brasileira na construção do trecho Otavalo-San Lorenzo e nas obras do Porto de San Lorenzo; do envio de novo avião da Força Aérea Brasileira para executar o levantamento aerofotogramétrico do trecho Ibarra-San Lorenzo; e da realização de estudos ecobatimétricos do rio Napo e das instalações portuárias em Francisco Orellana e Nuevo Rocafuerte;

c) cooperação científica e técnica: confirmou-se o oferecimento do Brasil no sentido de colaborar com o Hospital Carlos Andrada de Marín, de Quito, mediante assessoramento de dois peritos em medicina nuclear, e de receber técnicos equatorianos, nos campos do aperfeiçoamento e treinamento em energia nuclear, hidrocarbonetos, pesquisa rodoviária, política aduaneira, administração pública e empresarial, colonização e desenvolvimento regional e amazônico.

Em julho, dentro do espírito da política brasileira de intensificação de cooperação e estreitamento dos laços de amizade

com o Equador, o Ministro Mario Gibson Barboza empreendeu visita àquele país onde assinou, em 12 de julho, com o Chanceler equatoriano, Declaração Conjunta que, no âmbito das relações bilaterais registra o interesse de ambos os países em: a) realizar exposições e participar em feiras de promoção, a fim de intensificar o fluxo comercial bilateral, reconhecido como pouco significativo em relação ao comércio global de ambos os países, e efetuar estudos de mercado para a comercialização, no Brasil, de produtos equatorianos; b) adotar medidas que visem a desenvolver a navegação fluvial amazônica e a ampliar e melhorar a rede de comunicações das regiões amazônicas de ambos os países; c) manter entendimentos que visem a evitar a dupla tributação da renda; d) implementar as tarefas necessárias para execução do projeto da Via Interoceânica, ou seja, complementação dos estudos hidrográficos do rio Içá (Putumayo); levantamento ecobatimétrico do rio Napo; e conclusão dos levantamentos aerofotogramétricos entre Ibarra e San Lorenzo, iniciados no final de 1972.

## GUIANA

As relações entre o Brasil e a Guiana ganharam relevo pela realização, de 22 a 24 de agosto, em Georgetown, da I Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Guianense de Cooperação Econômica, criada pela Declaração Conjunta firmada por ocasião da visita oficial do Ministro Gibson Barboza àquela Capital, em novembro de 1971. Essa reunião apresentou resultados auspiciosos para a consolidação das boas relações entre os dois países, dado o perfeito entendimento alcançado em todos os itens da Agenda, como segue:

a) intercâmbio comercial: reconheceu-se a necessidade de incrementar o comércio bilateral. A delegação brasileira dispôs-se a propor a seu Governo a elaboração de estudos de mercado para produtos guianenses na região amazôni-

ca do Brasil; igualmente, manifestou o interesse do País em importar da Guiana bauxita com baixo teor de ferro e em exportar para aquele país tijolos refratários de bauxita;

b) entreposto de depósito franco: a Guiana dispôs-se a fornecer instalações para um entreposto de depósito franco no porto de Georgetown para produtos importados e exportados pelo Brasil, que assim passa a dispor de vantagens adicionais na utilização da estrada Georgetown-Lethem, em fase de conclusão, para escoamento de produtos da Amazônia;

c) assuntos financeiros: o Brasil aceitou as garantias oferecidas pelo Governo guianense para a utilização da linha de crédito concedida em 1971 e acordou em conceder condições mais favoráveis para compras em bloco, superiores a 1 milhão de dólares norte-americanos;

d) conexão rodoviária: acertaram-se medidas para acelerar o início dos trabalhos para a construção, pelo Brasil, da ponte sobre o rio Takutu, bem como para efetivar novas iniciativas com vistas à prestação de assistência técnica, pelo Brasil, para a execução do programa rodoviário guianense;

e) cooperação em matéria de desenvolvimento regional: fixaram-se programas de cooperação por intermédio da SUDAM e do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará com órgãos indicados pelo Governo guianense.

### PARAGUAI

As relações brasileiro-paraguaias se caracterizaram, em 1973, por estreita colaboração. O acontecimento de maior relevância foi a visita ao Brasil, de 25 a 27 de abril, do Presidente Alfredo Stroessner. Naquela oportunidade, foi assinada Declaração

Conjunta e o Tratado para o Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Paraná, conhecido como Tratado de Itaipu.

O referido ato internacional, cujos instrumentos de ratificação foram trocados na capital paraguaia em 13 de agosto de 1973, marca um novo período histórico das relações entre os dois países, devendo o aproveitamento hidrelétrico projetado permitir a obtenção de energia em um montante de aproximadamente 10.000.000 KW, a custo total orçado em cerca de dois bilhões de dólares.

Para levar avante este gigantesco empreendimento binacional, foi criada, pelo referido Tratado, a entidade ITAIPU, com capital de US$ 100 milhões de dólares, divididos em partes iguais entre Brasil e Paraguai, que será dirigida por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva com representação paritária.

Após a assinatura do Tratado de Itaipu, passaram os negociadores das Altas Partes Contratantes a negociar um Protocolo Adicional sobre Direito do Trabalho e Previdência Social, que visa a regular as relações a serem estabelecidas entre a ITAIPU e seus trabalhadores, nesse campo específico, e que também regulará as relações trabalhistas entre os empreiteiros e subempreiteiros e seus trabalhadores.

Já foram negociadas e assinadas duas Notas, de números 7 e 8, em cerimônia ocorrida em Brasília, em 1.º de novembro. A primeira Nota dizia respeito à questão da conversibilidade dos recursos recebidos pelo Paraguai, em decorrência do disposto na alínea **b** do Artigo XVIII do Tratado e em seu Artigo XV. Já a Nota n.º 8 definia o entendimento do Brasil e do Paraguai quanto aos atos unilaterais a que faz referência o Artigo XVIII daquele ato internacional.

Os pontos principais das relações Brasil-Paraguai foram reunidos na já citada Declaração Conjunta e nas duas Atas Finais emitidas por ocasião da visita da Missão do Governo brasileiro

a Assunção e da vinda da Delegação paraguaia ao Brasil, respectivamente em outubro de 1973 e em dezembro do mesmo ano.

A missão do Governo brasileiro que esteve em Assunção, de 3 a 7 de outubro, foi chefiada pelo Doutor Henrique Flanzer, Secretário-Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, e teve como objetivo entrar em contato com as autoridades paraguaias a fim de que fossem estudadas medidas que visassem à implementação do que ficou acordado na Declaração dos Presidentes.

A fim de se dar prosseguimento às reuniões em Assunção, entre autoridades e técnicos brasileiros e paraguaios, esteve no Brasil, de 9 a 14 de dezembro, uma Delegação paraguaia, chefiada pelo Dr. Delfim Ugarte Centurión, Ministro da Indústria e Comércio. A Ata Final das reuniões levadas a cabo no Rio de Janeiro, em Brasília e em São Paulo, sintetizava todo o programa de cooperação a ser empreendido pelos Governos dos dois países.

No campo dos transportes, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem do Brasil concluiu os estudos de viabilidade para a construção da estrada Encarnación-Puerto Presidente Stroessner. O Governo brasileiro estudará a forma de colaborar na construção e pavimentação da mencionada estrada. Estudarão também as autoridades brasileiras a melhor maneira de cooperar para que as cidades de Brasília e Assunção sejam unidas por estrada de rodagem direta, passando ao Norte do território paraguaio.

O Departamento Nacional de Estradas de Ferro do Ministério dos Transportes do Brasil deverá concluir, em breve, estudo de viabilidade para interconexão da rede ferroviária paraguaia, a partir de Assunção, com a do Brasil, através de um ponto na fronteira de ambos os países.

Com o fim de incrementar as vendas paraguaias para o mercado brasileiro, e dentro do que ficou estabelecido no Plano de Ação em Favor do Paraguai, no âmbito da ALALC, o Governo do Brasil contratou a firma brasileira Astel para que realizasse um estudo e pesquisa de mercado visando à colocação de produtos paraguaios no Brasil e às possibilidades de instalação e localização de indústrias no Paraguai.

O Governo brasileiro comprometeu-se a cooperar técnica e financeiramente para a instalação de uma usina siderúrgica no Paraguai. Ficou também estipulado que o Brasil examinaria a possibilidade de prestar assistência técnica e de conceder recursos para aumentar a capacidade produtora da fábrica de cimento de Vallemi.

O Banco do Brasil havia aberto, em 1972, duas linhas de crédito ao Paraguai: uma de US$ 10.000.000,00 destinada à importação paraguaia de máquinas, equipamento e insumos agrícolas do Brasil; e outra, de US$ 1.000.000,00 para o auxílio à produção agrícola, em especial à racionalização e ao cultivo da soja e do algodão. Em dezembro de 1973, o Governo brasileiro destinou Cr$ 6.000.000,00 para o Programa Global de Cooperação Técnica e Econômica Brasil-Paraguai e, em março deste ano, concedeu um empréstimo de US$ 3.000.000,00 para custear a instalação de redes de água potável em diversas cidades do interior paraguaio.

Por acordos firmados em 1941 e 1956, o Brasil comprometeu-se a conceder ao Paraguai entrepostos de depósitos francos nos portos de Santos e Paranaguá, respectivamente. O entreposto de depósito franco em Paranaguá está sendo utilizado normalmente.

O Governo paraguaio tem o maior interesse no desenvolvimento integral da região do Alto Paraguai, mormente devido à próxima construção da usina hidrelétrica de Itaipu, que deverá deslocar para aquela área grande número de trabalhadores. O Brasil estuda a maneira de emprestar ao Governo paraguaio

sua colaboração nesse campo. Já foram iniciados entendimentos com uma firma brasileira, com vistas a um estudo preliminar da área.

Os Governos do Brasil e do Paraguai estão em conversações com o fito de assinarem um acordo para evitar a bitributação.

### PERU

A 12 de abril de 1973 subscreveu-se em Lima o convênio sobre Transporte Marítimo entre Brasil e Peru, com o objetivo de promover o comércio recíproco mediante o fortalecimento e adequada proteção de suas respectivas marinhas mercantes.

Em junho, o Chanceler Mario Gibson Barboza visitou Lima a convite do Governo peruano, em retribuição à visita que o Chanceler Mercado Jarrin fizera ao Brasil em 1971. Reiteraram, então, a posição coincidente das duas nações diante do Direito do Mar e em outros domínios em que a condição de países em desenvolvimento os aproxima e abre oportunidades para a formação de frentes comuns. No âmbito bilateral, acordaram sobre a necessidade de se convocar nova reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, para prosseguir nos estudos e trabalhos realizados pela primeira reunião com ênfase nos aspectos relacionados com a conexão das respectivas redes de transportes interiores, a adoção de medidas para incrementar e diversificar o comércio bilateral, e o exame das oportunidades de integração econômica e complementação industrial. Nesse particular, recomendaram expressamente detido estudo das possibilidades de empreendimento conjunto no setor do cobre e de formas de cooperação para incrementar o comércio de outros metais não ferrosos.

### URUGUAI

No decorrer de 1973, dois assuntos adquiriram particular relevo

no contexto das relações bilaterais entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai. Um, no âmbito comercial, referiu-se à manutenção do suprimento de insumos brasileiros para o parque fabril uruguaio. O outro, no setor da cooperação bilateral, compreendeu a elaboração de um projeto de acordo, por parte dos Governos brasileiro e uruguaio, objetivando dar nova institucionalização à Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Lagoa Mirim.

Dando prosseguimento a sua tradicional política de colaboração bilateral com o Uruguai, o Governo brasileiro, dadas as condições decorrentes da difícil conjuntura internacional, dispensou tratamento prioritário às necessidades de importação da indústria uruguaia. Atento às conseqüências negativas que a suspensão eventual do suprimento de determinados insumos poderia ocasionar, o Governo brasileiro autorizou a manutenção de fluxo regular de matérias-primas para aquele mercado. Dessa maneira, apesar da crise mundial, foram preservadas as correntes tradicionais de comércio entre os dois países.

Em 1963, por troca de notas, realizada em Montevidéu, os dois Governos criaram a Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Lagoa Mirim. Essa Comissão Mista teve por finalidade inicial equacionar os problemas técnicos, econômicos e sociais relativos ao aproveitamento da Bacia da Lagoa. A área do projeto de desenvolvimento compreende 62.250 km², sendo que 29.250 km² pertencem ao Brasil, correspondendo ao Uruguai os restantes 33.000 km². Em maio de 1972, a FAO apresentou aos Governos do Brasil e do Uruguai uma série de trabalhos de pesquisa, que compreendiam projetos referentes à agropecuária, infra-estrutura, indústria, educação e desenvolvimento microrregional.

Em 1972, encerrada a fase de estudos, levantamento de dados e determinação de prioridades em que basicamente consistiu o Plano de Operações da FAO, surgiu a necessidade de se conferirem novas finalidades à Comissão Mista da Lagoa Mirim, a fim de que o órgão binacional passasse a supervisionar as

atividades e obras que fossem iniciadas, dando prosseguimento, em sua fase de implementação, ao Plano inicialmente elaborado. Para tanto, se tornou indispensável redigir um projeto de novo acordo por troca de notas, que mantivesse a referida Comissão Mista e lhe concedesse novas finalidades, condizentes com o atual estágio de aproveitamento da bacia da Lagoa Mirim, através da realização de obras necessárias ao desenvolvimento da região.

No decorrer de 1973, a Comissão Mista, juntamente com o Itamaraty e o Ministério do Interior, elaborou um projeto de acordo. Esse projeto explicita uma série de disposições práticas de ordem operacional. Dois projetos receberam atenção prioritária, a nível regional: o primeiro é o chamado Plano Jaguarão e o segundo é a Barragem de São Gonçalo.

O Plano Jaguarão consiste na construção de uma usina hidrelétrica em Passo do Centurião, na bacia do rio Jaguarão, com capacidade instalada de 40 MW. A partir desse empreendimento serão possíveis o desenvolvimento agrícola de aproximadamente 110.000 ha; o fomento à indústria, mediante a construção de fábricas de cimento e de processamento de produtos agropecuários; a melhoria da infra-estrutura urbana e rural; e o melhoramento das condições de comercialização na zona fronteiriça.

O outro projeto, este em território brasileiro, é o da barragem eclusada do Canal de São Gonçalo, de cujas obras, já iniciadas, está encarregado o DNOS. A barragem, uma vez concluída, permitirá o controle da salinização das águas da Lagoa Mirim, com incalculáveis benefícios para as atividades agrícolas da área.

### VENEZUELA

Em 1973, as relações entre o Brasil e a Venezuela atingiram nova intensidade, graças não apenas ao usual contato por

via de Chancelarias e ao diálogo direto havido por ocasião da II Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica e Técnica, mas, sobretudo, aos encontros havidos entre os Supremos Mandatários dos dois países e seus Chanceleres.

Em janeiro, acompanhado de missão técnica, o Engenheiro José Curiel Rodrigues, Ministro de Obras Públicas da Venezuela, visitou o Brasil, tendo cumprido extenso programa de viagens na área da SUDAM e examinado, em Brasília, com missão brasileira para esse fim organizada, temas relativos ao desenvolvimento das regiões amazônicas dos dois países. O Comunicado então emitido recomenda a pronta implementação do intercâmbio de técnicos dos dois países — já decidido na Declaração Conjunta Gibson-Calvani — através do programa entabulado entre entidades de desenvolvimento regional.

Em 20 de fevereiro, o Senhor Presidente da República, General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici, encontrou-se com o Presidente da República da Venezuela, Doutor Rafael Caldera, no ponto da fronteira entre os dois países assinalado pelo marco BV-8, de onde se dirigiram para a cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén. O encontro, que objetivou reafirmar ainda mais a amizade e o espírito de cooperação existentes entre o Brasil e a Venezuela, teve a realçá-lo a inauguração da estrada El Dorado-Santa Elena de Uairén-Marco BV-8-Boa Vista, primeira conexão terrestre entre os dois países e parte do eixo que, em futuro próximo, articulará integralmente os seus sistemas rodoviários.

Após efetuarem extensas conversações sobre temas de âmbito mundial e regional, os dois Presidentes ressaltaram a atmosfera fraterna e construtiva em que transcorreram as suas entrevistas e destacaram as conclusões altamente positivas a que chegaram sobre o estado das relações brasileiro-venezuelanas e as possibilidades de aprimorá-las ainda mais em todos os terrenos.

Na mesma data, os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Venezuela assinaram o Convênio Básico de Cooperação

Técnica, a fim de regulamentar e fomentar a expansão dos programas entre os dois países.

De 20 a 23 de junho, o Ministro Mario Gibson Barboza visitou Caracas, em retribuição à visita que fizera ao Brasil seu colega venezuelano. O Chanceler brasileiro manteve conversações com o Encarregado do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela, Doutor José Alberto Zambrano Velasco, de vez que o titular Doutor Aristides Calvani, encontrava-se afastado do seu cargo, por motivo de saúde.

Em julho, prosseguiu o programa de cooperação em matéria de desenvolvimento regional, com a vinda ao Brasil de missão técnica venezuelana, a qual realizou visitas às áreas da SUDAM e da SUDENE, bem como ao Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. A segunda etapa do programa constou da ida à Venezuela de técnicos brasileiros em desenvolvimento rural, em outubro.

A II Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana de Cooperação Econômica e Técnica realizou-se em Brasília, nos dias 10 e 11 de outubro. As conversações transcorreram em clima de grande cordialidade e alcançaram resultados positivos em todos os temas examinados. Quanto aos diversos itens da Agenda, a Comissão Mista examinou os seguintes:

a) intercâmbio comercial: considerou conveniente implementar um mecanismo ágil para canalizar, para as empresas brasileiras e venezuelanas, informações acerca das licitações públicas em ambos os países. Examinou, igualmente, listas de produtos suscetíveis de intensificar o intercâmbio comercial entre os dois países. A Venezuela manifestou interesse em importar, entre outros, ferro gusa, soja e matrizes, e o Brasil, alumínio, amônia e petróleo. A esse respeito, examinou as perspectivas de incremento das aquisições brasileiras de petróleo cru venezuelano da CVP, a qual se comprometeu a verificar as possibilidades de fornecer à Petrobrás maior parcela de suas disponibilidades exportáveis em 1974, bem como manifestou interesse

em adquirir, no mercado brasileiro, produtos residuais de petróleo, equipamentos e acessórios utilizados na indústria de petróleo e não produzidos na Venezuela;

b) setor industrial: examinou as possibilidades de cooperação nos setores automobilístico e de construção naval, convocando, quanto ao último, reunião do grupo de trabalho para janeiro de 1974, com o objetivo de analisar documento a ser submetido pela Venezuela com as propostas fundamentais do mecanismo que tem em vista;

c) transportes: manifestou interesse coincidente na negociação de um acordo de transportes marítimos, trocou informações sobre o andamento das obras de complementação e pavimentação da Rodovia BV-8 e expressou a conveniência de que os organismos interessados no desenvolvimento das vias de comunicação entre os dois países mantenham contatos permanentes;

d) cooperação financeira: examinou a possibilidade da celebração de um Convênio de Crédito Recíproco, dele excluindo a canalização dos pagamentos das operações de petróleo, os quais seriam objeto de convênio bilateral;

e) cooperação técnica: examinou as possíveis áreas de cooperação mútua e fixou programas para ação imediata nos campos do desenvolvimento regional, administração pública, agricultura, alimentos, correios, formação profissional, transporte marítimo e administração de portos, petróleo, saúde, habitação e siderurgia.

## TRATADO DA BACIA DO PRATA

No âmbito do Tratado da Bacia do Prata, o Brasil orientou sua atuação no sentido da adoção de decisões e medidas tendentes a concretizar os altos objetivos de integração e desenvolvimento da região. No decorrer de 1973, o Brasil participou ativamente

das seguintes Reuniões de Grupos de Peritos dos Países da Bacia do Prata, que, por convocação do Comitê Intergovernamental Coordenador, adiantaram trabalhos em suas esferas específicas de atividades:

a) **II Reunião do Grupo de Peritos em Ictiologia** (Projeto A-7) — que elaborou os termos de referência do estudo, a ser feito pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre a avaliação dos recursos ictiológicos da Bacia;

b) **I Reunião do Grupo de Peritos em Infra-Estrutura de Transportes** (Projeto A-5a) — que aprovou recomendações tendentes ao desenvolvimento das interconexões dos transportes na área;

c) **I Reunião do Grupo de Peritos em Infra-Estrutura de Telecomunicações** (Projeto A-5b) — que propiciou proveitosa troca de informações sobre o estágio das telecomunicações nos diversos países e recomendou o intercâmbio de legislação específica vigente em cada um deles;

d) **IV Reunião do Grupo de Peritos em Navegação** (Projeto A-4) — que formulou recomendações relativas à questão de uniformização legislativa e aprovou relatório do grupo de trabalho sobre cartografia;

e) **II Reunião do Grupo de Peritos em Educação** — que se deteve no exame dos problemas relacionados com a situação do ensino técnico e formação profissional, propondo, inclusive, a convocação, no corrente ano, de uma reunião de especialistas na matéria;

f) **II Reunião do Grupo de Peritos em Complementação de Áreas Limítrofes e Turismo** — que recomendou a adoção de medidas no sentido da organização de um ou vários circuitos turísticos no âmbito da Bacia do Prata.

Por outro lado, no âmbito do Comitê Intergovernamental Coordenador, foi aprovado o texto de projeto de Convênio Constitutivo do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, que deverá ser encaminhado à VI Reunião de Chanceleres.

## FRONTEIRAS

A Divisão de Fronteiras (antigo Serviço de Demarcação de Fronteiras) foi incorporada ao Departamento das Américas e teve ampliadas as suas atribuições, em virtude dos artigos 76 e 77 do Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (RISE).

As duas Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites, a Primeira Comissão, com sede em Belém, e a Segunda Comissão, na Guanabara, além das missões a elas especificamente atribuídas, assessoraram a Divisão de Fronteiras e outros órgãos civis e militares, como o Instituto Brasileiro de Geografia, a Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

As duas Comissões dispensaram cuidadosa atenção à atualização e ao enriquecimento da documentação técnico-geográfica, política e histórica, atinentes à definição de nossos limites. Essa documentação abrange as Atas das Conferências das Comissões Mistas de Limites, folhas de fronteiras e desenhos das linhas limítrofes com a posição exata dos marcos erigidos, cálculos das coordenadas geográficas dos mesmos marcos, coleções de fotografias aéreas e mosaicos fotográficos das áreas fronteiriças, pareceres e estudos diversos sobre assuntos de limites, fotografias em cores dos aspectos mais significativos de nossa linha de fronteira, filmes cinematográficos documentando as campanhas demarcatórias, etc.

A Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (1.ª CBDL) está encarregada dos trabalhos pertinentes às nossas fronteiras com Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e

Guiana Francesa. E à Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (2.ª CBDL) estão afetos os serviços de nossas fronteiras com Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

**Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites**

Começando por enumerar as atividades desempenhadas com os países ao Norte, coube à Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites alcançar, em meados de 1973, o término da demarcação de toda a linha divisória das fronteiras do Brasil na Amazônia, numa extensão de mais de 10.000 quilômetros, correspondente a dois terços do enquadramento fronteiriço do País.

Ao iniciar-se o período de 1969-1973, o único setor que apresentava, ainda, trechos carentes de demarcação era a fronteira com a Venezuela. Desdobrados, separadamente, sobre as serranias que se alongam do maciço da Neblina para além da junção das cordilheiras Parima e Pacaraima, alcançavam esses trechos uma extensão total da ordem de 1.000 quilômetros.

Para atender às necessidades do encargo demarcatório de tal setor, quatro expedições foram realizadas no referido período. A quarta, levada a cabo em 1973, pôde completar a tarefa de demarcação da fronteira brasileiro-venezuelana, concretizando sua atuação nas longínquas paragens em que as cordilheiras Parima e Pacaraima se entrelaçam, num trecho que se alonga das vertentes do rio Mucajaí, na primeira delas, às do Ericô, na segunda.

Dando um excelente complemento ao concurso dos aviões, imensa foi a contribuição que ofereceram os helicópteros da Comissão Venezuelana ao reconhecimento das serranias e à rapidez das medidas de transporte e exploração do **divortium-aquarum** que caracteriza o divisor-fronteira.

Em conseqüência, tornou-se possível obter, em poucos meses, resultados que, de outra forma, teriam sido atingidos num período de tempo mais prolongado. Efetuaram-se, então, mais de 700 quilômetros de levantamento topográfico dos rios definidores daquele divisor, bem como a localização de todos os pontos de capital importância para o assinalamento do curso contínuo de linha de limite, numa extensão da ordem de 800 quilômetros.

Marcos, construídos segundo as características estabelecidas e sob a referência de coordenadas geográficas segundo determinações astronômicas, materializaram o curso dessa linha.

Chegava assim, a seu termo, com o balizamento desse último trecho de fronteira, a demarcação de toda a linha divisória dos territórios do Brasil e da Venezuela.

Cabe, ainda, registrar os trabalhos com que, no começo de fevereiro, ao mesmo tempo em que se iniciavam as atividades na cordilheira Parima, a Primeira Comissão efetivou o necessário adensamento da sinalização atinente à linha de fronteira no trecho da cordilheira Pacaraima, cortada na altura do marco BV-8 por rodovia recém-construída no território federal de Roraima. Cinco novos marcos, ali erguidos, levaram o indispensável esclarecimento sobre a situação da mencionada linha, para um lado e outro da estrada.

No setor técnico, novo desenho das folhas, que na escala 1:50.000 reproduzem o curso geral da linha divisória Brasil-Guiana Francesa, foi levado a cabo.

Tendo presente que o desenvolvimento resultante do empenho de integração sócio-econômica da Amazônia atinge, sem restrições, em seu impulso criador, a cada uma das fronteiras adjudicadas ao trabalho da Primeira Comissão — mormente nas regiões a que já chegaram, ou chegarão em breve, as novas estradas que se estão abrindo e, com elas, o povoamento, pela colonização que se efetua —, foi iniciado um estudo das áreas

limítrofes com o Peru e a Colômbia, nas quais, apesar da demarcação ali vigente, já se vinha demonstrando a necessidade de mais intenso assinalamento do curso da divisória, a fim de que não se prejudiquem o respeito e a obediência devidos ao respectivo traçado. Em vista disso, foram mantidos entendimentos informais com os órgãos competentes, em Lima e Bogotá.

## Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites

### Fronteira Brasil-Argentina

Na campanha de 1973, programada pela Terceira Conferência da Comissão Mista — a qual se realizou em Brasília em novembro de 1972 — foram reconstruídos e reparados os marcos situados em ilhas do rio Iguaçu, e executado o desmatamento e limpeza de uma faixa ao longo do divisor de águas entre as nascentes dos rios Pepiri-Guaçu (onde se localizam as cidades brasileiras de Dionísio Cerqueira/SC e Barracão/PR, e a cidade argentina de Bernardo de Irigoyen) e Santo Antonio.

No segundo semestre, após uma inspeção para efeito de densificação de marcos e melhor definição do divisor, ficou fixada a realização de uma Conferência da Comissão Mista, em Buenos Aires, com o fim de avaliar e formalizar os trabalhos de campanha realizados em 1973 e programar os de 1974.

### Fronteira Brasil-Bolívia

Na campanha de 1973 — a qual obedeceu à programação elaborada pela 18.ª Conferência da Comissão Mista Demarcadora de Limites, realizada em Brasília, em junho — executou-se, de julho a outubro, a ligação entre os marcos principais do porto norte da Baía Grande e do Rio Turvo. A leste da Geodésica que

une esses dois marcos principais, localiza-se uma área de cerca de 400 quilômetros quadrados, ocupada, há cerca de três décadas, por algumas dezenas de naturais bolivianos (povoados de San Ignacito, Ingavi ou Pezoé, El Oso, Ternero Muerto), a qual, uma vez formalizados os trabalhos de campanha, será incorporada à jurisdição nacional.

**Fronteira Brasil-Paraguai**

No mês de setembro foi realizada, em Brasília, a 27.ª Conferência da Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, na qual se decidiu o seguinte: aprovação do termo de construção de 25 marcos no IV setor da fronteira seca e, em conseqüência, a sua respectiva inauguração; e aprovação dos trabalhos atinentes à abertura de diretrizes entre os marcos 320/IV e 366/IV. No que tange à reparação de marcos, estabeleceu a Comissão Mista um programa para a execução dessas tarefas e para o restabelecimento da intervisibilidade entre os marcos, devendo os trabalhos da Campanha ter início nos primeiros dias de abril de 1974.

**Fronteira Brasil-Uruguai**

Em agosto, foi realizada em Santana do Livramento a 39.ª Conferência da Comissão Mista, com o fim de aprovar os trabalhos realizados nas campanhas de 1970 e 1971. Tratou-se, também, do assunto relativo ao início das obras de contenção do Arroio Chuí.

Outrossim, reuniu-se a Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia sobre Uso e Conservação de Pontes Internacionais, em julho, em Santana do Livramento, com o propósito de examinar o projeto da Ponte Internacional em Barra do Quaraí.

# EUROPA

## EUROPA OCIDENTAL

O ano de 1973, no que concerne às nossas relações com a Europa Ocidental, caracterizou-se por um incremento no intercâmbio comercial e nos investimentos europeus no Brasil. Essa evolução ganha especial realce, sobretudo se forem levadas em conta as condições prevalentes na conjuntura européia e internacional, com a eclosão da crise energética no segundo semestre desse ano.

Dentre as realizações brasileiras voltadas para aquele importante mercado, cabe menção especial, diante da preparação, alcance e impacto da iniciativa, à Feira Brasil Export 73. Localizada em Bruxelas, apresentou, ao final, movimento comercial e empresarial bastante superior ao previsto.

### REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

No mês de outubro, realizou-se em Bonn a Terceira Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica. Chefiou a delegação brasileira o Embaixador Jorge de Carvalho e Silva, Secretário Geral das Relações Exte-

riores, e a alemã, o Senhor Hans-Hilger Haunschild, Secretário de Estado do Ministério de Pesquisa e Tecnologia.

Durante a reunião, foi assinado um Adendo ao Convênio Especial entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e o Centro de Pesquisas Nucleares de Julich, pelo qual a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN) participará da cooperação no campo da energia e do desenvolvimento nuclear. Este adendo entrou em vigor por uma troca de notas entre os dois Governos, realizada em 4 de outubro de 1973.

A Comissão constatou, com satisfação, o progresso alcançado nas áreas de energia nuclear, pesquisa científica, tecnologia aeroespacial, matemática e computação.

Também visitou a República Federal da Alemanha o Ministro da Saúde do Brasil, Doutor Machado de Lemos, que manteve contato com autoridades alemãs, tanto no setor governamental, quanto no das universidades e centros de pesquisa.

### ÁUSTRIA

Em novembro, veio ao Brasil missão de empresários austríacos, chefiada pelo Senhor Philip von Schoeller. A missão manteve contato com autoridades da Fazenda, Planejamento e Itamaraty. Em reunião no Itamaraty, presidida pelo Chefe do Departamento de Promoção Comercial, os empresários austríacos mencionaram o desejo de que se venha a aproveitar a tradicional vinculação comercial da Áustria com os países do Leste em benefício da exportação de manufaturados brasileiros, inclusive por meio da eventual criação de um entreposto em Viena. A missão exprimiu igualmente a vontade de participar da expansão dos sistemas portuário e ferroviário e do parque siderúrgico brasileiro.

## BÉLGICA

Foi promulgada, em 30 de julho de 1973, a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular Outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda entre o Brasil e a Bélgica, assinada em 23 de julho de 1972.

De 7 a 15 de novembro, realizou-se em Bruxelas, a Feira Brasil Export 73. A exposição teve caráter comercial e industrial e reuniu várias centenas de exportadores brasileiros, que concluíram negócios em montantes superiores aos previamente estimados. A Brasil Export 73 foi precedida de intensa campanha promocional, que comportou iniciativas no sentido de divulgar aspectos da cultura brasileira. O Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, Marcos Vinicius Pratini de Moraes presidiu sua inauguração, tendo mantido durante sua permanência, em Bruxelas, contatos na área governamental e privada.

## DINAMARCA

Dando seqüência a entendimentos iniciados em Brasília, em 1972, com vistas à assinatura de acordo destinado a evitar a bitributação entre os dois países, realizaram-se negociações, em Copenhague e em Brasília, durante 1973. O texto do acordo em questão já se encontra rubricado.

## ESPANHA

Em fevereiro, iniciaram-se em Madri negociações visando à celebração de acordo para evitar a dupla tributação. Em outubro, veio a Brasília uma delegação espanhola que, prosseguindo as negociações de Madri, logrou rubricar o acordo com os representantes brasileiros.

No mês de maio, o Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, Doutor Reis Velloso, visitou a Espanha, quando da reali-

zação da Conferência dos Ministros Ibero-Americanos de Desenvolvimento e Planificação.

FRANÇA

Em maio, por iniciativa do Primeiro-Ministro da França, o Salão de Aeronáutica e Espaço de Le Bourget foi colocado sob o patrocínio do Comitê Santos Dumont, a fim de comemorar o centenário de nascimento do pioneiro da aviação. A presidência do Comitê coube ao titular francês da Pasta de Negócios Estrangeiros e, dentre os vinte e seis membros, contavam-se sete Ministros de Estado, assim como os Embaixadores do Brasil na França e da França no Brasil. O programa oficial da cerimônia incluiu, entre outras, a comemoração, no escritório-museu do engenheiro Eiffel, do vôo Saint-Cloud/volta à Torre Eiffel/Saint-Cloud, que deu a Santos Dumont o prêmio do Aeroclube da França.

Entre 20 de agosto e 7 de setembro, visitou várias cidades do Brasil a delegação de Deputados franceses da Comissão de Assuntos Culturais, Familiares e Sociais da Assembléia Nacional. Foi chefiada pelo Deputado Henri Berger, Presidente da referida comissão. A comitiva entrevistou-se com várias autoridades federais e estaduais ligadas às áreas cultural, científica e econômica.

Na mesma época, esteve no Brasil, em viagem de estudos, uma turma de cerca de sessenta estagiários do Centre de Perfectionnement dans l'Administration des Affaires, da Câmara de Comércio e Indústria de Paris.

Entre 18 de agosto e 4 de setembro, presidida pelo Senador Raymond Brun, veio ao Brasil uma comitiva de Senadores da Comissão de Economia e Planificação do Senado Francês, com o objetivo de estudar a política governamental e o desenvolvimento brasileiro nos setores de transportes e produção de energia. Os Senadores mantiveram contatos com autoridades da

Petrobrás, Eletrobrás, CNEN, RFFSA, DNER, DNPVN, DAC, CESP, Sudam e Sudene. Foram, ainda, recebidos pelos Governadores dos Estados da Guanabara e de Pernambuco e mantiveram contatos com os Ministros dos Transportes e das Minas e Energia.

### GRÉCIA

Dando seqüência às negociações sobre novo Acordo Comercial com a Grécia, foi examinado, no primeiro semestre de 1973, projeto de acordo apresentado pela Embaixada grega, em cujos termos seria instituído o sistema de liquidação em divisas livres, em substituição ao regime de **clearing.**

Após ouvidos os órgãos federais diretamente interessados na matéria, foi preparada pelo Itamaraty a contraproposta brasileira, que acolheu as linhas gerais do texto grego, com uma única inovação substantiva, a fim de facilitar o trânsito das amostras comerciais e de mercadorias e materiais para exibição em feiras e exposições.

### ITÁLIA

Em novembro de 1972, haviam chegado ao final as negociações relativas ao Acordo Administrativo sobre Previdência Social, que estabelece as condições de assistência social recíproca, prevista nos artigos 37 e 43 do Acordo de Migração Brasil-Itália. Visa o ajuste, fundamentalmente, a garantir aos trabalhadores que se transferirem de um para outro Estado contratante a manutenção dos direitos já adquiridos junto à Previdência Social do seu país de origem, além dos benefícios concedidos pela Previdência Social do país para o qual se transferirem, assegurando-lhes, inclusive, a totalização dos períodos de seguro e assemelhados cumpridos nos dois países, com vistas à concessão de benefícios. Esse Acordo veio a ser assinado em 19 de

março de 1973, por ocasião da visita que fez ao Brasil o Ministro do Trabalho da Itália, Senador Dionigi Coppo.

O sistema previdenciário estabelecido com o referido Acordo reveste-se de grande alcance social, devido ao elevado número de trabalhadores italianos no Brasil, e segue, em alguns pontos, as linhas gerais dos acordos sobre a matéria, já em vigor, firmados entre Brasil e Espanha e Brasil e Portugal.

No dia 9 de outubro realizou-se, em Brasília, reunião com participação de representantes do Ministério do Trabalho e do Ministério das Relações Exteriores para exame de proposta de ampliação, em novo acordo, das normas previdenciárias, objeto do Acordo Administrativo de 19 de março de 1973.

Adiada, por solicitação das autoridades italianas, em virtude da mudança de Governo, realizou-se de 21 a 23 de novembro, em Brasília, a II Reunião da Comissão Mista Brasil-Itália, que contou com a participação, do lado brasileiro, de representantes dos principais órgãos federais responsáveis pela política econômico-financeira. Foram discutidos numerosos aspectos do intercâmbio comercial, tendo-se acordado diversas recomendações destinadas à remoção dos obstáculos existentes à promoção das exportações de parte a parte. Fez-se, também, proveitoso balanço da cooperação técnica entre os dois países e estudaram-se as possibilidades de participação da Itália em novos programas de formação profissional. Além disso, a parte italiana anunciou sua disposição de promover novos investimentos no Brasil e, com esse fim, colheu, com os peritos brasileiros, os esclarecimentos relacionados com as oportunidades em todos os setores, especialmente os de siderurgia e reaparelhamento de portos.

Finalmente, recolhendo a experiência do primeiro ano de vigência do Acordo Sanitário, de 31 de outubro de 1972, o Governo italiano, através de sua Embaixada em Brasília, sugeriu nova redação para o parágrafo 1.º, capítulo V, do Anexo I do referido Acordo, com vistas a eliminar dificuldades técnicas na importa-

ção de carne eqüina. O Departamento Nacional de Produção Animal do Ministério da Agricultura concorda com a redação proposta, que, em tais condições, será aceita pelo Itamaraty.

### NORUEGA E ISLÂNDIA

Em 1973, surgiram dificuldades quanto às atividades de produção e exportação pela Indústria de Celulose Borregaard do Brasil, ligada por um **sales agreement,** de outubro de 1968, à Aktieselskapet Borregaard, da Noruega, o qual estabeleceu critérios para o cálculo dos custos da celulose a ser exportada em bruto para aquele país.

As dificuldades quanto à exportação prenderam-se ao fato de ter a CACEX, diante da elevação dos preços internacionais da pasta de madeira, intervindo no sentido de aumentar os valores dos dois tipos de celulose negociados. Isto porque a Borregaard norueguesa vinha resistindo às sucessivas gestões brasileiras, visando a introduzir modificações no **sales agreement**, com o qual nem a CACEX nem o BNDE jamais concordaram, muito embora tal discrepância não figurasse nas notas trocadas sobre o assunto entre os Governos brasileiro e norueguês, em março de 1969 e em dezembro de 1971.

As dificuldades relativas à produção decorreram do continuado não-atendimento de requisitos de combate à poluição, de parte da Indústria de Celulose Borregaard do Brasil. Vencido em dezembro o prazo estabelecido, o Governo do Rio Grande do Sul viu-se na contingência de suspender temporariamente o funcionamento da usina.

### PAÍSES BAIXOS

Em 1973, as relações entre o Brasil e os Países Baixos desenvolveram-se no clima de normalidade que as tem caracterizado nos últimos anos.

Recentemente, Sua Alteza Real o Príncipe Bernardo, Consorte do Chefe de Estado dos Países Baixos, mostrou-se interessado em comparecer às cerimônias, previstas para fevereiro de 1974, de lançamento ao mar do navio **Docedelta** e do batimento de quilha do **Bragança,** primeira embarcação de mais de 100 mil toneladas a ser construída no Hemisfério Sul. Esse interesse prende-se ao fato de que ambos os navios estão sendo montados pelos estaleiros Verolme, cuja construção, em 1959, o Príncipe viu ser iniciada.

PORTUGAL

O ano de 1973 registrou, como primeiro acontecimento importante nas relações luso-brasileiras, a viagem que fez, em fevereiro, a Portugal e Angola, o Presidente da Câmara dos Deputados, Doutor Ernesto Pereira Lopes.

Em meados de maio, o Senhor Presidente da República foi a Portugal, em retribuição à visita que lhe fizera no ano anterior o Presidente Américo Thomaz. O Presidente Médici permaneceu em Portugal cerca de uma semana, visitando, além de Lisboa, outras cidades, como Porto e Guimarães. Nessa ocasião, os dois Chefes de Estado firmaram um comunicado conjunto condenando o terrorismo e a discriminação racial, religiosa ou social, defendendo o direito dos países em desenvolvimento de protegerem seus recursos naturais e auferirem maiores benefícios do comércio internacional e expressando o propósito de fortalecerem a Comunidade Luso-Brasileira, sobretudo nos campos econômico e cultural.

Em julho, o Ministro da Indústria e do Comércio foi a Portugal em visita oficial e assinou, com o Secretário de Estado da Informação e Turismo português, o Acordo sobre Intercâmbio Turístico, que prevê a adoção conjunta de medidas destinadas ao incremento do intercâmbio turístico entre os dois países, através de bolsas de estudo e da adoção do programa de promoção turística integrada.

Além do trabalho de preparação ou de acompanhamento de todos os atos internacionais e viagens oficiais citados anteriormente, o Itamaraty, nesse período, auxiliou a atividade de cooperação entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e a junta de Energia Nuclear de Portugal.

### REINO UNIDO

Entre as atividades do Itamaraty, relacionadas com o Reino Unido, sobressai a preparação da visita que realizou à Capital da República, na segunda quinzena de setembro, o Ministro de Assuntos Especiais daquele país, Senhor Michael Haseltine, que chefiou a representação britânica ao I Salão Internacional Aeroespacial de São Paulo. O Ministro Haseltine foi recebido pelo Chanceler Mario Gibson Barboza.

Competiu, ainda, ao MRE a coordenação do programa cumprido em Brasília por missão da Confederação da Indústria Britânica, nos últimos dias de outubro.

Constituída por 17 próceres dos setores industrial e financeiro da Grã-Bretanha, a referida missão visitou diversas cidades brasileiras, examinando oportunidades comerciais e possibilidades de investimentos. A escala na Capital Federal foi a última etapa da permanência de duas semanas no Brasil, destinando-se a contatos com autoridades ministeriais.

A liderança do grupo pertenceu a Sir Geoffrey Wallinger, ex-Embaixador britânico no Brasil e, ultimamente, diretor do Banco Internacional Lloyds & Bolsa, que exerce controle sobre o Bank of London & South America. Sir Geoffrey Wallinger e seu suplente na delegação, Lord Caldecote, foram recebidos em audiência pelo Presidente Médici e, anteriormente, pelo Ministro das Relações Exteriores.

Finalmente, por nota de 16 de outubro de 1973, a Embaixada britânica comunicou a decisão de seu Governo de denunciar o

Acordo, por troca de notas de 15 de dezembro de 1937, a respeito das importações de carne pelo Reino Unido. Considerando que o referido Acordo não era aplicado desde o início da Segunda Guerra, eis que se tornara inteiramente inócuo no contexto atual do mercado mundial de carnes, o Governo brasileiro concordou com a denúncia.

### SUÉCIA

Em fins de maio, em São Paulo, foi realizada a Semana Brasil-Suécia de Desenvolvimento pela Tecnologia, que reuniu dezenas de técnicos e empresários dos dois países e contou com a presença do Ministro da Indústria e do Comércio. Também nessa ocasião se inaugurou a comunicação videofônica entre o Brasil e a Suécia, iniciativa pioneira na América Latina. Foi lida mensagem do Rei Gustavo VI Adolfo, pelo então Príncipe Herdeiro Carlos Gustavo, além de mensagens dos Ministros das Comunicações dos dois países e da conversa videofônica entre os Embaixadores da Suécia em Brasília e do Brasil em Estocolmo.

## EUROPA ORIENTAL

Além de acompanhar e analisar a evolução política, social e econômica dos países da Europa Oriental, o Itamaraty, na sua condição de responsável pela Secretaria Executiva da COLESTE (Comissão de Comércio com a Europa Oriental), prosseguiu, durante o ano de 1973, seu esforço de intensificação do intercâmbio comercial entre o Brasil e os países socialistas. Nesse sentido, procurou-se ter sempre em vista não só a colocação de produtos brasileiros no Leste europeu, mas também a verificação de possibilidades de oferta dos países dessa área — de forma a criar condições para estabelecer maior equilíbrio ao regime de trocas bilaterais, ou seja, o regime de conta-convênio.

Nos últimos anos, o comércio vem se processando num ritmo ascendente. Nossas exportações, que passaram de US$ 123,5 milhões, em 1970, para US$ 246 milhões, em 1972, atingiram em 1973, US$ 421,4 milhões. Quanto às importações, passaram de US$ 66 milhões, em 1970, para US$ 82,4 milhões, em 1972, e US$ 115 milhões, em 1973.

Como se pode observar, também se vem acentuando o desequilíbrio no regime de trocas: o saldo favorável ao Brasil, de US$ 83 milhões em 1970, aumentou para US$ 154 milhões em 1972. Tal desequilíbrio pode ser atribuído em grande parte ao imperfeito aproveitamento do sistema de **clearing** (adotado com todos os países do Leste europeu, com exceção da Tchecoslováquia e da URSS). Enquanto a pauta de exportações brasileiras é composta, em sua maioria, de produtos primários, pagos à vista, nossas importações constituem-se basicamente de máquinas e equipamentos, cujo pagamento é parcelado. Esses dados, aliados à diferença de volume entre as vendas e as compras brasileiras, provocam o aparecimento de saldos credores, os quais, em alguns casos, superam de tal modo o crédito técnico estipulado em cada conta-convênio, que as autoridades brasileiras se vêem forçadas, entre outras medidas, a restringir as exportações até alcançar uma posição de equilíbrio.

Com vistas a corrigir essa situação, foram realizados estudos sobre o comércio em questão e adotadas medidas para favorecer a expansão das importações brasileiras, orientação esta da qual decorre, por exemplo, a autorização da abertura de escritórios comerciais de países socialistas no Rio de Janeiro para melhor divulgação aos setores interessados da oferta desses países.

Visando a corrigir o aspecto negativo da concentração da pauta de exportações brasileiras em produtos primários, o Ministério das Relações Exteriores prosseguiu o trabalho de divulgação de artigos brasileiros, especialmente manufaturados, em feiras internacionais. Atualmente, ao lado dos produtos tradicionais como café em grão, algodão em rama, cacau e hematita, alguns

artigos novos começam a aparecer na pauta de exportações: registraram-se vendas de açúcar, fios de lã e de algodão, fios sintéticos, câmara-de-ar, etc., tendo o café solúvel mantido sua posição.

## Contatos com o Empresariado Nacional e Participação em Feiras e Exposições

Dando seqüência à iniciativa do contato com empresários brasileiros, a COLESTE promoveu reuniões com exportadores de vários Estados da Federação, de forma a divulgar mais amplamente as oportunidades existentes no mercado da Europa Oriental e as facilidades oferecidas pelo Itamaraty ao empresariado nacional para sua participação em feiras da área socialista.

Nessa linha de atuação, a COLESTE elaborou, dentre trabalhos previstos, a monografia intitulada **Como exportar para a URSS,** publicada em outubro pelo Itamaraty.

A COLESTE promoveu a participação do Brasil nas seguintes feiras: Feira da Primavera de Leipzig (RDA), em março; Feira de Bens de Consumo de Brno (Tchecoslováquia), em abril; Feira Internacional de Budapeste (Hungria), em maio. Os pavilhões do Brasil em Leipzig e Brno, como decorrência do aumento do acervo da exposição, ocuparam uma área de 500 $m^2$. Nos anos anteriores, essa área sempre foi de cerca de 300 $m^2$.

O número de firmas expositoras duplicou em relação ao ano anterior. Pôde-se, assim, apresentar uma gama mais variada e representativa da produção nacional. O Instituto Brasileiro do Café participou desses certames com um balcão de degustação pública de café.

Além da participação já tradicional nas feiras, promoveu-se, pela primeira vez em 1973, a realização de duas mostras individuais brasileiras: a Exposição Comercial Brasileira em Bucareste (de

10 a 19 de junho) e a Exposição Comercial Brasileira em Moscou (de 20 a 29 de novembro). Ambas as mostras alcançaram grande sucesso pelo impacto comercial e propagandístico nos mercados romeno e soviético. Quanto à exposição em Moscou, a COLESTE conseguiu obter, não somente a renovação do material exibido, mas também a arregimentação de novos expositores.

### Missões Comerciais

No contexto das relações econômico-comerciais com os países do Leste europeu, as missões comerciais ocupam lugar de relevo como instrumento particularmente importante para impulsionar o comércio com a área. Registraram-se, no decorrer do ano, os seguintes acontecimentos coordenados diretamente ou acompanhados subsidiariamente pelo Itamaraty, na sua condição de responsável pela Secretaria Executiva da COLESTE: 1 — ida de uma delegação do Conselho Nacional de Siderurgia (Consider) à Bulgária, sob a chefia do Senhor Luiz Fernando Sarcinelli Garcia, Secretário Executivo do Conselho, em 12/14 de fevereiro; 2 — visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior da Tchecoslováquia, Senhor Andrei Barcak, em 10/14 de fevereiro; 3 — vinda, em abril, de uma delegação polonesa ao Brasil para dar continuidade às negociações iniciadas na Polônia, em 1972, pela Missão chefiada pelo Ministro Dias Leite; como resultado dos entendimentos, foi subscrito instrumento em nível governamental em que se estipula a troca de minério de ferro brasileiro por carvão siderúrgico polonês; 4 — vinda de uma Missão comercial húngara ao Brasil, sob a chefia do Vice-Ministro do Comércio Interior, Senhor Zoltan Juhan, para verificar as condições do mercado exportador brasileiro de bens de consumo (junho/julho).

### Acordos e Contratos

Em 1973, foram celebrados os seguintes atos com os países da Europa Oriental: **Bulgária** — Acordo sobre Cooperação no Cam-

po Siderúrgico, concluído em Sófia. O Acordo prevê o suprimento pela parte búlgara, em 1973, de bobinas laminadas a quente e chapas; os mesmos produtos serão postos à disposição do Brasil em 1974 e 1975; **Polônia** — 1) contrato assinado no Rio de Janeiro, em 13 de abril, pelo qual a Cia. Vale do Rio Doce se compromete a vender minério de ferro à Polônia, de 1974 a 1980, em contrapartida aos fornecimentos ao Brasil de carvão metalúrgico pela empresa polonesa Centromor, no mesmo período; 2) Contrato firmado pela Rede Ferroviária Federal com a empresa polonesa Stalexport para a compra de 200 mil toneladas de trilho, bem como de acessórios ferroviários, a serem fornecidos no período 1974/1977.

Foi autorizado o funcionamento no Rio de Janeiro de um Escritório Comercial da Iugoslávia e o de um Escritório Comercial da Romênia, por troca de notas efetuadas a 15 e 17 de junho, respectivamente.

Introduziram-se algumas modificações nos Acordos de Comércio e Pagamentos firmados com a Hungria e a Polônia: o Crédito técnico previsto para a conta-convênio com a Hungria elevou-se de US$ 3 milhões para US$ 7 milhões a partir de 1.º de janeiro de 1973; o da conta-convênio com a Polônia passou a ser de US$ 8 milhões (em vez de US$ 6 milhões) a partir de 14 de novembro de 1973. Nesta mesma data, o crédito técnico do acordo assinado em 1958 entre o Banco Central e o Banco do Estado da República Democrática Alemã elevou-se de US$ 8 milhões para US$ 10 milhões.

### Relações Diplomáticas

Em virtude de mudanças importantes ocorridas nos últimos anos na política internacional européia, particularmente no que concerne à solução dos problemas alemães remanescentes da

II Guerra Mundial, e, tendo em vista, por outro lado, os interesses econômico-comerciais existentes entre o Brasil e a República Democrática Alemã, foram iniciadas negociações em 1973 com autoridades alemãs, as quais culminaram no estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, efetivado em 22 de outubro por troca de notas, no Palácio Itamaraty de Brasília.

II Guerra Mundial, e tendo em vista, por outro lado, os interesses econômico-comerciais existentes entre o Brasil e a República Democrática Alemã, foram iniciadas negociações em 1973 com autoridades da RDA, as quais culminaram no estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, efetivado em 22 de outubro por troca de notas, no Palácio Itamaraty de Brasília.

# ÁFRICA, ÁSIA, OCEANIA
# E ORIENTE PRÓXIMO

# ÁFRICA

## ÁFRICA SUBSAÁRICA

Durante o ano de 1973, o Ministério das Relações Exteriores deu prosseguimento à política de ativação das relações afro-brasileiras, desenvolvendo o novo diálogo que se iniciou por ocasião da visita do Ministro Mario Gibson Barboza a nove países da África Ocidental, em 1972, nos campos político, econômico, comercial, cultural e de assistência técnica.

Por outro lado, a nova dimensão da política externa brasileira passou a exigir do Itamaraty um trabalho de acompanhamento constante da evolução acelerada do panorama político subsaárico.

### Visita do Ministro de Estado ao Quênia

O Ministro Mario Gibson Barboza complementou sua viagem à África Atlântica realizada em 1972 com uma visita oficial ao Quênia na qualidade de convidado do Governo, de 1.º a 4 de fevereiro de 1973. Foi recebido, em Nairóbi, pelo seu colega queniano, com quem manteve conversações, e teve uma entrevista com o Presidente da República. Durante a visita, que

muito contribuiu para o estreitamento das relações entre os dois países, foram assinados, além de um Comunicado Conjunto, dois acordos: um cultural e outro de cooperação técnica.

## Visita de Chanceleres Africanos ao Brasil

Ao esforço diplomático no sentido de ampliar as relações com a África Negra correspondeu um interesse efetivo por parte dos países daquele continente em intensificar seus contatos com o Brasil. Atesta esse fato o êxito das visitas oficiais realizadas pelos Ministros do Exterior do Zaire e da Costa do Marfim, em 1973, em retribuição às que fez o Ministro Mario Gibson Barboza a Kinshasa e Abdijã, em 1972.

Por ocasião da visita do Comissário (Ministro) para Negócios Estrangeiros do Zaire (26 de fevereiro a 5 de março), foram assinado em Brasília: Acordo de Cooperação Técnica e Científica, Acordo sobre Cooperação Cultural, Acordo Comercial, Protocolo para Estabelecimento de Serviços Aéreos entre os dois países e Declaração Conjunta.

O Senhor Arsène Assouan Usher, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa do Marfim, durante sua visita (5 a 11 de novembro), assinou também Declaração Conjunta, efetuou a troca de instrumentos de ratificação dos Acordos Cultural, Comercial e de Cooperação Técnica, firmados em Abdijã, em 1972, e inaugurou exposição de arte tradicional de seu país. Essa visita representou, aliás, o ponto culminante de uma série de viagens de autoridades marfinianas ao Brasil, destacando-se entre elas a do Ministro do Planejamento, Senhor Mohammed Diawara.

## Outras Visitas de Personalidades Africanas ao Brasil

No decorrer de 1973, visitaram também o Brasil em caráter

oficial: o Ministro da Agricultura da Tanzânia; o Ministro de Transportes e Obras Públicas da Nigéria; o Ministro para o Governo Local de Gana; o Presidente da Sociedade Zairense de Eletricidade; o Assessor Especial do Ministro das Finanças de Gana; o Presidente da Comunidade Elétrica de Benin e Missões de Boa Vontade de Uganda, e de Comércio, do Zaire. De caráter privado, houve as visitas dos Secretários de Estado para Negócios Estrangeiros e para a Juventude e Esportes do Senegal; do Comissário para Desenvolvimento Econômico e Reconstrução do Estado Centro-Oriental da Nigéria; e da esposa do Presidente Félix Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim. A convite da CBD, 10 técnicos africanos de futebol vieram ao Rio de Janeiro para participar do XII Congresso Interamericano de Futebol.

### Missões Brasileiras à África

Além desses contatos efetuados no Brasil, visitaram a África Subsaárica, as seguintes Missões brasileiras: a) da Escola Superior de Guerra, que percorreu os seis países onde o Brasil mantém Embaixadas; b) do Sindicato da Indústria Farmacêutica; c) da Confederação Nacional da Indústria; d) da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, composta por representantes de 70 empresas nacionais e acompanhada por um observador designado pelo Itamaraty; e) de técnicos, coordenada com a Eletrobrás, e integrada por três engenheiros que visitaram Gana, Togo e Daomé.

### Relações Econômicas e Comerciais

As possibilidades oferecidas pelo mercado africano (com um volume total de comércio exterior de US$ 30 bilhões) para as nossas exportações e para as importações de certas matérias-primas levaram o Itamaraty a redobrar seus esforços no ano de 1973, no sentido de intensificar o comércio com a região subsaárica. Esta, por sua vez, tem demonstrado o desejo de diver-

sificar suas correntes de comércio com áreas não tradicionais e, em especial, com o Brasil, que, tendo desenvolvido uma tecnologia apropriada às condições existentes nos trópicos, muito tem a oferecer em matéria de produtos manufaturados e de serviços.

Deu-se assim início a uma série de medidas — inclusive a dos estudos preparatórios das reuniões de comissões mistas — a fim de incrementar os acordos comerciais que o Brasil mantém com países africanos.

Acrescentaram-se aos acordos que já vigoravam com os Camarões e o Senegal, os firmados em 1972 com a Costa do Marfim (em vigor a partir de 6 de novembro), Gana e Nigéria (aprovados pelo Congresso Nacional ainda em 1973), bem como o assinado com o Zaire também em 1973 e ratificado pelo Brasil no mesmo ano.

No setor financeiro, releva mencionar a ratificação pelo Governo brasileiro, no fim do ano, do Acordo Constitutivo do Fundo Africano do Desenvolvimento, no qual participamos com US$ 2 milhões.

No que tange aos transportes, cabe registrar a ampliação da linha do Lloyd para a África Ocidental, que passou a contar com um navio mensal, e a inauguração de uma rota para a África Oriental. Ademais, vêm sendo elaborados estudos com vistas à eventual criação de linhas aéreas brasileiras para a África Negra.

**Relações Culturais**

Dadas as afinidades culturais existentes entre o Brasil e países da África, o Itamaraty envidou esforços para o desenvolvimento dessas relações. Fornecem um instrumental básico para essas relações os Acordos Culturais firmados com o Senegal, em vigor desde 1967; com Camarões, Costa do Marfim, Gana, Quê-

nia e Togo, que entraram em vigor em 1973; com Daomé, aprovado pelo Congresso Nacional no mesmo ano; e, com Nigéria e Zaire, ambos ratificados em 1973.

Merecem igualmente relevo os trabalhos preparatórios da participação do Brasil no Segundo Festival Mundial de Artes Negras, que se realizará em janeiro de 1975, em Lagos, Nigéria.

## Cooperação Técnica

A semelhança entre as condições ecológicas do Brasil e da África tornam a cooperação técnica um campo fértil para estreitamento das relações afro-brasileiras.

Nesse sentido, o Itamaraty promoveu a realização de dois seminários para representantes de países africanos: um sobre agropecuária (com a colaboração do Ministério da Agricultura) e outro sobre energia elétrica (com a colaboração do Ministério das Minas e Energia e da Eletrobrás. Em ambos cooperaram também os Ministérios do Planejamento e da Aeronáutica.

Levando em conta o interesse africano em obter cooperação em matéria de esportes e o prestígio de que goza o Brasil no futebol, foram estudadas com o Ministério da Educação e Cultura as modalidades de assistência que poderíamos oferecer nesse setor.

No decorrer de 1973, entraram em vigor os Acordos de Cooperação Técnica firmados com os Camarões, a Costa do Marfim, o Quênia e o Togo; foram aprovados os firmados com o Daomé e com o Senegal; e ratificado pelo Brasil o assinado com o Zaire. Pôde-se assim dar início à elaboração de programas globais de assistência técnica para esses países.

### Relações Diplomáticas

Em 1973, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com as Repúblicas da Guiné, Serra Leoa e Gabão. A República do Zaire abriu sua Embaixada em Brasília, havendo o Quênia anunciado sua intenção de tomar igual medida. Foi assim elevado para 13 o número de representações diplomáticas africenas junto ao Governo brasileiro, sendo sete efetivas (África do Sul, Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Quênia, Senegal e Zaire) e seis cumulativas (Daomé, Mali, Serra Leoa e Zâmbia, com sede em Washington; e Gabão e Guiné, através das respectivas missões da ONU).

A rede diplomática brasileira na África Subsaárica permaneceu inalterada, com seis Embaixadas-sede (Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Quênia, Senegal e Zaire), uma Legação (África do Sul) e dez Embaixadas cumulativas (Daomé, com a Nigéria; Etiópia e Sudão, com o Egito; Mali e Mauritânia, com o Senegal; Níger com o Daomé; Tanzânia, Uganda e Zâmbia, com o Quênia; e Togo, com Gana).

Ao todo, pois, o Brasil mantém relações diplomáticas com 20 dos 37 países independentes da África, além de ter Consulados-Gerais em Capetown e Lourenço Marques, e um Consulado em Luanda.

## ÁSIA E OCEANIA

O Itamaraty, com relação à Ásia, procurou alcançar, em 1973, alguns objetivos prioritários a saber: (a) acompanhar os principais acontecimentos internacionais mais diretamente relacionados com a área; (b) aprofundar as oportunidades econômico-comerciais, eventualmente existentes de parte a parte; e (c) intensificar as relações bilaterais em todos os campos.

No contexto daquele primeiro objetivo, caberia notar a atitude do Brasil no "movimento dos não-alinhados", que congrega,

além de muitos países asiáticos, alguns latino-americanos, a maioria dos africanos e a totalidade dos árabes. Desde 1961, o Governo brasileiro tem-se feito representar, na qualidade de observador, às reuniões promovidas por aquele movimento. A presença do Brasil tem lhe permitido melhor coordenar, com a maioria dos não-alinhados, posições comuns nos foros internacionais, especialmente no tocante a assuntos relacionados com o desenvolvimento econômico e social. De acordo com esse espírito, em 1973, o Brasil compareceu, como observador, à V Conferência de Chefes de Estado ou de Governo dos Países Não-Alinhados, realizada em Argel.

Com relação às oportunidades econômico-comerciais na área, entendeu o Itamaraty que a ênfase da ação diplomática brasileira dever-se-ia concentrar, prioritariamente, junto aos círculos governamentais e privados asiáticos, sobretudo japoneses, com vistas a empreendimentos conjuntos no Brasil.

Nessa ordem de idéias, quando da realização da IV Reunião da Comissão Econômica Mista Brasil — Japão, em Tóquio, procurou-se demonstrar o interesse brasileiro em ampliar as oportunidades de empreendimentos conjuntos entre os dois países, especialmente no campo da cooperação financeira, a exemplo da Usiminas e Ishibrás, e no setor de exportações.

Na mesma ocasião, em decorrência de contatos da Delegação brasileira com membros da Associação das Federações Econômicas do Japão (Keidanren), criou-se a Comissão Mista Empresarial Nipo-Brasileira, com o objetivo de intensificar as relações comerciais entre os dois países.

Ademais, a Embaixada em Tóquio promoveu, com o apoio do Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S/A, Governo do Estado de São Paulo, Petrobrás e Conselho de Política Aduaneira, um seminário, na capital japonesa, sobre as principais tendências do desenvolvimento econômico brasileiro. A iniciativa da Embaixada foi recebida com grande inte-

resse pelas classes empresariais japonesas, representadas pelo Keidanren, e permitiu consolidar a aproximação econômica, financeira e comercial nipo-brasileira.

Por último, com respeito à intensificação das relações bilaterais do Brasil com os países da Ásia e Oceania, em 1973, seria suficiente relacionar a série expressiva de visitas recíprocas realizadas no período, dentre as quais se poderiam mencionar:

Senhor Aiichiro Fujiyama, ex-Chanceler japonês e enviado especial do Primeiro-Ministro Kakuei Tanaka às cerimônias de inauguração da Feira Japonesa de São Paulo;

Senhor Fumio Miura, ex-Embaixador do Japão no Brasil e Conselheiro da Mitsui Co.;

Professor Saburo Okita, principal Conselheiro do Ministério das Relações Exteriores do Japão para assuntos de comércio e finanças internacionais e Presidente do Centro Japonês de Desenvolvimento;

Senhor Sardar Ghaus Bukhsh Raisaini, Ministro da Alimentação e Agricultura do Paquistão e enviado especial do Primeiro-Ministro Zulfikar Ali Bhutto;

General Han Shin, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da República da Coréia;

Senhor Yong Shik Kim, Ministro das Relações Exteriores da República da Coréia;

Vice-Marechal-do-Ar A. S. Rikhy, enviado especial da Força Aérea da Índia às cerimônias de inauguração do I Salão do Internacional aeroespacial, promovido em São Paulo;

Tenente-Brigadeiro Lai Ming-tong, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da República da China; e

Senhor Yan Chian-kan, Vice-Presidente da República da China.

Por seu lado, várias autoridades brasileiras realizaram visitas a países da Ásia entre as quais poderiam ser citadas as seguintes:

Doutor Marcus Vinicius Pratini de Moraes, Ministro de Estado da Indústria e do Comércio;

Professor Antonio Dias Leite Júnior, Ministro de Estado das Minas e Energia;

Doutor Paulo Yokota, Diretor do Banco Central do Brasil;

Doutor Luís Fernando Sarcinelli Garcia, Diretor Executivo do Consider;

Doutor Rubens Vaz da Costa, Presidente do Banco Nacional de Habitação, e os Senhores Senador Petrônio Portella Nunes e Deputado Flávio Marcílio.

Ainda no contexto da intensificação das relações bilaterais do Brasil com os países da Ásia, em 1973, caberia, por fim, registrar o reconhecimento pelo Governo brasileiro do novo Governo republicano do Afeganistão e a apresentação de credenciais do primeiro Embaixador de Bangladesh no Brasil, Senhor Mustafá Kamal.

## ORIENTE PRÓXIMO

No ano de 1973, acentuando tendência de anos anteriores, adquiriram novo dinamismo as relações entre o Brasil e os países do Oriente Próximo.

Com efeito, no período em referência, cresceram, significativamente, as importações, pelo Brasil, do petróleo de procedência árabe e as exportações brasileiras de certos produtos co-

mo açúcar, café e manufaturados, para o Oriente Médio. Em vista desse crescimento, o Lloyd inaugurou, no fim do período, linha pioneira, de caráter exploratório, para o Golfo Pérsico.

Paralelamente e em conseqüência, a necessidade de mais estreita aproximação com o Iraque e a Arábia Saudita conduziu ao estabelecimento de relações diplomáticas plenas com aqueles dois países, já se achando devidamente instaladas e em funcionamento as Embaixadas em Bagdá e em Jeddah. Por outro lado, foram criadas, em caráter cumulativo, ao nível de Encarregado de Negócios residente, as Embaixadas em Trípoli e no Coveite, que se acham em fase de instalação.

No plano ainda das relações entre o Brasil e os países da área merecem atenção especial:

### Visita do Ministro de Estado ao Egito e Israel

Atendendo a convite formulado no ano anterior, por ocasião da visita ao Brasil do Senhor Mourad Ghaleb, então Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito, o Ministro Mario Gibson Barboza visitou, de 28 a 31 de janeiro de 1973, a República Árabe do Egito. Durante sua estada naquele país, o Chanceler brasileiro avistou-se com o Presidente Anuar-el-Sadat, o Primeiro-Ministro Aziz Sedki, o Senhor Mohamed Hassan-el-Zayat, Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Conselheiro Presidencial Ismail Ali e o ex-Ministro Mourad Ghaleb. Na ocasião e numa atmosfera de amizade e compreensão mútuas, o Ministro Gibson Barboza manteve com seu colega egípcio amplas conversações sobre assuntos de interesse comum, ao fim do que foram assinados dois acordos: um de Promoção de Cooperação Técnica e um Acordo Comercial, destinados ambos a consolidar, em proveito mútuo, as afinidades constatadas no trato dos problemas internacionais em matéria de desenvolvimento.

A seguir, e também a convite do Governo local, o Chanceler brasileiro visitou, de 4 a 8 de fevereiro, o Estado de Israel,

tendo-se avistado com o Presidente Zalman Shazar, a Primeira-Ministra Golda Meir e o Senhor Abba Eban, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Com vistas ao alargamento de colaboração entre os dois países, no campo da assistência técnica, planejamento rural, implantação de culturas irrigadas e intercâmbio de informações científicas, foram assinados os seguintes documentos: Ajuste Complementar ao Convênio de Intercâmbio Cultural, de 1959, e no âmbito do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 1962; Ajuste Complementar sobre a Colaboração de Israel ao Programa de Irrigação e Valorização de Áreas Atingidas pelas Secas; Ajuste Complementar sobre a Colaboração Brasil — Israel na Realização do III Curso de Planejamento e Execução de Programas Regionais de Desenvolvimento Rural Integrado; e Ajuste Complementar para a Promoção de um Programa de Cooperação Científica no Campo da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico.

**Visita do Chanceler Saudita ao Brasil**

Em maio, visitou o Brasil em caráter oficial o Chanceler Saudita, Senhor Omar Sakkaf, tendo-se avistado com o Presidente da República, o Ministro das Relações Exteriores e outras altas autoridades políticas nacionais. Durante essa visita, foi acertado o estabelecimento de relações diplomáticas plenas entre o Brasil e a Arábia Saudita.

**Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel**

Em retribuição à visita do Ministro Gibson Barboza, esteve oficialmente no Brasil, em agosto, o Senhor Abba Eban, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, que foi recebido pelo Senhor Presidente da República, pelo Ministro das Relações Exteriores e por outras altas autoridades.

## Outras Visitas

Visita ao Brasil de Missão Comercial argelina, sob a chefia do Senhor Slin Debagha, Ministro Plenipotenciário e Chefe da Divisão de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Argélia. Além do encaminhamento de questões concretas para a compra e venda de produtos, foi rubricado projeto de Acordo Comercial Brasil—Argélia, atualmente em fase de processamento, com vistas à sua conclusão.

Visita ao Brasil do Ministro das Finanças da Síria, Senhor Mahmud Imadi, com a finalidade de entregar carta de seu Governo ao Presidente da República, em fevereiro.

Visita do Embaixador Edmond Khayat, Diretor do Departamento de Imigrantes e dos Libaneses de Ultramar, do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Líbano, o qual, após manter contatos com autoridades do Itamaraty, percorreu, em visita a núcleos de origem libanesa, numerosas capitais brasileiras.

Visita ao Iraque, a fim de assistir às festividades de celebração da data nacional do país, do Senhor Chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho.

# ORGANISMOS INTERNACIONAIS

## NAÇÕES UNIDAS

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, em setembro de 1973, participou da XXVIII sessão da Assembléia Geral da ONU e, no discurso de abertura do debate geral, salientou a importância atual da **détente** que prevalece entre as grandes potências como "expressão da vontade política de pacificação e cooperação em todo o cenário internacional".

Desse estado de entendimento "deve surgir uma ordem internacional mais eqüitativa, que propicie um sistema eficaz de segurança coletiva política e econômica, fundada não na opressão e no suposto direito adquirido dos mais fortes, mas no reconhecimento das justas reivindicações e dos interesses de todos os Estados, no direito soberano de cada qual à plenitude do desenvolvimento econômico e bem-estar social e na participação de cada um, em pé de igualdade, na institucionalização das regras de conduta coletiva".

Os efeitos da política de distensão — mostrou o Ministro de Estado — fazem-se sentir no terreno do desarmamento, no da segurança econômica coletiva e no do uso do espaço exterior. Quanto ao campo especificamente econômico, "o ano de 1973 nos ofereceu a oportunidade para um exame abrangente da

natureza e alcance da cooperação econômica internacional, através do primeiro exercício de revisão e avaliação da implementação da Estratégia Internacional para o Desenvolvimento. O hiato entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento alargou-se, e, entre os países em desenvolvimento, o comportamento das economias individuais foi extremamente desigual".

Por isso, "o Brasil tomou a iniciativa de reviver o conceito de segurança econômica coletiva. Divisamos nessa contrapartida econômica da segurança política a síntese de nossas aspirações por um mundo no qual o desenvolvimento, a expansão e o progresso social globais possam tornar-se outros tantos componentes básicos de nossa noção de paz e segurança".

O Brasil participou das deliberações dos principais órgãos das Nações Unidas, acompanhando especialmente a evolução dos trabalhos das 54.ª e 55.ª sessões do Conselho Econômico e Social e da XXVIII Assembléia Geral, foros em que se examinaram os principais temas da cooperação internacional.

No que se refere ao meio ambiente, o Brasil teve atuação destacada na I Sessão do Conselho das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em Genebra, ocasião em que defendeu teses concernentes à organização daquele recém-criado órgão das Nações Unidas, instituído com bases em recomendações emanadas da Conferência de Estocolmo (1972) e da XXVII Sessão da Assembléia Geral. Nesse mesmo ano em conseqüência da importância que a matéria passou a ter no âmbito interno, deu-se início à implantação de um órgão de cúpula — a Secretaria Especial do Meio Ambiente — vinculada ao Ministério do Interior, com a qual o Itamaraty mantém estreito contato.

O Ministério das Relações Exteriores colaborou na preparação da posição brasileira para a Conferência das Nações Unidas sobre População, com o Grupo Interministerial encarregado de definir as linhas básicas da política demográfica a ser defendida pelo Brasil nas reuniões internacionais.

A Secretaria de Estado orientou as Delegações do Brasil à reunião de peritos sobre Direito Internacional Humanitário (Genebra, 1973) e, ainda, à XXII Conferência Internacional da Cruz Vermelha (Teerã, 1973), ambas referentes à regulamentação de normas humanitárias aplicáveis aos conflitos armados.

No tocante à poluição marinha, assunto vinculado à temática geral do meio ambiente, a Secretaria de Estado coordenou a preparação da participação brasileira à Conferência sobre Poluição Marinha realizada em Londres, sob os auspícios da Organização Consultiva Intergovernamental Marítima (IMCO).

A III Sessão do Comitê sobre Recursos Naturais (Nova Delhi, 1973) teve importante contribuição para a conceituação da posição brasileira no particular. Entre as diversas matérias tratadas naquele foro, mereceram atenção especial os tópicos sobre recursos hídricos e a criação do Fundo Rotativo para a Exploração de Recursos Naturais.

Ainda no domínio dos recursos naturais, observador do Governo brasileiro acompanhou os trabalhos da Reunião do Grupo de Peritos dos Países Não-Alinhados sobre Recursos Naturais, realizada em Santiago do Chile.

O Brasil participou em setembro, outrossim, com um observador, da Reunião de Argel de Chefes de Estado de Países Não-Alinhados.

O Ministério das Relações Exteriores coordenou a elaboração de respostas aos questionários que rotineiramente a Secretaria Geral das Nações Unidas envia aos Estados-Membros, em cumprimento a resoluções emanadas de seus diversos órgãos, referentes aos múltiplos temas que vêm sendo tratados por aquela organização, tais como: escravidão, desarmamento, discriminação racial, condição da mulher, cooperação técnica e econômica, etc.

A Secretaria de Estado prestou assessoramento às delegações brasileiras que participaram de reuniões internacionais convo-

cadas pelas Nações Unidas para tratar da regulamentação do Direito Internacional Comercial (UNCITRAL) e de estudos sobre habitação, construção e planejamento, bem como da análise dos efeitos das radiações ionizantes (UNSCEAR). Orientou, ainda, a participação brasileira em reuniões sobre estatística, padronização de nomes geográficos, prevenção do crime e tratamento de criminosos, utilização pacífica do espaço exterior e outras matérias que foram examinadas no âmbito das Nações Unidas.

No setor de representação em órgãos colegiados brasileiros, o Itamaraty participou de reuniões da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CONFEN) e do Conselho Diretor do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE).

### ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO)

O Itamaraty consultou os órgãos da Administração interessados no relatório da Missão do Programa de Cooperação com a Indústria, da FAO, que visitou a Amazônia em abril. O Governo brasileiro deverá manifestar-se sobre a conveniência de levar adiante os planos de investimentos agropecuários na região sugeridos no relatório.

Cabe ressaltar a atuação do Brasil nas reuniões do **Codex Alimentarius,** sua eleição como representante da América Latina no Comitê Executivo do referido organismo; a criação do Comitê Coordenação Regional do **Codex** para a América Latina, com a finalidade de coordenar a ação regional para o estabelecimento de normas internacionais sobre alimentos, assim facilitando o acesso aos mercados mundiais e impedindo a criação de barreiras não-alfandegárias ao comércio dos países em desenvolvimento. Foi aprovada pela Comissão a criação do referido órgão, cabendo ao Brasil realizar, oportunamente, a primeira reunião regional coordenadora do **Codex.**

Em 1973, ano marcado pela escassez mundial de alimentos, sobretudo de cereais, a FAO ressaltou, durante a XVII Sessão de sua Conferência Geral, a necessidade de criação de estoques internacionais de alimentos e de um reajustamento agrícola internacional. O Brasil participou da reunião, da qual decorreu projeto de compromisso de contribuir para assegurar um nível mínimo de estoque básico de alimentos em benefício da comunidade internacional. Durante a XVII Conferência, foi assegurada a reeleição do Brasil para o Conselho e o Comitê de Finanças da Organização.

A XVII Sessão da Conferência foi também o **forum** de discussões da proposta do Secretário de Estado Henry Kissinger, apresentada na LV Sessão do Conselho Econômico e Social e na XXVIII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, de convocação de uma Conferência Mundial de Alimentos. O órgão máximo da FAO decidiu recomendar a realização da Conferência Mundial de Alimentos, em novembro de 1974, em Roma, no âmbito das Nações Unidas/FAO, após os trabalhos e reuniões preparatórias realizados através de um Comitê Intergovernamental criado com esse fim, na dependência, entretanto, das resoluções da XXVIII Assembléia Geral das Nações Unidas.

Após gestões junto ao Instituto Brasileiro do Café, e de acordo com a Lei n.º 5.808, de 3 de outubro de 1972, o Brasil iniciou, em 1973, a doação de 5.000 sacas de café ao Programa Mundial de Alimentos ONU/FAO.

Na Comissão do Atum, a tese brasileira de controle da pesca e manutenção da espécie pelo tamanho do peixe foi endossada por recomendação dirigida aos Estados-membros, tendo o Brasil iniciado o referido controle pelo tipo de redes utilizadas. Mantivemos, nesse órgão, nossa posição de 1.º Vice-Presidente da Comissão e de membro do Comitê de Finanças. Vale finalmente ressaltar que o Brasil, no Comitê de Peixes e Produtos da Pesca do **Codex**, conseguiu ver aprovada a proposta conciliatória de aceitação da nomenclatura de **sardinha brasileira** para o nosso produto.

## AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA (AIEA)

O Ministério das Relações Exteriores manteve estreita colaboração com a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Coordenou o Itamaraty a participação da CNEN na Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica, que se reuniu duas vezes (fevereiro e junho). Ocupou-se igualmente com a representação do Brasil no Seminário Regional sobre Direito Nuclear na América Latina, realizado no Rio de Janeiro, sob os auspícios da AIEA; e no Comitê Consultivo Científico, que se reuniu em Viena, em outubro.

A Delegação brasileira à XVII Sessão Regular da Conferência Geral da AIEA (Viena, 18 a 24 de setembro) acentuou a necessidade de reexame do aumento de despesas com salvaguardas, que se faz em detrimento dos programas de assistência técnica da Agência.

O Brasil concordou com a modificação dos estatutos da Agência para simplificação do regimento interno da Conferência Geral, que se acha esvaziada em seus poderes pela Junta de Governadores.

## ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

Realizou-se, no período de 6 a 28 de junho, em Genebra, a 58.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, tendo o Brasil sido representado por delegação tripartite, chefiada pelo Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social. Destaque-se, dentro da orientação adotada pelo Brasil em relação à OIT, a atuação dos representantes brasileiros no sentido de reforçar a importância do Programa Mundial de Emprego e sua vinculação com a tese comércio-emprego de liberação parcial do comércio internacional, nos moldes das resoluções adotadas pelas Conferências das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento.

Realizaram-se, ainda, com a participação de representantes brasileiros: a VIII Reunião da Comissão do Petróleo, de 2 a 13 de abril, em Genebra; a IX Reunião da Comissão Têxtil do Conselho de Administração, de 17 a 28 de setembro, em Genebra; e a IV Reunião da Comissão Consultiva Interamericana, de 19 a 28 de setembro, em Lima.

De alta relevância para os interesses brasileiros, registre-se a ratificação pelo Brasil, em 2 de novembro, da emenda à Constituição da OIT, que havia sido adotada pela 57ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Tal documento, elevando o número de membros do Conselho de Administração, trouxe novas perspectivas de atuação dos países em desenvolvimento naquele órgão diretivo da OIT.

### ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS) E ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS)

Em cooperação com o Ministério da Saúde, o Itamaraty assegurou a participação efetiva de delegações brasileiras em todas as reuniões de importância promovidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e por seu órgão regional, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

O Ministério das Relações Exteriores colaborou também no preparo da posição brasileira na XXII Sessão do Conselho Diretor, na LXX Sessão do Comitê Executivo e na XXV Sessão do Comitê Regional para as Américas, todas patrocinadas pela OPAS e que contaram com delegações chefiadas pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde. Nessas reuniões, os Delegados nacionais tiveram oportunidades de: (a) enfatizar a prioridade concedida pelo Governo brasileiro à política de saúde no contexto do processo de desenvolvimento sócio-econômico do Brasil; e (b) solicitar a ampliação dos benefícios procedentes dos órgãos internacionais especializados na esfera da saúde.

### COMISSÃO OCEANOGRÁFICA INTERGOVERNAMENTAL (COI)

No âmbito da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), as atividades do Itamaraty contaram com a colaboração da Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, para coordenar a participação em várias reuniões, entre as quais a I Sessão do Grupo de Trabalho sobre Ensino, Treinamento e Assistência Mútua; a I Sessão do Grupo Misto de Peritos COI-OMM, para o projeto de desenvolvimento dos sistemas técnicos do Sistema Mundial Integrado de Estações Oceânicas (IGOSS); a II Sessão do Conselho Executivo da COI; a VI Sessão do Grupo de Coordenação Internacional do Projeto CICAR (Investigação Cooperativa do Mar Caribe e Regiões Adjacentes); a VII Sessão do Grupo de Trabalho sobre o Intercâmbio Internacional de Dados Oceanográficos; a III Sessão do Conselho Executivo da COI e a VIII Sessão da Assembléia da COI, realizada em Paris de 5 a 17 de novembro.

Nesta última reunião, a delegação brasileira acentuou o interesse do Governo brasileiro na melhoria das condições de formação de pessoal, insistindo sobre a necessidade de os centros de treinamento, estabelecidos para esse fim, terem sede nos países beneficiários desses programas; e reiterou o caráter técnico da COI, enfatizando a posição adotada na II Sessão do Conselho Executivo, de que somente teriam cabimento pedidos de informações da Conferência do Direito do Mar, das Nações Unidas, se versassem exclusivamente sobre assunto científico.

### ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL (OMM)

O Ministério das Relações Exteriores, em contato com o Departamento Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura, tratou de assuntos relativos à representação brasileira nas reuniões promovidas pela Organização Meteorológica Mundial

(OMM), entre as quais a III Sessão de Telecomunicações da Associação Regional III, a VI Sessão da Comissão para Instrumentos e Métodos de Observação, a VI Sessão da Comissão para Aplicações Especiais da Meteorologia e Climatologia e a VI Sessão do Grupo de Trabalho sobre Telecomunicações da Comissão de Sistemas Básicos.

Como resultado do trabalho conjunto entre o Itamaraty, o Ministério da Agricultura e o Ministério da Aeronáutica, constituiu-se a Comissão Nacional para o Programa Global de Pesquisa Atmosférica (GARP), que preparou a execução de subprogramas do GARP, sobretudo do Experimento Tropical do Atlântico (GATE), de especial interesse para o Brasil.

O Itamaraty ocupou-se ainda de reuniões e questões relativas à participação do Brasil em numerosos outros organismos internacionais, valendo ressaltar os trabalhos sobre o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, a Comissão Internacional para a Pesca da Baleia, a Organização Internacional de Epizootias, a Organização Internacional de Padronização, etc.

# ORGANISMOS REGIONAIS AMERICANOS

## ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

A despeito dos esforços — relativamente recentes — de revitalização do Sistema interamericano por meio da reforma da Carta da OEA através de Protocolo de 1967, o ano de 1973 registrou diversas manifestações de desencanto com o funcionamento da Organização e os resultados de seus trabalhos. Diante da decepção provocada pela inocuidade dos programas interamericanos de cooperação para o desenvolvimento, realçada com a renúncia do Presidente do CIAP, a insatisfação e o desejo de reforma manifestaram-se, inicialmente, com relação ao conjunto de órgãos, mecanismos e programas na esfera econômica, social e cultural. Posteriormente, entretanto, o descontentamento estendeu-se aos campos jurídico e político e ao sistema de paz e de segurança continental. O processo de reforma do Sistema teve início na Assembléia Geral em seu III Período Ordinário de Sessões, prolongando-se nas reuniões da Comissão Especial de Reestruturação do Sistema Interamericano.

## III Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral

Durante o III Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral (Washington, de 4 a 15 de abril), foi adotada uma declaração que reconhece a existência **de facto** de diversos regimes políticos no Continente e que tais regimes, inspirados inclusive em diferentes ideologias, podem coexistir sempre que respeitem de modo integral os princípios da Carta da OEA relativos à soberania, autodeterminação e não-intervenção.

Dois outros temas principais dominaram os debates da Assembléia Geral, a saber: os itens da agenda denominados "reflexão sobre o destino e a missão da OEA e a forma de cumpri-los na conjuntura internacional do mundo atual" e "revisão do sistema de cooperação interamericana para o desenvolvimento, com vistas a aperfeiçoá-lo e atualizá-lo". Esses dois temas foram tratados em conjunto. Dos debates em torno desses tópicos, resultou resolução criando uma Comissão Especial para Estudar o Sistema Interamericano e Propor Medidas para sua Reestruturação. Dotada de mandato amplo, a referida Comissão teria como incumbência "realizar, de modo integral, o exame, análise e avaliação críticos da concepção, instrumentos, estrutura e funcionamento do Sistema Interamericano e de propor as reformas e medidas necessárias para que responda adequadamente às novas condições políticas, econômicas, sociais e culturais de todos os Estados americanos e às circunstâncias hemisféricas e mundiais".

## Reuniões da Comissão Especial de Reestruturação do Sistema Interamericano

Os trabalhos da Comissão Especial foram distribuídos, desde o primeiro período de reuniões em Lima, em três Subcomissões. A primeira ficou encarregada dos temas jurídicos e políticos, bem como de delimitar os princípios e objetivos do Sistema.

Coube à segunda Subcomissão estudar os temas referentes ao desenvolvimento e à cooperação nos campos econômico, social, cultural, educativo, científico e tecnológico. A terceira Subcomissão, por sua vez, responsabilizou-se pelos temas relativos à estrutura e administração dos órgãos do Sistema.

Os debates na Subcomissão Geral e na Subcomissão I concentraram-se nos projetos de reforma da Carta da OEA. Houve consenso em que o novo texto a ser adotado deveria limitar-se a normas e princípios gerais, procurando-se, assim, despojá-lo de disposições regulamentárias, que o tornem inflexível frente às circunstâncias cambiantes da realidade internacional. Houve, também, propostas concretas de reformulação dos sistemas regionais de solução pacífica das controvérsias e de segurança coletiva.

Certas Delegações, entre as quais a do Brasil, fizeram exposições mostrando as vantagens de se preservar o texto vigente do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

Ao iniciar seus trabalhos, a Subcomissão II aprovou um temário que abarca os pontos mais importantes da "cooperação para o desenvolvimento", "segurança econômica coletiva", princípios econômicos, sociais e culturais", "organismos e mecanismos da cooperação para o desenvolvimento", "função que em matéria de desenvolvimento cumprem os organismos que contribuem ao progresso sócio-econômico da região" e "esfera de competência e natureza das responsabilidade dos elementos e foros do Sistema Interamericano".

Diversos documentos, extremamente controvertidos, foram apresentados para serem considerados pela Subcomissão II, entre os quais se destacam os relativos à "criação de um sistema de segurança econômica coletiva" e o "sistema de cooperação para o desenvolvimento integral", ambos propostos pela Delegação peruana. Os membros da Subcomissão defrontaram-se com imensas dificuldades para tratar do amplíssimo temário que se fixou em Lima. O Representante brasileiro apontou a

desproporção entre os objetivos e os recursos do Sistema como o principal responsável pelo desencanto dos países latino-americanos com a cooperação interamericana. Em conseqüência, defendeu a tese de que se deveria proceder à simplificação do sistema de cooperação, seja no relativo aos princípios e normas a serem englobados na Carta, seja no referente à estrutura institucional para tratar desse assunto: o CIES e o CIECC.

Ao se discutir o método de trabalho a ser seguido pela Subcomissão III, um grupo de países, entre os quais o Brasil, propôs um recesso nas atividades da Subcomissão, aduzindo que, somente depois de definidos os objetivos e princípios do Sistema — tarefas da Subcomissão I —, caberia determinar as estruturas mediante as quais tais objetivos poderiam ser cumpridos. No entanto, prevaleceu opinião contrária, no sentido de que a Subcomissão III discutisse os pontos da segunda parte da Carta da OEA, tais como, por exemplo, a Secretaria Geral, os Organismos e Conferências especializadas O andamento dos trabalhos vem sendo excessivamente moroso.

**Reunião dos Chanceleres Latino-Americanos**

O Governo da Colômbia convocou os demais países latino-americanos para uma reunião (Bogotá, de 14 a 16 de novembro), com o objetivo de preparar uma posição comum com vistas ao diálogo destes com o novo Secretário de Estado norte-americano, Doutor Henry Kissinger, que deverá ocorrer no início de 1974, na Cidade do México. Foi feita, então, uma seleção dos principais assuntos de interesse da América Latina, que deverão constar da agenda da reunião com Kissinger, a saber: cooperação para o desenvolvimento; medidas coercitivas de caráter econômico; reestruturação do sistema interamericano; solução da questão do Canal do Panamá; estrutura do comércio internacional e sistema monetário; empresas transnacionais; transferência de tecnologia e panorama geral das relações entre a América Latina e os Estados Unidos da América.

Foi também aprovado o texto da Declaração, em que os Chanceleres presentes e os Representantes especiais da Argentina, Brasil, Haiti e Paraguai recomendaram algumas medidas tendentes a aperfeiçoar os mecanismos internos das associações regionais (ALALC, Pacto Andino, Mercado Comum Centro-Americano e CARIFTA), bem como das relações entre elas. Foram também recomendadas medidas para incrementar o intercâmbio comercial entre os países latino-americanos, para aperfeiçoar o sistema de pagamentos e créditos recíprocos, através de contatos entre os Bancos Centrais, e para acelerar os estudos em execução em matéria de transporte aéreo, marítimo e terrestre.

## Aspectos Econômicos e Sociais

A letargia do sistema interamericano de cooperação foi posta em evidência pelo pedido de renúncia do presidente do CIAP, cuja intenção, aliás, era a de atrair a atenção dos países do Sistema para a necessidade de revisar o mesmo. Não cabem dúvidas de que o sistema interamericano de cooperação vem sofrendo esvaziamento progressivo, desde o período de apogeu da Aliança para o Progresso. As declarações retóricas sobre cooperação interamericana não conseguiram manter por muito tempo acesa a expectativa de que o Sistema iria passar por um período de renovada importância. A criação da CECON, recebida com tanto interesse, não propiciou, apesar dos compromissos assumidos pelos Estados Unidos, qualquer progresso na solução dos problemas econômicos e de desenvolvimento da América Latina.

A Secretaria do CIES, pouco a pouco, vem se transformando, na realidade, em uma agência de assistência técnica e de elaboração de trabalhos teóricos. Em conseqüência, a ambiciosa estrutura institucional e técnica, construída dentro da OEA para lidar com os encargos e tarefas surgidos com a Aliança para o Progresso, tornou-se muito mais ampla do que requerem as atuais e, provavelmente, futuras relações interamericanas.

Nessas condições, durante todo o ano de 1973 e, através de todas as atividades da Organização, firmou-se a convicção de que o futuro do Sistema interamericano está novamente em jogo, dependendo de decisões políticas no âmbito da Comissão Especial de Reestruturação do Sistema Interamericano, e do diálogo dos Chanceleres latino-americanos com o novo Secretário de Estado norte-americano.

**VIII Reunião Ordinária do CIES**

O tema central da Reunião do CIES (Bogotá, fevereiro) girou em torno da necessidade de atualização e reformulação do sistema interamericano de cooperação para o desenvolvimento, tema este que havia sido examinado uma semana antes, no México, pela CECLA, como consideração preliminar do assunto entre latino-americanos. Sua inclusão nas agendas da CECLA e do CIES, graças, em grande parte, a uma iniciativa brasileira, obedeceu à conveniência de se fazer algum trabalho preparatório com relação a certos itens da agente da III Assembléia Geral da OEA, que viria a se realizar no mês de abril.

Ao se iniciar a reunião do CIES, havia-se decidido, informalmente e em princípio, que o tema seria objeto de consultas privadas entre os Chefes de Delegações. Nesse sentido, inclusive, a Delegação do Brasil chegou a preparar um roteiro, fundamentalmente baseado nas conclusões da CECLA, com observações metódicas que poderiam ser utilizadas com delineamentos para uma contribuição do CIES à Assembléia Geral, com vistas à revisão do Sistema.

Depois de árduo processo de negociações, chegou-se a um projeto que corporificava, além das disposições constantes de projeto original colombiano, outras que foram acrescentadas pelos demais membros do grupo de trabalho.

A resolução sobre o tema foi aprovada, com a abstenção dos Estados Unidos que, em sua declaração de voto, salientaram

também suas reservas a vários pontos específicos (num total de mais de vinte). A Delegação do Brasil apoiou o conjunto da resolução, por incorporar os mesmos tópicos que lhe pareceram úteis e não ferir, nos demais, nenhum interesse brasileiro. Votou contrariamente, contudo, a dois itens de um parágrafo resolutivo que lhes pareceram excessivamente afastados da esfera de competência do Sistema interamericano.

Outro tema a ser considerado pelo CIES foi a renúncia do Doutor Carlos Sanz de Santamaria da presidência do CIAP. Aprovou-se resolução que aceitava sua renúncia, registrando, no entanto, seu acordo em continuar, embora demissionário, no exercício da presidência do CIAP até a realização da Reunião Extraordinária do CIES. Embora esta viesse a ser efetuada em setembro, somente em meados de outubro processou-se a escolha de novo presidente provisório, o Senhor Jesus Rodriguez y Rodriguez, do México.

## Resoluções

Além da criação da Comissão Especial para Reestruturação do Sistema Interamericano, a principal resolução da III Assembléia Geral (Washington, abril), de repercussão no campo econômico e social, foi a de que a Comissão Executiva Permanente do CIES terá sua composição de doze membros constituída mediante o rodízio de todos os membros. Foi também aprovada resolução conjuntural que exorta o Governo dos Estados Unidos, ao colocar no mercado parte de suas reservas estratégicas de minerais, a adotar mecanismos a fim de evitar efeitos adversos sobre o desenvolvimento econômico e social dos outros membros da OEA.

## IV Reunião da CECON

A IV Reunião da CECON (Washington, julho) teve resultados discretos, em sua quase totalidade encomendas de estudos ou

encaminhamento de temas ao CIES e ao CIAP. Esse resultado é coerente com o atual estágio da cooperação interamericana para o desenvolvimento e a concentração da atenção dos Estados Unidos nas reformas monetária e comercial. No entanto, as únicas decisões concretas — a atualização do levantamento das barreiras tarifárias e não-tarifárias aplicadas nos Estados Unidos e a melhoria do sistema de informações sobre concorrência do BID e da AID — apresentam interesse também para o Brasil.

### XIII Reunião Extraordinária do CIES

Um dos principais itens da agenda da XIII Reunião Extraordinária CIES (Washington, setembro) consistia, precisamente, em analisar o Relatório do Presidente do CIAP, no qual este apresentava ambicioso plano de reformulação do sistema de cooperação da OEA. Houve, no entanto, consenso de que o CIES não teria condições para se pronunciar substancialmente e em profundidade sobre as propostas nele contidas, não só pela brevidade do período disponível para a análise do documento, mas também porque, estando a Comissão Especial de Reforma reunida justamente para discutir proposta de mudanças na OEA e seus órgãos, o mais lógico seria que esta se encarregasse do exame das sugestões do Presidente do CIAP.

### CIAP — Country Review do Brasil

Nos dias 12 e 13 de novembro, realizou-se em Washington, no CIAP, o **Country Review** do Brasil, relativo ao ano de 1972, no qual uma vez mais foi demonstrado o acerto da política econômica brasileira, destacando-se, desta vez, os esforços desenvolvidos pelo Governo brasileiro no sentido de obter uma divisão mais igualitária da renda nacional.

**Aspectos Educacionais, Científicos, Tecnológicos e Culturais: Seminário sobre Administração Universitária**

Realizou-se, na cidade de Guadalajara, México, de 4 a 11 de fevereiro, sob o patrocínio da Organização dos Estados Americanos e da Universidade Autônoma daquela cidade um Seminário sobre Administração Universitária. O Brasil fez-se representar pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura, Senador Jarbas Passarinho, e pelo Professor Heitor Gurgulino de Souza, Diretor do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura e Presidente do Comitê Interamericano de Ciência e Tecnologia (CICYT), do Conselho Interamericano para a Educação, Ciência e Cultura da OEA.

**Seminário sobre Planificação e Reorganização de Arquivos Nacionais**

A convite do Secretário Executivo do Conselho Interamericano para a Educação, Ciência e Cultura (CIECC), o Doutor Raul do Rego Lima, Diretor-Geral do Arquivo Nacional, participou de seminário sobre planificação e reorganização de arquivos nacionais, realizado em Lima, de 15 de março a 6 de abril. O seminário fez parte do Programa Regional de Desenvolvimento Cultural e do Projeto Piloto Multinacional de Planificação e Reorganização de Arquivos Nacionais, do Comitê Interamericano de Cultura da OEA.

**Mandatos**

De acordo com resolução aprovada no III Período de Sessões da Assembléia Geral da OEA (Washington, de 4 a 15 de abril), os mandatos dos atuais membros da Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano para a Educação, Ciência e Cultura (CEPCIECC) foram prorrogados até o dia 31 de março de 1974. Os membros dos Comitês Interamericanos também tiveram seus mandatos prorrogados até aquela data. Tal decisão

foi adotada, visando evitar a necessidade de convocação de reuniões extraordinárias do CIECC, exclusivamente para realizar eleições de membros de sua Comissão Executiva.



## Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA)

Entre as mais importantes atividades do IICA em 1973 cumpre destacar:

a) **Primeira Reunião Técnica de Programação sobre Desenvolvimento Florestal do Trópico Úmido Americano.** Realizada em Medellin, Colômbia, de 18 a 24 de fevereiro, por recomendação da III Reunião da Comissão Assessora do Programa Cooperativo para o Desenvolvimento do Trópico Americano do IICA, a reunião teve por objetivos específicos:

i) propor medidas de políticas legais e institucionais para o desenvolvimento dos recursos e da produção florestal nos trópicos;

ii) elaborar programas e projetos multinacionais específicos para o desenvolvimento florestal do trópico úmido americano.

b) **XVIII Reunião do Conselho Técnico Consultivo e XII Reunião Anual da Junta Diretora do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas.** Realizada em Santiago do Chile, de 9 a 13 de maio, a reunião examinou as candidaturas à Medalha Agrícola Interamericana, avaliou o relatório anual dos trabalhos do Instituto e conheceu as proposições dos representantes dos países-membros em matéria de competência do Instituto.

c) **VI e VII Reuniões do Comitê Nacional do Programa Cooperativo para o Desenvolvimento do Trópico Americano.**

Realizadas em Belém do Pará, respectivamente, em 3 de maio e 19 de julho. Na primeira, foram selecionados os programas apresentados pelos Delegados brasileiros à IV Reunião da Comissão Assessora realizada em Lima, de 21 a 26 de maio último; na segunda, foram examinados os relatórios de viagem do representante brasileiro à citada reunião e a análise da programação 1973/1974.

d) **IV Reunião da Comissão Assessora do Programa Cooperativo para o Desenvolvimento do Trópico Americano.** Realizada em Lima, Peru, de 21 a 26 de maio último, ocasião em que o representante brasileiro defendeu a inclusão no próximo programa, entre outros, dos seguintes temas:

i) reunião de especialistas para a constituição de um módulo de área econômica a nível de unidade familiar em programa de colonização;

ii) realização da Reunião Internacional sobre Agricultura;

iii) realização de Simpósio sobre a Pesca na Amazônia;

iv) realização de Simpósio sobre Fauna Silvestre da Amazônia, em Belém do Pará.

O representante brasileiro também se opôs à aprovação de projeto ou atividade cuja execução venha a ser feita de forma multinacional na Amazônia ou que implique em participação de qualquer entidade internacional dentro do território brasileiro.

**Instituto Interamericano da Criança**

Foi concedida dispensa, a pedido, ao Professor Mário Olinto de Oliveira da função de Representante do Brasil junto ao Instituto

Interamericano da Criança e, em seu lugar, foi nomeado o Doutor Mário Altenfelder, Presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

De 5 a 16 de agosto, foram realizados em Santiago do Chile o XIV Congresso Pan-Americano da Criança e a 53.ª Reunião do Conselho Diretor do Instituto Interamericano da Criança.

### Comissão Interamericana de Mulheres

Entre suas atividades mais importantes, destacam-se a realização, em Buenos Aires, de 25 a 30 de abril de 1973, do IV Seminário de Mulheres Campesinas e a realização, na Guatemala, de 28 de maio a 6 de junho, do II Seminário sobre Problemas da Mulher Indígena.

## ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO (ALALC)

O Brasil manteve, no âmbito da ALALC, sua política de cumprimento dos compromissos previstos no Tratado de Montevidéu com vistas à criação de uma Zona de Livre Comércio na América Latina, como complemento das iniciativas de nosso País no campo bilateral e dentro do espírito de cooperação solidária que constitui marco importante nas relações intra-regionais.

As últimas estatísticas disponíveis continuam a assinalar uma tendência para o equilíbrio nas trocas do Brasil com os demais países da região. Em 1972, sobre um total de US$ 800 milhões, nossa balança comercial com a Zona apresentou saldo pouco superior a quinze (15) milhões de dólares.

Cumpre salientar no intercâmbio Brasil-ALALC a crescente participação (mais de 50%) das manufaturas e semimanufaturas. O mercado zonal absorve porção considerável das exportações brasileiras desses bens. Nos setores de tecnologia mais avançada, os países da ALALC chegam a absorver 86% de nossas

exportações, como é o caso da indústria automobilística. Com percentuais pouco inferiores, temos as indústrias eletroeletrônicas, químicas e mecânicas.

Enfim, o Brasil tem encarado o Tratado de Montevidéu de forma realista, como instrumento de preferências comerciais, cuja contribuição para a expansão e diversificação das exportações das Partes Contratantes no âmbito regional tem sido apreciável. Tendo em vista o valor estratégico atribuído ao setor de exportações, pode-se inferir a importância da ALALC, que representa e deverá continuar representando importante mercado para os manufaturados produzidos pelos países maiores da área, prevendo-se que as demais Partes Contratantes se beneficiem cada vez mais intensamente dos mecanismos da Associação, à medida que haja uma adequada complementação de esforços também no plano interno de cada um desses Estados.

## REUNIÕES DA ALALC

### Pré-Negociações

Dentro da sistemática aprovada pela IX Conferência Ordinária, foram examinadas, no decorrer das Pré-Negociações realizadas em agosto, na sede da Associação, em Montevidéu, as listas de pedidos de desgravações, tendo em vista o XIII Período de Sessões Ordinárias da Conferência das Partes Contratantes. Outros aspectos que mereceram a atenção das Delegações presentes foram os seguintes: recomendações das reuniões setoriais, concessões em listas nacionais e especiais, recomendações vinculadas com o programa de liberação, caracterização de gravames e restrições e ajustamento dos produtos negociados em listas nacionais e especiais. Contudo, para o Brasil, o resultado mais positivo foi a troca de concessões com o Paraguai, dentro do espírito de cooperação que rege nossas relações com os países vizinhos.

## XIII Conferência Ordinária

Os dois problemas capitais da XIII Conferência Ordinária da ALALC, realizada em Montevidéu, em novembro/dezembro de 1973, situaram-se na órbita jurídico-institucional: 1) a ratificação do Protocolo de Caracas; e 2) a programação das Negociações Coletivas previstas no Artigo 61 do Tratado de Montevidéu, que teriam início em 1974.

O Protocolo de Caracas (1969), documento que procurou adaptar a moldura institucional da Associação à realidade política e econômica do atual estágio do processo de liberação comercial, adiara para 1980 o aperfeiçoamento da referida Zona de Livre Comércio e fixara 31 de dezembro de 1973 como data limite para a apresentação dos estudos que permitiriam uma reavaliação da ALALC e seus mecanismos. Com efeito, os estudos preparados pela Secretaria da Associação foram apresentados às Partes Contratantes em 1973 para sua posterior discussão, quando da realização das Negociações Coletivas.

No decorrer dos debates, foi-se firmando a convicção de que, independentemente dos rumos a serem seguidos pela ALALC, caberia, naquele momento, a ratificação do Protocolo de Caracas sem nenhuma espécie de condição, sob pena de a Associação cair em impasse de conseqüências imprevisíveis.

Foram depositados, finalmente, pela Colômbia e pelo Uruguai, os respectivos instrumentos de ratificação do Protocolo, que entrou em vigor plenamente, permitindo que se montasse o pano de fundo para a programação das Negociações Coletivas, na forma da Resolução n.º 328 (XIII).

Essa Resolução estipulou, em seu Artigo 2.º, o temário pelo qual se orientarão as Partes Contratantes por ocasião das referidas Negociações Coletivas, qual seja: (a) programa de liberação; (b) assuntos industriais — acordos de complementação; (c) assuntos agropecuários; (d) cooperação financeira; (e) harmonização e coordenação de políticas; e (f) aspectos institucio-

nais. Foi ainda convencionado que, no tratamento de cada um dos temas, se daria especial atenção a medidas concretas em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Dessa maneira, não somente a situação de impasse foi superada, como foi possível montar as bases para os debates sobre uma nova silhueta jurídica para a ALALC, dentro do ânimo de buscar soluções que permitam levar adiante o aperfeiçoamento da Zona de Livre Comércio.

Durante a XIII Conferência Ordinária, foram, outrossim, incorporadas ao programa de liberação 21 novas concessões e renegociadas 13, sendo que a quase totalidade das concessões recaiu sobre produtos elaborados. O Brasil, depois do Uruguai, foi o país que outorgou maior número de concessões, das quais cinco novas e quatro fruto de renegociações. Recebeu, por sua vez, concessões do México, do Peru e do Uruguai.

Ainda durante o XIII período de Sessões Ordinárias da Conferência, Brasil, Argentina, Chile, México e Venezuela negociaram dois Protocolos Adicionais do Acordo de Complementação n.º 16, sobre produtos das indústrias químicas derivados do petróleo, tendo os quatro primeiros países negociado também o Primeiro Protocolo Adicional do Acordo de Complementação n.º 20, sobre produtos da indústria de matérias corantes e pigmentos. Na negociação desses Acordos, que abrangem setores dinâmicos do parque manufatureiro da América Latina, o Brasil registrou o maior número de concessões (238).

**Acordo de Complementação n.º 16**

Procedeu-se à revisão do programa de liberação do Acordo, em conformidade com o disposto pelo Artigo 4.º do Protocolo original e estendeu-se a vigência das concessões temporárias do programa de liberação, que na sua maioria expiraram em 31 de dezembro de 1973, até 31 de dezembro de 1974. Decidiu-se, na

oportunidade, ampliar o setor industrial do Acordo, incorporando 56 novos produtos, que foram objeto de seis concessões tarifárias.

**Acordo de Complementação n.º 20**

Procedeu-se à revisão do programa de liberação desse Acordo, estendendo a vigência das concessões de 31 de dezembro de 1973 até 31 de dezembro de 1974.

**Segunda Reunião dos Chefes de Órgãos Nacionais de Integração das Partes Contratantes**

Nesse encontro, realizado em Lima, em outubro, foram examinadas a situação decorrente da não-ratificação do Protocolo de Caracas, bem como as bases preliminares em que se assentariam as Negociações Coletivas previstas no Artigo 61 do Tratado de Montevidéu e nos Artigos 3.º e 4.º de seu Protocolo modificativo. Nesse sentido, deu-se especial ênfase à avaliação do processo de integração, com vistas às futuras negociações no âmbito da Associação.

**Terceira Reunião dos Chefes de Órgãos Nacionais de Integração das Partes Contratantes**

Nessa reunião, realizada na sede da Associação, **a latere** da XIII Conferência Ordinária, as Delegações das Partes Contratantes tão-somente renovaram as posições assumidas em Lima, no mês anterior. Tal como naquela oportunidade, não houve consenso no tocante aos rumos a serem imprimidos ao processo de integração regional. O Brasil, coerente com suas ações anteriores nesse foro, evitou debates de natureza puramente doutrinária e buscou o consenso em torno de projetos concretos capazes de dinamizar a ALALC.

**Reunião sobre Assuntos Financeiros e Monetários**

Os assuntos financeiros e monetários da ALALC evoluíram satisfatoriamente, no sentido do favorecimento do comércio zonal e do atendimento a eventuais distorções financeiras conseqüentes do programa de liberação. O Brasil esteve presente à XII e à XIII Reuniões da Comissão Assessora de Assuntos Monetários, realizadas em Montevidéu (abril e agosto), bem como à IX e à X Reuniões do Conselho de Política Financeira e Monetária, realizadas em Curaçao (maio) e no Rio de Janeiro (setembro).

**Reuniões sobre Nomenclatura Tarifária**

A Comissão Assessora de Nomenclatura tem por objetivo dar cumprimento ao disposto pelas Resoluções n.os 23 (I) e 43 (II) no que diz respeito à atualização da Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas (NAB) adaptada para a ALALC (NABALALC), segundo as modificações que o Conselho de Cooperação Aduaneira venha a introduzir na NAB e em suas Notas Explicativas, bem como atender às exigências do comércio intrazonal decorrentes dos avanços da tecnologia e da comercialização. Assim, o Brasil se fez representar à X Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura, realizada em Montevidéu, por técnico do Conselho de Política Aduaneira do Ministério da Fazenda.

**Reunião sobre Origem das Mercadorias**

A Comissão Assessora de Origem tem por função estabelecer o estudo dos critérios gerais ou especiais pelos quais se confere ou não a um produto o caráter de originário da Zona de Livre Comércio e se lhe faculta, assim, o gozo das vantagens aduaneiras concedidas nas Listas Nacionais e Acordos de Complementação. O Brasil esteve representado na VII Reunião da Comissão Assessora de Origem, realizada em Montevidéu, quando foram examinadas as bases de um anteprojeto de regime permanente em matéria de qualificação de origem.

**Outras Reuniões**

O Itamaraty acompanhou ainda, no ano de 1973, os trabalhos das reuniões abaixo discriminadas:

— Quinta Reunião de Bancos Comerciais, em Santiago do Chile;

— Segunda Reunião de Técnicos em Operações Cambiárias de Bancos Centrais, em Trujillo (Peru);

— Reunião de Peritos em Dupla Tributação Internacional, em Montevidéu;

— Oitava Reunião de Peritos em Técnica Aduaneira, em Montevidéu;

— Terceira Reunião do Grupo de Trabalho sobre Mercado de Aceites, em Montevidéu;

— Quinta Reunião de Diretores de Tributação Interna, em Quito;

— Segunda Reunião de Peritos Governamentais a que se refere a Resolução n.º 244 (IX), em Montevidéu;

— Sexta Reunião de Diretores de Escolas Aduaneiras, em Lima;

— Sexta Reunião de Diretores Nacionais de Alfândegas, em Lima.

# ASSUNTOS ECONÔMICOS

## Negociações Comerciais Multilaterais

As Negociações Comerciais Multilaterais, iniciadas formalmente na Reunião Ministerial do GATT realizada em Tóquio, de 12 a 14 de setembro de 1973, revestem-se da mais alta importância. É intenção das grandes potências negociar não só um desmantelamento geral de barreiras fixas ao comércio, mas também novas normas reguladoras. Assim, pode-se antecipar que as Negociações conduzirão, se bem sucedidas, a uma reestruturação completa das relações comerciais internacionais, com efeitos que poderão ser positivos ou negativos para os países em desenvolvimento. A partir dessas premissas, o Brasil participou intensamente dos trabalhos preparatórios e tem trabalhado cuidadosamente sua posição negociadora. Além da formulação de propostas concretas relacionadas com regras e técnicas de negociação, realizam-se levantamentos completos dos produtos de exportação do Brasil que poderão ser objetos de negociações para a remoção de obstáculos. O Brasil também já entabulou uma série de contatos bilaterais diretos com a CEE, com os Estados Unidos e com o Japão, a fim de melhor articular sua posição e de criar condições para participar efetivamente das negociações que ora se iniciam.

Em abril de 1973, foi criada, por decreto, a Unidade de Negociação, presidida pelo Chefe do Departamento Econômico do Itamaraty e composta de representantes dos demais órgãos competentes do Governo, com o objetivo de formular a posição negociadora do Brasil.

## GATT

### Lista III

Em decorrência do Decreto-lei n.º 63, de 21 de novembro de 1966, que modificou a Tarifa de Alfândegas Brasileiras (TAB), o Brasil, nos termos do Artigo XXVIII do GATT, entrou em negociações para a recomposição da sua lista de ofertas tarifárias (Lista III), com 15 países. Até o presente, foram concluídas as negociações com todos esses países, com exceção do Reino Unido. No curso de 1973, prosseguiram os esforços para alcançar um acordo com aquele país.

### Protocolo dos LDC's

Em fevereiro de 1973, entrou em vigor, para os países em desenvolvimento, participantes, o Protocolo relativo às negociações comerciais entre LDC's (países em desenvolvimento).

Embora as concessões negociadas no âmbito do Protocolo só abranjam, por enquanto, tarifas alfandegárias, é de se esperar que proximamente venham também a contemplar barreiras não-tarifárias, de acordo com o previsto na parte preambular daquele instrumento.

A participação brasileira no Protocolo tem-se limitado a concessões feitas em agosto de 1971.

## Adesão da Hungria

Nas negociações para a adesão da Hungria ao GATT, o Brasil teve os seguintes objetivos: i) obtenção de concessões tarifárias para o maior número possível de produtos brasileiros exportados ou exportáveis para aquele país; ii) eliminação das restrições quantitativas aplicadas pela Hungria; iii) eliminação das restrições que impedem o pleno aproveitamento das preferências húngaras.

Em maio de 1973, a Delegação em Genebra foi autorizada a concluir as negociações com a Hungria, aceitando as ofertas tarifárias feitas por aquele país. Não houve da parte húngara nenhuma flexibilidade quanto a barreiras não-tarifárias, tema que poderá vir a ser levantado, caso se julgue conveniente, por ocasião da revisão do Protocolo de Adesão da Hungria.

## Negociações XXIV:6

De acordo com o Artigo XXIV:6 do GATT e em decorrência da adesão do Reino Unido, Dinamarca e Irlanda às Comunidades Européias, tiveram início em Genebra reuniões com vistas a determinar o nível dos prejuízos causados e das compensações devidas pelos três países referidos a terceiros países, como conseqüência do rompimento de **bindings** anteriormente assumidos no âmbito do Acordo Geral.

A lista de ofertas de compensações da CEE ao Brasil foi considerada insatisfatória. Nossa lista de pedidos foi preparada e apresentada à Comunidade, que a está considerando. Antecipa-se a conclusão dessas negociações para a primeira metade de 1974.

## CECLA

Durante o ano de 1973, realizaram-se as XV e XVI CECLA.

Além de aprovar Resolução sobre relações comerciais entre a CEE e a América Latina, a XV CECLA, que teve lugar na Cidade do México, de 22 a 26 de janeiro de 1973, preocupou-se fundamentalmente com as Negociações Comerciais Multilaterais (NCM's). Nela foram adotadas Resoluções sobre o programa da CECLA para a preparação das NCM's e sobre princípios de política para a fase preparatória destas negociações.

A XVI CECLA realizou-se em Brasília, de 22 a 24 de agosto de 1973. As NCM's constituíram o ponto central do debate, tendo havido algumas divergências de opinião no tratamento do assunto: alguns países (entre os quais o Brasil e a Argentina) avaliavam de forma moderadamente otimista os trabalhos do Comitê Preparatório do GATT (III Sessão) e o projeto de declaração por ele preparado, enquanto outros expressavam sua completa insatisfação com o projeto de Declaração. Entretanto, tanto no Relatório quanto na Declaração da CECLA, procuraram-se conciliar as posições. Evitou-se, porém, qualquer tipo de comprometimento, tendo sido deixada aos Estados liberdade de atuação na Reunião Ministerial de Tóquio, realizada de 12 a 14 de setembro de 1973.

## Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)

No curso de 1973, o Brasil participou ativamente dos trabalhos e Conferência realizados no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Em maio e junho, realizou-se a Conferência Diplomática de Viena sobre Propriedade Industrial, quando foram adotados o Tratado e Regulamento de Execução referentes ao Registro Internacional de Marcas de Comércio e de Serviço, o Acordo sobre Proteção de Caracteres Tipográficos e o Acordo de Viena que institui uma Classificação Internacional de Elementos Figurativos de Marcas. O Brasil logrou a aprovação, no texto do Tratado referente ao Registro Internacional de Marcas, de dispositivos relativos a tratamento preferencial em favor de países em desenvolvimento. Por tais dispositivos, o Brasil poderá, sem aderir ao Tratado, ou seja, sem obrigar-se a

reconhecer os pedidos de registro feitos nos grandes centros industriais, os quais passarão a ser válidos para todas as partes contratantes, registrar internacionalmente até 200 marcas por ano, por um período inicial de cinco anos contados a partir da entrada em vigor do Tratado.

Em novembro, durante as reuniões dos órgãos administrativos da OMPI, foi aprovada a proposta brasileira de criação de um programa técnico-jurídico, objetivando facilitar não apenas o acesso à informação tecnológica disponível nos grandes centros industriais, como também a preparação de pessoal qualificado, nos países em desenvolvimento, em legislação internacional sobre propriedade industrial. O referido Programa deverá entrar em vigor a partir de 1974.

Finalmente, cabe registrar a assistência que vem sendo prestada ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio pela OMPI, em convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o objetivo de modernizar o sistema brasileiro de patentes.

## CIES—CECON

No decorrer de 1973, houve duas reuniões da Comissão Especial de Consulta e Negociação (CECON), do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES). Na primeira, realizada em junho, foi decidida a atualização do inventário, anteriormente preparado pelo Grupo **ad hoc** de Comércio da CECON, sobre barreiras tarifárias e não-tarifárias aplicadas pelos Estados Unidos da América a produtos exportados por países latino-americanos. No curso da segunda, realizada em setembro, os países latino-americanos tiveram ampla oportunidade para debater com os Estados Unidos da América os objetivos e as posições respectivas para as futuras Negociações Comerciais Multilaterais.

## Comunidade Econômica Européia (CEE)

### Relações Brasil—CEE

Depois de conversações exploratórias, no primeiro trimestre de 1972, realizaram-se negociações entre o Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em duas fases: de março a junho e de novembro a dezembro de 1973, com vistas à assinatura de um acordo comercial não preferencial. Concluídas satisfatoriamente, foi o acordo assinado a 19 de dezembro de 1973 e deverá vigorar tão logo seja ratificado pelo Brasil. Todavia, as disposições mais importantes, relativas à inclusão de café solúvel e manteiga de cacau — dois produtos de maior interesse para o Brasil — no esquema de preferências generalizadas da CEE, foram postas em vigor autonomamente pelas duas partes a partir de 1.º de janeiro de 1974.

### Relações América Latina—CEE

Institucionalizado, desde 1970, o diálogo entre a América Latina e a Comunidade Econômica Européia, vêm sendo realizados em Bruxelas encontros em nível de Embaixador, representando a América Latina os Chefes de Missão acreditados junto à Comunidade e a esta os Representantes Permanentes dos Estados-membros. Em novembro de 1973, foi realizado o IV Encontro, no qual o representante latino-americano, o Embaixador colombiano Giraldo Jaramillo, depois de fazer o inventário dos encontros anteriores, assinalou que os problemas que ocorrem no âmbito das relações econômicas e comerciais entre a América Latina e a Comunidade continuam sem solução e que se estava verificando uma saturação do diálogo pela repetição das posições de cada parte; caso não houvesse modificação substancial das mesmas, poderia ocorrer uma esterilização dos esforços para a continuação do diálogo. Ressaltou, por outro lado, o trabalho útil, porém limitado, do Grupo Misto de Questões Comerciais formado por ocasião do III Encontro.

Já o representante da Comunidade confinou suas observações ao relatório do Grupo Misto, louvando-lhe o trabalho e afirmando que seu mandato deveria ser renovado. Quanto à melhoria das linhas gerais do esquema de preferências da CEE, reafirmou que se tratava de esquema autônomo, não aberto, portanto, à negociação, mas que os anseios da América Latina eram conhecidos e que suas sugestões seriam levadas em consideração pela Comunidade em seus trabalhos internos no futuro.

O Grupo Misto supramencionado foi encarregado de estudar os assuntos relativos a: i) mecanismos de funcionamento das preferências generalizadas da CEE para países em desenvolvimento; ii) promoção da expansão recíproca do comércio entre as duas partes.

Em seu relatório ao IV Encontro, o Grupo Misto salientou, a respeito dos pontos acima: i) alguns problemas resultam da falta de informação sobre as possibilidades oferecidas pelo esquema. Apesar do esforço da CEE em remediar esse estado de coisas, realizando, por exemplo, seminários, prevê-se que dificuldades continuarão a aparecer, pelo que o Grupo Misto recomenda a continuação de seus trabalhos em 1974. Por outro lado, os representantes latino-americanos no Grupo declararam que desejam continuar a utilizar o mesmo para expor seus pontos de vista sobre o conjunto do sistema (apesar de a CEE não ter aceito incluir esse tema nos termos de referência do Grupo); ii) promoção e expansão das exportações. No caso das exportações latino-americanas, o Grupo se propõe a levar a cabo um estudo para fazer inventário, apreciação e propostas de melhoramento das estruturas e procedimentos estatais e paraestatais existentes sobre promoção de exportações da América Latina para a CEE, assim como, no âmbito comunitário, sobre as importações procedentes de países latino-americanos.

**Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Carta de Direito e Deveres Econômicos dos Estados**

Durante a III UNCTAD, por proposta do México, foi aprovada Resolução relativa à elaboração de uma Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados.

O Brasil, embora admitindo que tal instrumento possa vir a se superpor à Estratégia Internacional para o Desenvolvimento, que possui escopo e nível semelhante da generalidade, apoiou a proposta mexicana.

Os pontos que mereceram maior atenção do Brasil nas duas reuniões realizadas em Genebra pelo Grupo de Trabalho encarregado de elaborar o projeto de Carta foram os relativos à introdução do conceito de segurança econômica coletiva (incorporado ao preâmbulo), à exclusão de temas políticos controvertidos e problemas regionais e posturas com objetivos polêmicos. Quanto ao mecanismo de implementação, a posição do Brasil é de que a Carta deveria ser considerada como um código de conduta, cuja execução dependeria da decisão e vontade dos signatários.

**Sistema Geral de Preferências (SGP)**

Foram de pouca monta as alterações nos diversos esquemas de preferências generalizadas em 1973. Modificações de pequeno alcance foram introduzidas nos esquemas da CEE, Noruega e Japão. A Austrália e a CEE anunciaram revisões de grande porte que vigorarão a partir de 1974.

Foi realizado, no Palácio Itamaraty, em Brasília, de 22 de outubro a 1.º de novembro, um Seminário Internacional sobre o Sistema Geral de Preferências, organizado pela equipe do Projeto UNCTAD/PNUD denominado Training and Advisory Services and the GSP, e que contou com a colaboração do Itama-

raty e do Ministério do Planejamento. O objetivo do seminário foi o de proporcionar a funcionários de diversos países beneficiários de preferências a oportunidade de examinar e discutir tópicos relacionados com a operação do SGP. Compareceram representantes de cerca de 30 países em desenvolvimento, que tiveram a oportunidade de expor as experiências respectivas, e se informarem das principais ocorrências recentes relativas ao SGP. Estiveram também presentes representantes de países socialistas que mantêm esquemas de preferência, cujo funcionamento foi por eles explicado aos participantes.

## Têxteis

### Situação Mundial de Têxteis. Posição do Brasil

Em dezembro de 1973, foi negociado o Acordo sobre Comércio Internacional de Têxteis no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT). O Acordo sobre Comércio Internacional de Têxteis será submetido às autoridades governamentais que participaram da Delegação brasileira às negociações do Acordo, para que decida sobre a adesão do Brasil ao mesmo.

### Situação de Têxteis no Âmbito Bilateral

No âmbito bilteral, o Itamaraty tem lutado contra a imposição de restrições, só as aceitando quando a recusa implicasse em prejuízo de nossas exportações. Além disso, tem procurado sempre aumentar os contingentes estabelecidos e flexibilizar a rigidez dos sistemas restritivos vigentes.

#### 1. Acordo Bilateral com os Estados Unidos da América sobre Têxteis de Algodão

Para o ano-acordo 72/73, a quota brasileira de têxteis de algodão no mercado norte-americano, de conformidade com o acor-

do bilateral existente, foi de 80.987.500 jardas quadradas, das quais foram utilizadas 78.155.674, perfazendo 96,50%.

## 2. Restrição Unilateral à Importação de Fios de Algodão Provenientes do Brasil Mantida pelo Canadá

Para o segundo ano do acordo de "restrição voluntária" que o Canadá mantém com o Brasil, o Textile and Clothing Board canadense, órgão encarregado de pesquisar o mercado de têxteis do Canadá e emitir recomendações, determinou uma majoração de três por cento do contingenciamento do ano anterior, havendo o setor têxtil brasileiro reivindicado o dobro da quota do ano anterior.

Durante o ano-acordo 72/73, nossa quota foi, portanto, de apenas 1.545.000 libras-peso, das quais foram utilizadas .... 1.169.266 libras-peso, o que corresponde a 75,6% da nossa quota.

Para o terceiro ano-acordo, iniciado a 1.º de setembro de 1973, o Textile and Clothing Board recomendou novamente um aumento de 3% e estabeleceu, a fim de atender à pressão da demanda interna, uma quota extra de 1.000.000 de libra-peso, à qual o Brasil não concorreu por não estar a indústria têxtil brasileira em condições de atender à demanda.

## 3. Restrição Unilateral às Importações de Têxteis de Algodão Provenientes do Brasil Mantida pelo Reino Unido

Para o ano de 1973, o Reino Unido fixou para o Brasil a quota de 3.534.829 jardas quadradas, englobando fios, tecidos crus e confecções, podendo ser utilizada, até 75%, para a exportação dessas últimas. Face à exigüidade da quota oferecida, foram realizadas gestões junto às autoridades britânicas no sentido de aumentá-la, do que resultou a concessão de uma quantidade adicional de 1.000.000 de jardas quadradas.

## 4. Restrição Unilateral às Importações de Têxteis de Algodão Provenientes do Brasil Mantida pela França

Para o ano de 1973, a França estabeleceu uma quota de 142 toneladas, distribuída da seguinte forma: 110 toneladas para tecidos de algodão cru; 25 toneladas para outros tecidos de algodão; 7 toneladas para confecções.

## Protecionismo: Ferro Gusa, Película Impressa de Vinil e Calçados

Durante 1973, três produtos da pauta de exportação brasileira foram objeto de investigações de cunho protecionista por parte das autoridades do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos da América.

As investigações sobre as exportações brasileiras para o mercado norte-americano de ferro gusa e película de vinil tinham por finalidade a imposição de direitos especiais de **dumping**. Concluiu o Departamento do Tesouro que o ferro gusa não estava sendo vendido a preços de **dumping**, mas que a película de vinil o estava, o que conduziu à imposição unilateral pelos Estados Unidos de uma sobretaxa de **dumping**.

O terceiro item brasileiro atingido foi o de calçados. A Associação Americana de Indústrias de Calçados apresentou ao Departamento do Tesouro reclamação contra a importação de calçados de couro provenientes do Brasil, alegando concessão de subsídios, cabendo, portanto, a aplicação da Lei de Tarifas de 1930 (Seção 303). Esta lei estipula que, sempre que um órgão conceda **bounty or grant** à exportação de mercadorias importadas pelos Estados Unidos, seja imposta e cobrada pelo Secretário do Tesouro taxa adicional equivalente àquele subsídio. Em fins de 1973, a investigação ainda não tinha se iniciado formalmente, havendo realizado tão-somente contatos preliminares em nível técnico entre o Ministro da Fazenda brasileiro

e o Secretário do Tesouro norte-americano. O Itamaraty empenhou-se em acompanhar tão estreitamente quanto possível esses entendimentos.

## Estratégia Internacional para o Desenvolvimento (EID): ONU, CEPAL e ECOSOC

O tema de Estratégia Internacional para o Desenvolvimento mereceu especial atenção durante a XV Reunião da CEPAL, realizada em março de 1973, em Quito. Como resultado, preparou-se o documento Avaliação de Quito, de cunho exclusivamente latino-americano e que reflete posições brasileiras sobre vários dos principais pontos da estratégia, especialmente o enfoque brasileiro de que o crescimento econômico acelerado é fundamental para o êxito das mudanças qualitativas e estruturais, e, conseqüentemente, para o efetivo cumprimento das metas da Estratégia. A Avaliação de Quito, por sua evidente superioridade em relação às avaliações feitas pelas demais comissões econômicas regionais da ONU, serviu de base à avaliação dos 77 na V Sessão Especial da Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD.

Na II Sessão do Comitê de Revisão de Avaliação do ECOSOC, salientaram-se, além do imobilismo dos países industrializados, as teses (a) **revisionista** — de substância, advogando modificações essenciais na EID, se possível agora, senão o mais tardar até 1975 e (b) **implementadora** — que visa a quantificar os resultados já obtidos e, caso necessário, adotar medidas corretivas.

A esse respeito, o Brasil defende a tese de que a linha de ação mais conveniente seria uma combinação das duas, visto que o conceito de estratégia e o entendimento de que a EID deve ser um instrumento dinâmico para promover o desenvolvimento implicam a necessidade de constante revisão de substância, a fim de adequá-la a novas exigências e situações. Ao mesmo

tempo, o exercício de revisão não deve impedir a intensificação do processo de implementação de medidas que prescindam de correções para atingir seus objetivos.

Por ocasião da XXVIII Sessão da Assembléia Geral da ONU foi circulado documento oficial elaborado por um Grupo de Trabalho da II Comissão, em que se fazia a primeira revisão e avaliação dos objetivos e políticas da EID. A Delegação do Brasil manifestou sua insatisfação com o documento por deixar de analisar e explorar as causas verdadeiras dos fracassos na consecução dos objetivos da estratégia nos dois primeiros anos da década, e por ter sofrido uma diluição geral em praticamente todos os pontos que implicam ou poderiam implicar em uma crítica aos países desenvolvidos.

## Segurança Econômica Coletiva

Por ocasião da XXVII Assembléia Geral da ONU, o Chefe da Delegação brasileira pronunciou discurso dando maior profundidade conceitual à tese de segurança econômica coletiva e considerando que a totalidade do sistema das Nações Unidas poderia vigorar através da cooperação econômica. Ante a repercussão registrada, o Governo brasileiro obteve sua inclusão na temática do ECOSOC para 1973.

Na 54.ª Sessão do ECOSOC, o Chefe da Missão do Brasil junto às Nações Unidas analisou os elementos componentes e o quadro de referência conceitual da idéia de segurança econômica coletiva, bem como seus efeitos externos e suas projeções sobre os principais e iniciativas adotados ou a serem adotados pelas Nações Unidas.

No discurso de abertura da 28.ª Assembléia Geral das Nações Unidas, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Chefe da Delegação do Brasil, voltou a referir-se ao tema, mencionando a vinculação entre a Segurança Econômica e a Segurança Política, e as potencialidades práticas do novo instru-

mento teórico, como, por exemplo, as operações econômicas de paz.

## UNIDO

A XXVI Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou, por unanimidade, projeto discutido por ocasião da I Conferência Especial da UNIDO relativo à constituição de um Grupo de Peritos de alto nível encarregado de elaborar a estratégia a longo prazo da Organização.

Entre os participantes do referido Grupo, indicados pelo Secretário Geral da ONU, incluía-se o Embaixador Miguel Ozório de Almeida. Após quatro reuniões, realizadas em 1972 e 1973, foi aprovado relatório do qual o Embaixador Miguel Ozório se disassociou por julgar que o mesmo e suas recomendações não correspondiam a uma estratégia explícita de longo alcance para a Organização.

O documento foi encaminhado à consideração da VII Junta de Desenvolvimento Industrial, despertando longos debates entre a União Soviética, de um lado, advogando a imediata implementação das recomendações do relatório, e, do outro, o Brasil, à luz das restrições apresentadas pelo Embaixador Miguel Ozório de Almeida.

Em resultado do impasse que se criou, foi aprovada Resolução constituindo um Comitê **ad hoc**, intergovernamental, com o objetivo de examinar as recomendações do Grupo de Peritos, preparando um plano para as que sejam implementáveis, e de assistir a JID na formulação adicional da estratégia a longo prazo da UNIDO.

Durante a VII JID foi também aprovada, com o apoio do Brasil, recomendação para que a II Conferência Especial da UNIDO se realize em Lima, em 1975.

O Comitê **ad hoc** para examinar o relatório dos Peritos realizou, em 1973, duas reuniões que se limitaram ao capítulo das Recomendações, reservando-se a terceira reunião, em 1974, para o estudo da estratégia a longo prazo propriamente dita, ponto de maior interesse para o Brasil.

## POLÍTICA FINANCEIRA

### Cooperação Financeira com a República Federal da Alemanha

O Itamaraty manteve estreita colaboração com a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral na implementação e dinamização dos programas de cooperação financeira com a República Federal da Alemanha, havendo submetido ao Governo de Bonn e, posteriormente, junto a este, desenvolvido gestões para a obtenção de financiamento, dos projetos considerados prioritários pelo Governo brasileiro, a serem incluídos no programa correspondente ao ano de 1973.

Nessas condições, ultimam-se os entendimentos para a assinatura do Protocolo que formalizará a concessão ao Brasil, através do Kreditanstalt fuer Wiederaufbau, de créditos no montante de 119 milhões de marcos alemães.

### Acordos de Garantia de Investimentos

A Embaixada da Noruega sondou o Itamaraty sobre a possibilidade de negociações de um acordo de garantia de investimentos, tendo sido oferecida às autoridades norueguesas uma proposta brasileira que possa servir de base às negociações, caso estas venham a realizar-se.

## Dupla Tributação

Em prosseguimento à política brasileira de concluir, com os diferentes países desenvolvidos, exportadores de capitais, o maior número de acordos bilaterais que evitem a dupla tributação em matéria fiscal, ocupou-se o Itamaraty em coordenar os contatos das autoridades fazendárias brasileiras com as estrangeiras, e participar ativamente das negociações ora em curso e das que culminaram em acordos já rubricados, prestes a entrarem em vigor.

Por outro lado, o setor competente tomou parte nos trabalhos da Comissão de Estudos Tributários Internacionais (CETI) do Ministério da Fazenda, cuja finalidade visa ao estudo metódico da legislação comparada em matéria tributária, bem como do problema da dupla tributação internacional e acordos respectivos.

No curso de 1973, tanto o Brasil quanto a Finlândia cumpriram os requisitos constitucionais que permitiram a entrada em vigor, em 22 de dezembro, da Convenção sobre Dupla Tributação firmada entre os dois países.

Já rubricadas, às vésperas de serem assinadas, figuram as convenções com a Áustria, Dinamarca, Espanha e Suécia. Finalmente, encontra-se o Governo brasileiro negociando atos semelhantes com os Governos de Luxemburgo, Suíça e República Federal da Alemanha, havendo iniciado negociações com os Governos da Grã-Bretanha e da Itália.

## Política de Seguros

Procurou o Itamaraty intensificar e aprofundar seus entendimentos e colaboração com as autoridades securitárias brasileiras, empenhadas em fortalecer o mercado segurador nacional e resguardar os interesses comerciais brasileiros frente a pressões exercidas pelas grandes companhias internacionais.

Com este objetivo, prestou assistência e participou, através da Delegação em Genebra, da representação brasileira à reunião do Comitê de Invisíveis e Financiamento da UNCTAD, celebrada naquela cidade, em junho de 1973.

**Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**

O Ministério das Relações Exteriores prestou colaboração às autoridades fazendárias na reunião da Junta de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Kingston, Jamaica, de 5 a 10 de maio, havendo integrado a Delegação brasileira àquela reunião.

Entre os temas examinados pelos Governadores do BID, naquela oportunidade, merece referência, pelas implicações de ordem política e gestões de natureza diplomática que acarreta, a admissão de países extra-regionais naquela instituição de crédito.

**Fundo Monetário Internacional. Banco Mundial**

A colaboração da Secretaria de Estado às autoridades fazendárias, no âmbito do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, fez-se sentir, ultimamente, pelo fluxo de informações recebidas das Missões diplomáticas brasileiras no exterior, no tocante ao desenvolvimento da prolongada crise do sistema monetário internacional e no acompanhamento das negociações para a reforma do sistema, estancadas pelas repercussões do agravamento da crise mundial de energia.

**Fundo Africano de Desenvolvimento**

Submeteu-se à aprovação do Poder Legislativo o texto do Acordo Constitutivo do Fundo Africano de Desenvolvimento,

constituído sob os auspícios do Banco Africano de Desenvolvimento, ao qual o Brasil aderira, **ad referendum** do Congresso Nacional, em 29 de novembro de 1972.

Uma vez aprovado pelo Legislativo, o Governo brasileiro ratificou o Acordo, o que permitiu a plena participação do Brasil no Fundo, como único país latino-americano a integrá-lo mediante quota no valor de dois milhões de dólares.

### Agências de Bancos Brasileiros no Exterior

Também se fez notar a atuação do Itamaraty nos entendimentos processados com autoridades de Governo ou autoridades monetárias estrangeiras quanto à abertura de agências ou escritórios de representação de bancos brasileiros no exterior.

De maneira geral, as gestões brasileiras se encaminharam no sentido de obter autorização com aquele objetivo, embora em alguns casos, dada a política restritiva de determinados países, isto somente se alcance mediante a promessa de reciprocidade.

Quanto à política de expansão do Banco do Brasil no exterior, procurou o Itamaraty empenhar-se a fundo no espírito de colaboração com a alta administração do Banco, encaminhando e facilitando, através da ação das missões diplomáticas e Representações consulares, os contatos dos representantes daquela instituição bancária junto às autoridades dos países visados pela citada política.

## TELECOMUNICAÇÕES

Além de ter sido marcado pelo constante e crescente espírito de colaboração entre o Itamaraty e o Ministério das Comunicações, o ano de 1973, no que tange ao setor das telecomunicações, caracterizou-se por grande número de reuniões inter-

nacionais, das quais, direta ou indiretamente, participou o Ministério das Relações Exteriores.

No âmbito da União Internacional de Telecomunicações, de 28 de abril a 18 de maio, realizou-se a 28.ª Sessão do Conselho de Administração da UIT, a qual, no que respeita às questões políticas, marcou-se pela confirmação da admissão da República Popular da China naquela União, assim como da República Democrática Alemã e de Bangladesh, além de ter sido dedicada à preparação da Conferência de Plenipotenciários da UIT, e que foi realizada em setembro/outubro do mesmo ano.

Importante foi a participação do Itamaraty no conclave em apreço, face ao trabalho diplomático levado a efeito com vistas à reeleição do Brasil para o Conselho de Administração da UIT, o que foi conseguido, tendo o Brasil sido o terceiro país mais votado para constituir, pelos próximos cinco anos, o mencionado Conselho.

Sob os auspícios da UIT foram realizadas, respectivamente em Brasília e em São Paulo, no período junho/julho último, as Reuniões da Comissão do Plano Regional para a América Latina e do Seminário sobre Radiodifusão na América Latina.

No âmbito regional o Brasil foi sede da Reunião da CITEL, a qual, realizada no Rio de Janeiro em julho de 1973, foi dedicada à radiodifusão na América Latina.

No âmbito da União Postal Universal (UPU) foi efetuado, pelo Itamaraty, intenso trabalho com o fim de assegurar, no XVII Congresso da UPU, a realizar-se em junho de 1974, em Lausanne, a eleição do Brasil para país-sede do XVIII Congresso daquela União, marcado para 1979.

O Itamaraty, implementando a política brasileira em prol da conclusão de Acordos de Radioamadorismo, por troca de notas, com países de todas as regiões do globo, firmou acordo dessa

natureza com a Dinamarca, tendo, ademais, proposto a conclusão de acordos similares com a Noruega e o Paraguai.

## Transportes Marítimos

O ano de 1973 foi marcado, mais uma vez, pela estreita colaboração do Ministério das Relações Exteriores com a Sunamam no âmbito dos transportes marítimos, no que tange às suas implicações para a política externa brasileira.

No âmbito bilateral, em abril de 1973, foi rubricado, em nível técnico, um Acordo de Transportes Marítimos Brasil—Chile, que está por ser assinado em nível governamental. No mesmo mês de abril do ano findo foi assinado, entre o Brasil e o Peru, acordo de igual natureza, o qual, embora já tenha sido ratificado pelo Governo brasileiro, não o foi, até o momento, pelo daquele país. O Governo brasileiro, através do Itamaraty, já propôs também aos Governos do Equador e da Colômbia a conclusão de acordos bilaterais de transporte marítimo.

No âmbito regional, o assunto de maior relevância foi a entrada em vigor do Acordo de Transporte sobre Água, da ALALC. O citado acordo e sua regulamentação estão sendo estudados pelo Itamaraty e pela Sunamam, de modo a determinar se o Governo brasileiro deverá ou não ratificar os mesmos.

No setor multilateral, o ano de 1973 foi marcado pelas reuniões preparatórias para a Conferência de Plenipotenciários sobre um Código de Conduta das Conferências de Fretes, que teve sua I Sessão realizada em Genebra, nos meses de novembro e dezembro. Cumpre salientar que o citado conclave, por não ter chegado a aprovar o texto definitivo do mencionado Código, decidiu realizar em março de 1974 uma segunda Sessão, a qual deverá aprovar, obrigatoriamente, um texto definitivo para o Código de Conduta em tela.

## Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO)

No âmbito da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental, o Ministério das Relações Exteriores atuou em estreita colaboração com os Ministérios da Marinha e Transportes, bem como com diversas autarquias e empresas de economia mista, como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce.

Além da participação brasileira nas XXX e XXXI Sessões do Conselho da Organização e na VIII Sessão da Assembléia, cumpre mencionar a presença do Brasil na Conferência Internacional sobre Poluição Marinha, que teve lugar em Londres, de 8 de outubro a 2 de novembro. Dela resultou uma Convenção Internacional, que tem por objetivo eliminar, no máximo até o fim da década, a poluição internacional dos mares por óleo e outras substâncias tóxicas e conseguir, na medida do possível, a redução das descargas acidentais.

## Transportes Aéreos

No decorrer de 1973 foram realizadas, no âmbito bilateral, Reuniões de Consulta com o Japão (Tóquio, 13 a 20 de fevereiro), Países Baixos (Rio de Janeiro, 2 a 6 de abril) e Reino Unido (Rio de Janeiro, 18 a 28 de junho), para resolver questões pendentes nas relações aeronáuticas e zelar pela perfeita execução dos Acordos sobre Transportes Aéreos Regulares vigentes.

No período em apreço também foram realizadas negociações aeronáuticas com autoridades de aviação civil de Israel e do Zaire. As negociações Brasil—Israel (Rio de Janeiro, de 20 a 24 de março) foram provocadas pelo interesse do Governo israelense em que seu transportador nacional amplie seus serviços para a América do Sul. Já as negociações com o Zaire representaram uma primeira tomada de posição com vistas à futura conclusão de um acordo aéreo entre os dois países.

No plano multilateral, destacaram-se em 1973 os seguintes eventos promovidos pela Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) que tiveram a ativa participação do Brasil:

a) XX Período de Sessões do Comitê Jurídico (Montreal, de 9 a 30 de janeiro) para examinar projetos de convenção sobre sanções aplicáveis em casos de apoderamento ilícito de aeronaves;

b) 19.ª Assembléia Geral Extraordinária (Nova York, de 27 de fevereiro a 2 de março), que se ocupou da eleição dos três novos membros do Conselho da OACI, em decorrência de emenda à Convenção sobre Aviação Civil Internacional, que elevou para 30 o número de Estados-membros representados naquele órgão;

c) 8.ª Conferência da Divisão de Facilitação (Dubrovnik, de 6 a 23 de março), que adotou normas e recomendações para a simplificação e desburocratização do transporte aéreo internacional;

d) 20.ª Assembléia Geral Extraordinária (Roma, de 28 de agosto a 21 de setembro), que formalizou projeto de convenção sobre sanções aplicáveis a seqüestros de aeronaves.

No âmbito regional, cumpre salientar a participação brasileira na Conferência de Autoridades Aeronáuticas da América Latina (México, de 11 a 13 de dezembro) que instituiu a Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (CLAC).

Deve-se registrar, ainda, a atuação do Itamaraty no Grupo de Trabalho que funcionou em 1973 vinculado ao Ministério da Aeronáutica, encarregado de fixar as diretrizes para a entrada em operação dos aviões de grande capacidade, prevista para 1974.

## Transportes Terrestres

O Grupo de Trabalho Interministerial sobre Transporte Internacional Terrestre, presidido pelo Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações do Itamaraty, reuniu-se em abril e outubro de 1973, com a finalidade de promover ajustes operacionais na execução do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre de 1966, que regulamenta o tráfego internacional terrestre de cargas e passageiros, em bases comerciais, entre Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile.

Em dezembro, foi realizada no Itamaraty a IV Reunião Ordinária dos Ministros de Transportes e Obras Públicas do Cone Sul. Na ocasião, foram adotadas resoluções com o objetivo de harmonizar a política de transportes na região do Cone Sul visando à mais rápida integração de transportes na área. Funcionará no Brasil em 1974 a Secretaria Executiva do certame.

## PRODUTOS DE BASE

O campo de ação desse setor é necessariamente amplo, em virtude do número de produtos que podem ser classificados em seu âmbito. É inevitável, destarte, um critério de seletividade, em resposta às solicitações que lhe são dirigidas. Seus parâmetros gerais são a importância específica de cada produto para o comércio brasileiro, assim como o grau de contribuição substantiva que pode ser prestado pelo Itamaraty com relação ao produto determinado. De um ponto de vista geral, podem ser citados como tendo sido objeto de tratamento, em 1973: café, açúcar, cacau, minérios (entre os quais ferro, manganês, carvão, não-ferrosos, etc.), pesca, petróleo, trigo, cereais, algodão, carnes, sisal, cítricos, oleaginosas, couros e peles, chá, madeira, borracha, etc.

## Café

Em sua XXI Sessão, realizada em Londres entre 4 e 11 de dezembro de 1972, o Conselho Internacional do Café havia dado instruções à Junta Executiva da Organização no sentido de estudar o procedimento a ser seguido em virtude do fracasso das negociações para a fixação das quotas para o ano cafeeiro 1972/73, e de estabelecer um programa de trabalho para a renegociação ou extensão do Convênio Internacional do Café de 1968. Na XXII Sessão, chegou a seu termo o longo e sofrido processo, iniciado em agosto de 1970 (XVII Sessão do Conselho), de desentendimento entre produtores e consumidores na busca de soluções mutuamente adequadas para os problemas de fixação de quotas e preços dentro da conjuntura de escassez por que passara a se caracterizar o mercado.

Foi, pois, em abril de 1973, por força da Resolução n.º 264, que o Conselho decidiu prorrogar por um período de dois anos, destituído de todas as suas cláusulas econômicas, o Convênio de 1968, transformando-se a Organização Internacional do Café num foro de negociação e centro de coleta e distribuição de informações estatísticas.

Paralelamente às atividades que desenvolveu no seio da Organização Internacional do Café, onde sempre manteve a sua posição de defensor de mecanismos multilaterais para o ordenamento do mercado, o Brasil, representado por altos funcionários do Instituto Brasileiro do Café e do Ministério das Relações Exteriores, teve influência decisiva na formação e fortalecimento de um grupo de produtores de café, que, através de sucessivas reuniões, acompanhou com atenção a evolução do mercado, buscando, por meio do controle da oferta, a maximização das receitas obtidas com suas exportações do produto. Nesse contexto, merecem menção especial os entendimentos havidos entre Brasil, Portugal, Costa do Marfim e Colômbia e que finalmente resultaram na criação de uma empresa multinacional para a comercialização do café, a Cafemondial.

## Açúcar

O mais significativo acontecimento registrado em 1973 no setor do açúcar foi o impasse a que chegou a Conferência Renegociadora das Nações Unidas sobre Açúcar, em decorrência do qual passou o mercado internacional do produto a operar livremente, isto é, sem a interveniência dos mecanismos reguladores instituídos pelo Acordo de 1968. Continua, porém, em funcionamenta a Organização Internacional do Açúcar (OIA), que, nos termos do chamado Acordo Internacional do Açúcar, 1973, de caráter meramente administrativo, tem por finalidade preparar as negociações de um Acordo efetivamente capaz de disciplinar o mercado.

Como signatário do Acordo Internacional do Açúcar, de 1973, o Brasil segue participando ativamente, através da representação permanente que mantém junto à OIA, dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos naquele foro. Em contato com os setores competentes do Instituto do Açúcar e do Álcool, o Departamento Econômico do Itamaraty coordenou não apenas a posição do Governo nesses trabalhos, como também a celebração de contratos de fornecimento de açúcar a longo prazo entre a autarquia, de um lado, e órgãos similares de Governos e empresas internacionais, do outro.

Graças a uma dinâmica política de vendas, o açúcar transformou-se em 1973, em termos de valor, no terceiro produto de base de exportação do Brasil (superado apenas pelo café e pela soja), contribuindo com mais de 600 milhões de dólares no total da receita cambial obtida. Das 2.976.614 toneladas de açúcar exportadas, 445.582 toneladas destinaram-se aos Estados Unidos da América, cujo mercado esteve regulado pelo U.S. Sugar Act.

## Pesca

Em 1973, como em 1971 e em 1972, o Itamaraty teve importante participação, em estreito contato com os órgãos com-

petentes dos Ministérios da Marinha e da Agricultura, na formulação e implementação da política brasileira de pesca nas relações bilaterais que vêm sendo desenvolvidas com os países que têm ou podem ter interesse em atividades pesqueiras no interior de nosso mar territorial.

Estiveram em vigor durante o ano de 1973 os três acordos bilaterais sobre pesca de camarão firmados com os Estados Unidos da América, Países Baixos (Suriname) e Trinidad-e-Tobago, em 1972, e pelos quais é regulado o acesso de embarcações pesqueiras de bandeira desses países às águas setentrionais do Brasil. Em junho de 1973 foi concluído um quarto acordo, pelo qual dez embarcações camaroneiras de bandeira de Barbados foram autorizadas a capturar camarão em determinada área do mar territorial brasileiro. Todos os instrumentos prevêem o pagamento de compensação econômica ao Governo brasileiro.

Iniciadas em agosto de 1973, as negociações entre delegações do Brasil e do Japão para a conclusão de um acordo não chegaram a termo e teriam sido reiniciadas no fim do ano, caso não tivessem sido prorrogados por seis meses, isto é, até 30 de junho de 1974, os acordos acima referidos.

## Algodão

O único foro existente de discussão sobre problemas de mercado dessa matéria-prima é o Comitê Consultivo Internacional do Algodão (CCIA), que agrupa atualmente 43 países produtores e consumidores. Sediado em Washington, o CCIA realiza uma Reunião Plenária anual naquela cidade ou em outra localidade. Nos intervalos entre as plenárias, reúnem-se em Washington o Comitê Permanente e seus subcomitês (Finanças e Informações).

A 32.ª Reunião Plenária, cuja realização era prevista para outubro de 1973, em Nova Delhi, deixou de ser realizada devido a fatores políticos que determinaram seu adiamento.

Além do CCIA, participa o Brasil, juntamente com outros oito

países, do Instituto Internacional do Algodão, organismo que se dedica à promoção e pesquisa da fibra. As atividades do IIA se exercem nas principais áreas importadoras (Europa Ocidental e Japão) e visam aumentar a competitividade do algodão frente aos sintéticos. O reduzido número de países-membros do referido Instituto é explicado pelo oneroso sistema de contribuições, cujo valor real tem contudo diminuído, tendo em vista a desvalorização do dólar e a inflação mundial. Tais fatores agravaram-se em 1973 e levaram os membros do IIA a examinar certas medidas corretivas sobre as quais alguma decisão poderá ser adotada em 1974. Desde 1972, a presidência do Instituto vem sendo exercida por um brasileiro.

**Trigo**

No plano multilateral, participou o Brasil da 67.ª Reunião do Conselho Internacional do Trigo, realizada em Londres, em novembro, e durante a qual apenas se examinaram as perspectivas de produção e consumo para a safra 74/75.

A ação do Itamaraty fez-se sentir sobretudo no plano bilateral e, particularmente, em relação ao Acordo de Trigo Brasil—Argentina. Com efeito, em agosto, aquele país suspendeu os embarques para o Brasil de trigo já contratado e declarou-se impossibilitado de contratar as quantidades adicionais previstas para o quarto trimestre. Essa situação levou o Ministério das Relações Exteriores a promover esforços para normalizar o comércio do produto com o país vizinho, esforços esses que não haviam todavia frutificado ao findar o ano.

Paralelamente, ainda no plano bilateral, foram realizadas durante o mês de outubro negociações entre o Brasil e o Canadá, que resultaram na aquisição de 400 mil toneladas de trigo canadense, no contexto do Acordo Brasil—Canadá, de 1972.

## Minérios

O período em foco não apresentou grande destaque no que se refere a minérios. De maior importância, registra-se apenas a VI Sessão do Grupo Informal dos Países Produtores de Minério de Ferro, ocasião em que foi encomendado a um Grupo de Peritos, que se reuniu no segundo semestre, estudo detalhado de alguns problemas mais prementes do mercado internacional daquele produto, concluindo-se necessidade de se estabelecerem mecanismos de maior cooperação entre os produtores/exportadores, seja em nível governamental, seja em nível empresarial. Basicamente, assim, o Itamaraty atuou nesse setor acompanhando a evolução dos mercados internacionais de minérios, particularmente no último trimestre, quando as cotações iniciaram alta sem precedentes e em boa parte provocada pela inversão maciça de capitais especulativos, incumbindo-se o Itamaraty de manter informados os órgãos internos competentes a respeito tanto dessa alta de preços, quanto de outros assuntos de interesse observados pelas Missões diplomáticas.

## Carvão

Deu-se início em 1973, embora de forma reduzida, à análise de novas fontes de suprimentos de carvão metalúrgico para a indústria siderúrgica nacional, assinalando-se nesse campo os entendimentos preliminares com o Governo da Província canadense de Alberta.

## Cacau

O ano de 1973 foi marcado, de um lado, pela forte elevação das cotações internacionais do produto e, de outro, pela entrada em vigor, a título provisório, do Acordo Internacional do Cacau.

Em torno desse último ponto giraram as várias reuniões internacionais sobre cacau celebradas durante o período em tela e

nas quais coube ao Itamaraty coordenar a participação brasileira. Nas reuniões realizadas no primeiro semestre do ano, o esforço concentrou-se na elaboração dos regulamentos e regras de operação necessários ao funcionamento do Acordo, e destinados a permitir a plena aplicação dos dispositivos de controle nele contidos. Desses trabalhos resultaram a criação de certificados de origem e selos de exportação, a designação de agências certificadoras em cada país, o estabelecimento da sistemática de controle alfandegário e de acompanhamento estatístico dos embarques, a forma e os prazos de pagamento ao Estoque Regulador, as regras de procedimento e outras disposições operativas.

A conclusão dessa etapa normativa coincidiu com o preenchimento das exigências de ratificação, o que permitiu a entrada em vigor do Acordo Internacional do Cacau a 30 de junho, tendo o Brasil depositado seu instrumento de ratificação no dia 25 daquele mesmo mês. Em agosto, o Conselho Internacional do Cacau, previsto pelo Acordo, celebrou sua primeira sessão, durante a qual foram adotadas diversas decisões administrativas referentes à implantação da Organização Internacional do Cacau (para cuja sede foi escolhida a cidade de Londres) e fixadas as quotas de exportação para o ano cacaueiro 1973/1974.

Na ocasião, por iniciativa do Brasil, apoiada pelos demais países produtores, foram também iniciadas discussões sobre a elevação de faixa de preços do Acordo, pois a mesma já se afigurava irrealista — e conseqüentemente inoperante — em face das cotações vigentes no mercado; seu reajuste impunha-se, ademais, como decorrência dos efeitos da inflação mundial nos custos de produção. Verificou-se, porém, desde o início, forte resistência dos países consumidores à alteração desejada, o que tornou impossível sua adoção. Espera-se que uma decisão favorável sobre a matéria possa ser alcançada no decorrer de 1974.

Por outro lado, em conseqüência da criação da Organização Internacional do Cacau, tornava-se necessária uma reforma do

outro organismo existente — Aliança dos Produtores de Cacau. Nesse sentido, durante a XX Assembléia Geral da entidade, realizada em Salvador, Bahia, em abril, quando já era tida como provável a entrada em vigor do Acordo, a Delegação brasileira sugeriu fosse estudada a adaptação da Aliança às novas condições institucionais do mercado cacaueiro. A receptividade dos demais países-membros à sugestão brasileira levou à elaboração de um memorandum mais pormenorizado sobre a matéria, apresentado formalmente pelo Brasil por ocasião da XXI Assembléia Geral (Lomé, Togo, outubro de 1973), de que resultou a criação de um Grupo de Trabalho **ad hoc** sobre a reforma do organismo, com reunião prevista para janeiro de 1974.

Finalmente, no tocante ao comportamento do mercado cacaueiro internacional, foram atingidos níveis de preço sem precedentes, muito acima do ponto máximo do Acordo, cujo esquema, ainda desprovido do estoque regulador, permaneceu inoperante. A conjuntura altista trouxe sensíveis benefícios ao setor cacaueiro nacional.

### Petróleo

O ano de 1973 foi particularmente movimentado no campo petrolífero. A coordenação dos países produtores no âmbito da OPEP promoveu a elevação dos preços do produto, a qual, no final do ano, por motivos tanto econômicos quanto políticos, atingia proporções dramáticas para os países importadores do produto.

Como não podia deixar de ocorrer, o Itamaraty dedicou especial atenção ao petróleo. Procurou primeiramente manter um estreito contato com a Petrobrás e trabalhou em íntima ligação com essa empresa. Ao mesmo tempo, buscou-se a coordenação com outros órgãos da administração federal, principalmente com o Ministério das Minas e Energia.

Uma das principais preocupações foi o aumento do fluxo de informações advindas das Missões no exterior sobre asuntos petrolíferos, de modo a fornecer um apoio efetivo às atividades dos órgãos diretamente responsáveis pela formulação da política para o produto.

Funcionário do Itamaraty participou de duas missões que visitaram os principais países produtores de petróleo do Oriente Próximo. A primeira, chefiada pelo Chefe do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores, teve com' principal objetivo realizar contatos que pudessem propiciar a Brasil a garantia de fornecimento do combustível. De muito valeu essa viagem para que, na época aguda da crise do petróleo, em fins de 1973, e princípios de 1974, quando o grande número de países ocidentais era alvo do embargo imposto pelos árabes, fosse o Brasil considerado país amigo.

A segunda missão, também dirigida pelo Chefe do Departamento Econômico do Itamaraty, contou com a presença de altos funcionários da Petrobrás e, além de continuar o trabalho da primeira, no sentido de estreitar as relações com o mundo árabe, teve resultados concretos que se traduziram na garantia do fornecimento de petróleo e na designação de Encarregado de Negócios **sur place** na Líbia e no Coveite.

Os resultados dessas duas missões foram extremamente positivos e certamente se refletirão, no futuro, nas relações com o mundo árabe. O Itamaraty continuou, durante o ano de 1973, seu estreito contato com a Petrobrás, não só para aumentar a eficiência do tratamento do assunto, mas também para que o **follow up** às duas viagens fosse feito de modo adequado.

Participou o Ministério das Relações Exteriores da reunião em Lima que criou a Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), assim como dos trabalhos que antecederam e sucederam a essa reunião.

Do mesmo modo, participou ativamente das negociações com a Bolívia relativas ao gás, que culminaram na preparação do Acordo de Cooperação e Complementação Industrial Brasil—Bolívia.

# PROMOÇÃO COMERCIAL

O Ministério das Relações Exteriores desempenhou em 1973 as funções de promoção comercial que lhe foram atribuídas por lei, através do Programa de Promoção Comercial do Exterior, que se pode definir, de maneira simplificada, como o conjunto ordenado e harmônico das atividades desenvolvidas pelo Itamaraty em apoio aos esforços governamentais e privados para elevar a receita de exportação do País, de acordo com as metas quantitativas e qualitativas fixadas pelo Governo. Em 1973, compreendeu dois programas específicos relacionados com as áreas identificadas como básicas de promoção comercial no exterior: a de Informação Comercial e a de Promoções Diretas. Para suporte das atividades desenvolvidas naquelas duas áreas, o referido Programa incluiu igualmente um Programa de reorganização e Modernização, destinado a assegurar condições de infra-estrutura adequada à operação do Sistema de Promoção Comercial do Itamaraty nos níveis mais elevados de aproveitamento dos recursos disponíveis.

**Informação Comercial**

Deu-se seguimento em 1973 à edição da revista **Comércio Exterior**. Foram publicados, bimestralmente, os números de 11 a

16, com uma tiragem total de 160 mil exemplares. No quadro da coleção **Estudos e Documentos de Comércio Exterior,** foram, por outro lado, publicados 60 títulos, com tiragem global de 240 mil exemplares e repartidos em três séries: **Como exportar para** ... (CEX), com 19 títulos; **Mercados para o Brasil** (MPB), com 37; e **Diversos** (DIV), com 4. Em março, iniciaram-se as edições da **Revista Comercial no Exterior**, com matéria (texto e fotos) enviada pela Secretaria de Estado a postos especialmente incumbidos de sua tradução, impressão e distribuição em áreas previamente determinadas. As primeiras edições foram tiradas em Hong Kong (5 mil exemplares para distribuição local, no Japão e na Austrália) e Paris (5 mil exemplares a serem distribuídos na França, na Bélgica e na Suíça). A edição em inglês foi mensal e a de Paris bimestral. Também no setor de publicações, vale notar haver sido editado folheto ilustrado sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, em cinco idiomas e tiragem global de 600 mil exemplares. O folheto foi remetido a todas as Missões diplomáticas e repartições consulares do Brasil, para distribuição entre empresários, associações, órgãos governamentais, etc. Elaborou-se, ainda, o **Guia de Investimentos no Brasil**, o qual, vertido para três idiomas, deverá ter sua distribuição iniciada no primeiro trimestre de 1974.

Sempre no contexto do Programa de Informação Comercial, realizou-se durante o ano grande número de pesquisas de mercado, em muitos casos aproveitadas nas publicações da série **Mercados para o Brasil.** Um **Manual de Pesquisas** foi preparado para orientação dos postos na execução, por seus próprios funcionários, das pesquisas necessárias. O **Manual** foi concebido de forma a padronizar os procedimentos de pesquisas e também a facilitar o aproveitamento sistemático das informações recolhidas para sua eficiente divulgação entre os exportadores nacionais. Foi ainda sistematizada a realização de levantamentos preliminares sobre condições de acesso ao mercado externo, na forma de **flash researches** (levantamentos de preços e

tarifas) ou de pesquisas pormenorizadas, elaboradas pelos postos e complementadas com dados disponíveis na Secretaria de Estado.

Consumou-se, nos primeiros meses do ano, a implantação do Sistema de Informação Comercial, que inclui a captação, a recepção e a distribuição de informações sobre oportunidades comerciais e concorrências públicas internacionais. A partir do segundo semestre, ampliou-se a rede de postos-membros do Sistema, a operarem por meio de boletins padronizados e com tramitação e distribuição de acordo com processos automatizados desde a fonte coletora, no exterior, até o potencial interessado brasileiro na utilização das informações recolhidas. Em julho teve começo a atualização do **Cadastro Geral dos Destinatários** do Sistema de Informação Comercial. No fim do ano, a distribuição das informações por meio dos boletins padronizados tornou-se mais precisa e eficaz, na medida em que as firmas recipientes passaram a ser cadastradas segundo os quatro primeiros dígitos da classificação de seus produtos na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias. Antes, em virtude das limitações impostas pela operação experimental do Sistema, o cadastramento e a distribuição se efetuavam tão-somente orientados pelos dois primeiros dígitos de cada posição. Cumpre assinalar que se elevou a 1.650.000 unidades o total de boletins com informações comerciais divulgados em 1973, contra 17 mil comunicações expedidas no ano anterior.

Valorizou-se consideravelmente em 1973 o acervo do Centro de Documentação de Comércio Exterior (CDC). Aperfeiçoaram-se igualmente os mecanismos de arquivamento, recuperação e atualização permanente das informações ali recolhidas. O CDC dedicou especial atenção a estatísticas de comércio exterior, regimes tarifários dos países importadores ou possíveis importadores do Brasil, e publicações setoriais de particular importância para o comércio exterior brasileiro. Para maximizar o aproveitamento de seu acervo pelos usuários, o Centro passou a elaborar e fazer circular **o Boletim Bibliográfico,** hebdomadário,

com descrição de todas as publicações a cada semana por ele incorporadas.

Deu-se por outro lado andamento ao trabalho de formação de **bibliotecas básicas** de promoção comercial em todos os postos com atuação mais importante prevista no Programa, e tornou-se rotineira a remessa regular às Missões diplomáticas e Repartições consulares de elementos diversos de informação, acerca da conjuntura econômica brasileira, com enfoque prioritário nos temas mais afetos ao comércio exterior.

## Promoções Diretas e Turismo

O Programa de Promoções Diretas teve por objetivo colocar o exportador brasileiro, e seu produto, ou serviço, em contato direto com o importador estrangeiro. Compreende principalmente a participação em feiras e exposições no exterior e a organização de visitas de grandes importadores estrangeiros ao Brasil.

Na parte de feiras e exposições, o Programa compreendeu apresentações de exportadores brasileiros em 17 países, sendo 7 da Europa, 3 da América Latina, 1 da América do Norte, 3 da África, 2 do Oriente Médio e 1 do Extremo Oriente. Foi organizada a participação em 38 mostras, nas quais estiveram presentes 1.100 expositores brasileiros. A participação brasileira nesses certames deu lugar a exportações no valor de Cr$ 765.658.200,00, ou US$ 123.500.000,00. Registrou-se por conseguinte uma elevação da ordem de 160% com relação às exportações diretamente vinculadas à participação em feiras e exposições no correr de 1972. Cada cruzeiro investido naquela participação em 1973 deu origem a Cr$ 52,00, índice de rendimento que pode ser considerado altamente satisfatório. Em 1972, o índice alcançado havia sido de Cr$ 1,00 por Cr$32,00. Em cooperação com a CACEX e entidades de classe, o Ministério das Relações Exteriores promoveu em 1973 a vinda ao Brasil de 60 grandes importadores estrangeiros. Procurou-se

fazer coincidir a época da visita com a realização, no Brasil, de certames especializados promovidos por diversas entidades nacionais: Fenit, Fenap, Francil, Fenac, Fenan, Fecim etc.

Da mesma maneira que as feiras e exposições, as visitas de importadores apresentaram índices elevados de rendimento (medido na forma de exportações por elas provocadas) em proporção ao respectivo custo.

As atividades do Itamaraty em matéria de promoção do turismo desenvolveram-se em coordenação com os demais órgãos do Sistema Nacional do Turismo e estreito entendimento com a Embratur. O Itamaraty divulgou informações sobre turismo oriundas dos postos, deu apoio a promoções turísticas especiais no exterior e à representação brasileira em reuniões internacionais, de caráter governamental (Comitê Diretivo Permanente e Comissões Técnicas dos Congressos Internacionais de Turismo) e não governamental (União Internacional dos Organismos Oficiais de Turismo — UIOOT, Comissão Regional de Turismo para as Américas — CRTA, American Society of Travel Agencies — ASTA). Foram também atendidos os pedidos formulados pelos postos para remessa de material turístico em geral (publicações, folhetos, cartazes, etc.).

## Reorganização e Modernização

O Ministério das Relações Exteriores empenhou-se desde 1971 na reorganização de seu Sistema de Promoção Comercial, que a partir daquele ano foi sendo progressivamente ajustado a um mecanismo de administração por objetivos, com procedimentos apropriados de planejamento, programação, organização, operação, controle e permanente auto-regeneração. A reorganização alcançou as unidades de decisão, supervisão e execução no Brasil e no exterior, sob aspectos tão diversos quanto os de definição de objetivos e prioridades, lotação e formação de pessoal especializado e de apoio, dotação e administração de recursos materiais e financeiros, instrumentação

institucional e normativa. Em 1972, procurou-se atender às necessidades identificadas no Sistema, tirando-se o melhor proveito dos meios de que dispõe. Prosseguiu-se no trabalho de elaboração e revisão de normas e rotinas de organização e operação, com vistas a harmonizar a ação de promoção comercial e garantir-lhe eficiência e continuidade. Foi igualmente formulada, durante o ano, nova sistemática de programação e controle, com base no preparo e envio aos postos de um **documento de planejamento**, que fixa objetivos, prioridades, diretrizes e procedimentos para a programação anual, utilizando formulários padronizados para a elaboração do orçamento-programa vinculado às atividades projetadas. O Programa de Promoção Comercial no Exterior para 1974 já é fruto da sistemática experimentada e desenvolvida em 1973.

Ainda no terreno da reorganização do Sistema, deu-se andamento às atividades de treinamento de pessoal para o desempenho das funções previstas no Programa. Merece menção a realização do II Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Diplomatas Chefes de Setores de Promoção Comercial, do qual participaram 20 funcionários lotados no exterior e 5 da Secretaria de Estado. O Curso compreendeu aulas, debates e seminários sobre temas de promoção de exportações, vistos à luz das conveniências próprias do comércio exterior brasileiro, além de contatos com autoridades, entidades de classe e empresários ligados à exportação.

## Outras Atividades

O Itamaraty desenvolve no campo da promoção comercial numerosas atividades de difícil classificação em programas específicos, em razão de sua heterogeneidade. Dentre tais atividades, caberia referir: a orientação prévia, no Brasil, e o apoio sistemático ao exportador no exterior; a organização de missões comerciais e o apoio a missões enviadas ao exterior por outros órgãos governamentais ou entidades privadas; a articulação de operações especiais, com interveniência simultânea

de diversas entidades privadas e/ou públicas; a captação e transmissão a outros órgãos do Governo, associações e empresas privadas, de informações sobre oportunidades de treinamento ou assistência técnica em organismos internacionais e países com adiantada experiência em comércio exterior — bem como as providências necessárias para o aproveitamento daquelas oportunidades; o acompanhamento das atividades de organismos internacionais que atuam no terreno da promoção de exportações (International Trade Center, Centro Interamericano de Promoção de Exportações, Centro Interamericano de Capacitação em Comercialização Nacional e Internacional) e participação nas respectivas reuniões; a participação em negociações comerciais, a nível bilateral ou multilateral; a realização, em convênio com o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPEA), do Ministério do Planejamento e da Coordenação Geral, de estudos aprofundados sobre a oferta brasileira e a demanda internacional de produtos brasileiros, com vistas ao estabelecimento de termos de referência técnicos capazes de orientar a ação de promoção e negociação comercial do Brasil.

# ASSUNTOS CULTURAIS

## DIVISÃO CULTURAL

O Ministério das Relações Exteriores concentra seus esforços e recursos no sentido de dotar as repartições no exterior de meios que lhes permitam uma permanente e contínua atividade de informação sobre a realidade brasileira, reforçada por promoções artísticas de caráter episódico.

Dentro da prioridade concedida ao setor informativo, buscou-se, primeiramente, encaminhar uma solução satisfatória para o problema criado pela falta de material impresso (folhetos, publicações, etc). Nos três últimos anos, executou-se um plano, visando de início à redução das inúmeras publicações de pequena tiragem e de alcance reduzido e sua substituição por alguns poucos folhetos, padronizados e de caráter fundamental, impressos em tiragens elevadas, nas línguas de maior difusão.

O lançamento da série **O Novo Brasil,** em colaboração com o Setor de Promoção Comercial, folhetos caracterizados pelo predomínio das ilustrações fotográficas sobre o texto, possibilitou atender 80 por cento das necessidades imediatas dos postos. Esta série, dirigida principalmente à comunicação visual, foi completada pelo opúsculo **Brasil, Desafio e Progresso,**

quase um pequeno livro de introdução ao Brasil, no qual o texto, bem cuidado e com informação diversificada, se dirige a um público de nível educacional elevado. Com edições em inglês, espanhol, alemão e italiano, o folheto atende à faixa importante dos pedidos de informação sobre o Brasil. O programa está sendo atualmente concluído com a edição de **dépliants** dirigidos a escolares dos níveis elementares, com ênfase em fotografias, mapas, símbolos nacionais e texto sucinto.

Os primeiros folhetos da série serão lançados em espanhol para distribuição na América Latina, com tiragem de 200 mil exemplares. Para breve, encontra-se em estudo a impressão de uma publicação em cores sobre cultura e artes no Brasil, para distribuição em grande escala.

Além dos folhetos, o Ministério das Relações Exteriores procurou suprir, em 1973, uma deficiência freqüentemente apontada pelas Missões e Consulados: a interrupção, desde 1965/1966, do fornecimento de material audiovisual (fotos, **slides,** cartazes, discos).

Foi possível realizar nos últimos meses, um programa de dimensões importantes, que se traduziu na aquisição e remessa de quase 90 mil **slides,** 9 mil **negativos,** 3 mil **posters** e centenas de discos gravados com música erudita e popular. Embora o elevado custo do material audiovisual não tivesse permitido dotar todas as repartições no exterior, pode-se afirmar que o plano traçado para o fornecimento de material básico às principais Embaixadas e Consulados foi cumprido quase integralmente, existindo hoje material atualizado de divulgação visual à disposição dos interessados.

Quanto aos filmes documentários, além da série de películas realizadas pelo Secretario Raul de Smandek, no momento terminando cinco novas produções **(Carnaval; Índios do Xingu; Arquitetura, do Barroco a Brasília; Folclore;** e **Fauna e Flora do Brasil),** os esforços do Ministério das Relações Exteriores se concentraram em três programas: a) em cooperação com a

AERP, traduzir, dublar e distribuir cópias de nove curta-metragens sobre regiões brasileiras; b) encomenda da série de treze filmes sobre escritores e artistas, produzidos por Fernando Sabino e David Neves e da série do Nordeste, de Tomás Farkas; c) fornecimento de quarenta reproduções da película **Land of Many Worlds,** de cópias adicionais do excelente filme sobre futebol **Bola de Meia,** e a conclusão de dois documentários sob responsabilidade direta do Setor competente do Itamaraty: **O Espírito Criador do Povo Brasileiro,** sobre a exposição da coleção Abelardo Rodrigues, e **O Itamaraty em Brasília.**

Iniciativa que produziu os melhores resultados foi a campanha de solicitar o apoio dos Governos estaduais e municipais, de órgãos como Sudam, Sudene, Incra e outros, no sentido da obtenção de material em língua estrangeira para distribuição no exterior. O esforço provocou a remessa de alguns milhares de exemplares de publicações, algumas de alta qualidade, como as da Companhia Siderúrgica Nacional, do Banco do Brasil e empresas de turismo de Manaus, Belém, Bahia e São Paulo.

Como sempre, a distribuição regular de livros às Repartições brasileiras no exterior, Centros de Estudos Brasileiros e Leitorados caracterizou-se por inúmeras doações como a do Instituto Nacional do Livro, que superou a soma de 18 mil exemplares. Somente o alto custo do transporte, às vezes representando o dobro ou triplo do preço de aquisição das obras, limita o número de livros fornecidos ao exterior.

No setor artístico, o Itamaraty organizou, em 1973, promoções de envergadura, que alcançaram boa repercussão. Sobressaíram: a exposição do Museu de Arte Sacra de São Paulo, realizada em cooperação com o Governo paulista, no Renwick Museum, de Washington, que mereceu divulgação de página inteira do **Washington Post** e elogioso artigo do conhecido crítico de artes plásticas dos Estados Unidos, John Canaday, no **New York Times.** Paralelamente à exposição, realizou-se no recinto do Museu grande concerto de música barroca mineira

com a Orquestra da National Gallery of Arts e o Coral da Catholic University of America.

A mesma mostra de arte sacra foi reapresentada na Fundação Gulbenkian, de Lisboa, por ocasião da visita do Presidente Médici a Portugal.

Assumiram também grande relevo e amplitude as duas retrospectivas da obra de Roberto Burle Marx, organizadas na Fundação Gulbenkian e no Museu Galliéra, em Paris. Dignas de nota foram as exposições de arte popular brasileira em Paris e de **Ex-Votos do Sertão,** em Genebra.

Ainda no campo das artes plásticas, o Itamaraty ocupou-se parcialmente da representação brasileira à Bienal de Paris e terminou o trabalho de seleção e organização da exposição **Panorama da Gravura e do Desenho no Brasil,** a maior no gênero, com duzentas obras, inaugurada em abril de 1974 no Museu de Arte Contemporânea de Madri e, em seguida, apresentada em Barcelona, duas outras cidades espanholas, Fundação Gulbenkian de Lisboa, Museu Albertina de Viena e Biblioteca Nacional de Paris.

O setor de música foi dinamizado pela colaboração informal do Professor Paulo Affonso de Moura Ferreira, da Universidade de Brasília. A orientação seguida pelo Itamaraty inspirou-se na preocupação de apoiar especificamente a criação musical contemporânea brasileira em substituição à política de custear **tournées** de pianistas e cantores, de resultados duvidosos em termos de promoção da cultura brasileira. As duas excursões patrocinadas pelo Ministério das Relações Exteriores no terreno musical distinguiram-se por sua restrição a países da América Latina e limitação da escolha de conjuntos de alto nível, engajados num conceito contemporâneo de música: o Quarteto de Cordas da Universidade de Brasília, que realizou quarenta apresentações no Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e Costa Rica e a Orquestra de Câmara Musicanova Bahia, que se apresentou em Assunção e Montevidéu.

A participação do Itamaraty no desenvolvimento da música de vanguarda no Brasil, onde possuímos cinco ou seis nomes de projeção mundial, como Marlos Nobre, Cláudio Santoro, Lindemberg Cardoso, José Antonio de Almeida Prado, Jorge Antunes e Fernando Cerqueira, tem alcançado amplo reconhecimento da crítica musical e nos pronunciamentos dos compositores como um trabalho efetivo e de grande produtividade. A programação musical do Ministério das Relações Exteriores abrange, além das subvenções mencionadas, a organização de concertos dedicados à música nova do Brasil, em festivais de vanguarda, o maior dos quais foi, decerto, o Festival de Outuno de Graz.

Estão sendo impressos folhetos com quatro artigos sobre as principais tendências da música brasileira e um catálogo de compositores contemporâneos.

Outro setor que se desenvolveu foi o de futebol e de algumas modalidades esportivas face às crescentes solicitações de assistência técnica e doação de material por parte de países africanos e latino-americanos. Vem o Itamaraty servindo como elemento de ligação junto à CBD para a indicação de técnicos e envio de material: bolas, equipamento, camisas e calções com as cores da seleção brasileira. Ainda no setor esportivo foram iniciativas de realce: a organização, no primeiro semestre de 1973, da excursão da seleção brasileira de amadores, a países da África Ocidental, que conquistou posteriormente, na França, o Campeonato Mundial da categoria; e o financiamento e preparação de um seminário de técnicas e táticas de futebol, destinado a esportistas militares, realizado em Kinshasa, no Zaire, em colaboração com a Comissão Desportiva das Forças Armadas.

Além das atividades específicas destinadas à promoção cultural brasileira no exterior, o Itamaraty participou, em 1973, de vários empreendimentos culturais realizados no País. Destacam-se: a XII Bienal de São Paulo; a exposição do Museu de

Arte de São Paulo no Palácio Itamaraty, em Brasília; e a exposição do Museu de Abidjã, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, mostra essa que será posteriormente levada em Brasília, no Palácio Itamaraty, e em São Paulo, no Museu de Arte de São Paulo.

O Ministério das Relações Exteriores ocupou-se da preparação da representação brasileira ao Festival de Artes Negras de Lagos, promovendo a ida dos delegados brasileiros, Dr. George Alakija, nosso representante no Comitê Internacional, e o arquiteto Silvio Robatto, coordenador do Setor de Arquitetura, às duas reuniões do Comitê, realizadas em março e novembro. Na última reunião, compareceu também a Senhora Olga Francisca Regis, mais conhecida como Olga de Alaketu, que nos representou nos setores de dança ritual e de culinária africana.

Em julho, coordenou-se a realização em Salvador de seminário com a participação de cerca de 30 personalidades especializadas em estudos afro-brasileiros. Das deliberações surgiram decisões que muito fizeram avançar os projetos da representação brasileira. Resolveu-se, ao mesmo tempo, proceder à fundação, em Salvador, do primeiro Museu Afro-Brasileiro, estando o convênio de constituição praticamente definido, para assinatura em futuro próximo.

## Edição e Aquisição de Partituras

Edição de dois álbuns da Neue Brasilianische Klaviermusik (em preparo) pela Editora Gerig, de Colônia, contendo composições de 20 autores brasileiros:

Edição de 500 exemplares dos 12 estudos para violão de Francisco Mignone (2 álbuns), nos Estados Unidos da América;

Inclusão de obras de Marlos Nobre e Edino Krieger em uma série publicada pela Ed. Max Eschig, de Paris, ainda em preparo;

Edição de obras de Almeida Prado pela Tonos Verlag-Darmstadt, da República Federal da Alemanha;

Edição de obras de Lindemberg Cardoso, pela Gerig Verlag, de Colônia, em fase de entendimentos;

Edição de quatro obras de Jorge Antunes pela Ed. Suvini Zerboni, de Milão, já com contrato de edição;

Edição de cerca de 30 obras de Marlos Nobre pela Ed. Tonos Verlag-Darmstadt, da República Federal da Alemanha, com contratos já firmados; e

Edição de obras corais de autores brasileiros pela Ed. Barenreiter, contatos em andamento.

**Discos**

Gravação de **Três Miniaturas Brasileiras,** de Osvaldo Lacerda, na Alemanha, pela firma Thorophon, e publicação da obra pela Ed. Schott;

Inclusão da composição **Cromorfonética,** de Jorge Antunes, em disco representativo do Festival de Outuno de Estíria, de 1972;

Inclusão de compositores brasileiros no **Riemann Musiklexikon** (2.º volume do Suplemento);

Inscrição de doze obras de autores brasileiros no Festival da Sociedade Internacional de Música Contemporânea, na Holanda (outubro de 74).

**Encomendas de Obras de Compositores Brasileiros já formalizadas**

Marlos Nobre e Edino Krieger: peças para serem incluídas na coleção da Ed. Max Eschig, de Paris;

Marlos Nobre: balé sobre motivos afro-brasileiros, para ser estreado no Festival de Lagos em 1974;

Jorge Antunes, Lindemberg Cardoso e Almeida Prado: peças para estréia no Protocolo Musical do Festival do Outono de Estíria, na Áustria, em 1974.

**Remessa e Doação de Particulares e Livros sobre Música**

Partituras editadas na Europa para o Departamento de Música da UnB;

Partituras de diversos autores (12) para o Conservatório Nacional do México;

Obras de Ernst Mahle, Francisco Mignone, Osvaldo Lacerda, e Sérgio Vasconcelos Correa para a Osquestra Sinfônica de Quito;

Obras de Villa-Lobos e Ernst Mahle para a Orquestra Sinfônica de Âncara;

Obras do Padre José Maurício para a Universidade de Indiana;

Obras de doze compositores brasileiros para o Instituto Cultural Brasileiro-Americano em Washington;

Doações de partituras para universidades, bibliotecas, conservatórios e escolas de música do Paraguai, Bolívia, Equador, Colômbia, Peru, Costa Rica e Venezuela.

**Viagens de Compositores, Maestros e Pianistas Brasileiros**

**Compositor Jorge Antunes** — Paris, Milão e Holanda; para tratar de edição de seus trabalhos, em Milão; acompanhar ensaios

e execução de suas duas realizações incluídas como finalistas no Concurso Internacional de Composição da Fundação Gaudeamus, nos Países Baixos; assinar contratos para execução de suas peças na França.

**Compositor Marlos Nobre** — Suíça, República Federal da Alemanha, Estados Unidos da América e Guatemala. Suíça: participação na X Diorama, onde fez uma conferência e regeu suas composições em concerto público; representou o Brasil em reunião do Comitê Internacional de Música da UNESCO. República Federal da Alemanha: assinou contratos para edição de suas obras. Estados Unidos da América; assinou contratos para apresentação como solista. Guatemala: concerto como solista de suas obras.

**Maestro Alceo Bocchino** — Bulgária, para reger concerto.

**Pianista Lais Souza Brasil — Tournées** nos Estados Unidos da América.

**Pianista Antonio Guedes Barbosa** — Concerto em Londres.

**Filmes Documentários**

Em continuidade ao programa de equipar Embaixadas e Consulados com material informativo sobre o Brasil, o Itamaraty, mediante entendimentos com a AERP, receberá contratipos dos seguintes filmes em inglês, francês e espanhol:

**O Homem da Amazônia — Brasil Norte**
**Nossa Gente Além dos Trópicos — Brasil Sul**
**Desafio da Amazônia**
**A Estrada e o Rio**
**Na Véspera o Domingo**
**O Sol no Fim do Caminho**

Foram remetidas aos nossos Postos quinze cópias novas de série **Brasil, Retrato de um País** para substituir as que não se encontravam em condições de serem exibidas. O Secretário Raul de Smandek está filmando, sob orientação do Itamaraty, novas cenas para complementação dos filmes **Carnaval no Rio, Brasil, Retrato de um País.** Dedica-se também à produção de filmes sobre temas folclóricos brasileiros, especificamente sobre a FUNAI e arquitetura brasileira.

O Ministério das Relações Exteriores distribuiu cópias, em diversos idiomas, do documentário **Bola de Meia,** sobre a arte do futebol brasileiro.

Foram distribuídas quarenta cópias da película **Uma Terra de Muitos Mundos,** documentário que focaliza diversos aspectos de regiões do Brasil.

A fim de documentar a exposição do colecionador Abelardo Rodrigues, o Itamaraty encomendou o documentário **O Espírito Criador do Povo Brasileiro,** realizado pelos cineastas Fernando Duarte e Wladimir de Carvalho.

O diretor David Neves está terminando, por encomenda do Ministério das Relações Exteriores, o filme **O Itamaraty em Brasília,** já em montagem final.

Ao escritor Fernando Sabino foram encomendadas cinco cópias da série de documentários sobre os grandes nomes da literatura brasileira contemporânea para uso nos Centros de Estudos e Leitorados em universidades estrangeiras.

O Itamaraty organizou, em colaboração com a EMBRAFILME:

Festival de Cinema Brasileiro — Assunção, setembro.

Festival de Cinema Brasileiro — Nova Órleans, novembro.

Semana do Cinema Brasileiro — Lima, novembro.

Ciclos do Cinema Brasileiro — Barcelona, maio, novembro e dezembro.

Ciclo de Cinema Brasileiro — Madri, dezembro.

**Material de Informação**

Em 1973, distribuiu-se o seguinte material informativo:

**Folhetos**

**Brasil, Challenge and Progress,** nas versões alemã, italiana e espanhola; **Brasil,** publicação em francês do IBGE. Foram encomendados à Editora Zorn, dos Países Baixos, cinqüenta mil exemplares de folhetos sobre o Brasil, em língua francesa, e um outro, desdobrável, em inglês, destinado ao escolar de nível primário.

**Slides**

A fim de atender à grande demanda, foram adquiridos e distribuídos oitenta e cinco mil **slides** coloridos sobre diversos aspectos do Brasil. As Missões diplomáticas e principais Repartições Consulares receberam coleções de cerca de mil e quatrocentos; novecentos; e setecentos **slides,** de acordo com sua potencialidade de distribuição.

**Fotografias**

O Itamaraty encomendou ao fotógrafo Marcel Gautherot trinta coleções de mais de trezentas fotografias, selecionadas, com motivos brasileiros, acompanhadas dos negativos. As coleções serão distribuídas para trinta postos-chaves, que se encarregarão de fornecer cópias e ampliações solicitadas pelos postos vizinhos.

**Posters**

Foram distribuídos três mil **posters,** com figuras representativas da vida esportiva brasileira, como Pelé, Paulo César, Fittipaldi, cenas de futebol, paisagens do Rio e de São Paulo, etc. Foram ainda remetidos cartazes de caráter turístico, fornecidos por diversos órgãos estaduais.

**Livros**

Graças a doações do Instituto Nacional do Livro, foram enviadas aos Centros de Estudos e Leitorados brasileiros no exterior dezoito mil livros, selecionados em coleções de trezentos volumes.

Os álbuns **Franz Post, Profile of the New Brazilian Art, Dois Escultores** e quatro mil e quinhentos exemplares do álbum confeccionado pela Champion Papers, foram adquiridos pelo Itamaraty para atendimento de pedidos das Missões diplomáticas e Repartições consulares.

**Artes Plásticas**

No decorrer de 1973, organizaram-se as seguintes exposições no exterior:

Acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo, no Renwick Museum de Washington — janeiro;

Acervo do Museu de Arte de São Paulo, na Fundação Gulbenkian de Lisboa, inaugurada pelo Presidente Médici — maio;

Exposição retrospectiva da obra de Burle Marx, na Fundação Gulbenkian de Lisboa — janeiro; e no Museu Galliéra Pietrina;

Exposição de arte insítica brasileira em Paris (ex-votos, esculturas e pinturas) com artistas que representaram o Brasil na Trienal de Bratislava — junho;

Exposição de ex-votos no Museu de Etnologia de Genebra — agosto;

Exposição do pintor Paulo da Rocha em Barcelona — janeiro, e em Valença — julho;

Exposição de Farence de Andrade em Barcelona — maio;

Exposição de Carlos de Moraes em Barcelona — junho;

Exposição de Marcelo Grassmann em Madri — junho e em Barcelona — julho;

Exposição de Isa Aderne Vieira, Isabel Braga, Joaquim de Souza e Leonardo Alencar em Londres — agosto;

Exposição de Betty King em Nova Órleans — maio;

Exposição fotográfica sobre arquitetura brasileira em Nova Órleans — abril;

Exposição de Alcides Cruz em Londres — junho;

Exposição de Maria Helena Grembecki em Madrid — junho;

Exposição fotográfica dos irmãos Franceschi em Paris — maio;

Exposição **10 Primitivos Brasileiros** em Genebra — abril;

Exposição de Marco Paulo Alvim em Paris — janeiro;

Exposição de Axe Leskoschek em Washington — outubro;

Exposição de primitivos baianos em Washington — agosto;

Exposição de Hansen-Bahia em Washington — maio;

Exposição de Mira Schendel em Washington — janeiro;

Exposição de Gilvan Bezevril em Washington — fevereiro;

Coletiva de Tomie Ohtake, Mario Bueno, Tomaz Ianelli e Pietrina, Checacci em Washington — março;

Checacci em Washington — março;
Pietrina;

Exposição de Vera Chaves Barcellos, Nakakuko e Newton Cavalcanti em Washington — maio;

Exposição de Arcângelo Ianelli em Washington — novembro;

Exposição coletiva de artistas brasileiros residentes na França, em Paris — julho;

Exposição de xilogravuras brasileiras em Milão — junho;

Exposições de Zorávia Bettiol e Vasco Prado — junho em La Paz; agosto em Lima; setembro em Bogotá; e novembro em Quito;

Exposição de desenhistas e gravadores brasileiros em Assunção;

Exposição de Lothar Chareux em Assunção;

Exposição de gravadores brasileiros em Roma;

Exposição de Paulo Rossi Osir em Roma;

Exposição de Marcelo Grassmann em Roma.

## COOPERAÇÃO INTELECTUAL

### Centro de Estudos Brasileiros

Os Centros de Estudos Brasileiros são instituições culturais, mantidas pelo Ministério das Relações Exteriores, que visam a promover o ensino da língua portuguesa falada no Brasil e a difusão dos valores culturais e artísticos nacionais, no exterior. Em sua forma atual, os Centros são, de direito, estabelecimentos de personalidade jurídica variável, embora, de fato, estejam subordinados às Missões diplomáticas ou às Repartições consulares das cidades em que se situam. Em sua função didática, oferecem cursos regulares de português, noções de História e Geografia do Brasil e cursos especializados sobre os vários aspectos da nossa cultura. Encarregam-se também da organização de recitais, exposições artísticas e outras formas de atividades culturais.

Atualmente existem Centros em todas as capitais da América do Sul, além de Rosário, bem como em São José e Washington.

Em 1973, deu-se continuidade ao projeto de padronização das informações provenientes dos Centros, visando a permitir ao Ministério das Relações Exteriores maior controle de suas atividades. Em razão das informações já coletadas através dos relatórios, a principal preocupação do Itamaraty, com relação aos Centros, foi a de apresentar um projeto de reforma. Nesse trabalho versaram-se alguns aspectos do funcionamento dos Centros que exigem urgente reformulação:

1. uniformização dos cursos, visando à padronização dos currículos e dos métodos de ensino;

2. estabelecimento de normas para a seleção dos diretores e quadros docentes;

3. reavaliação dos padrões salariais do pessoal docente;

4. reequipamento dos Centros.

No plano institucional, esses são os aspectos que obrigam a uma reforma imediata. No quadro atual da política cultural brasileira, reserva-se aos Centros de Estudos papel bem mais importante do que até hoje vêm desempenhando. Pelo menos à maior parte dos Centros cumpre agora exercer também funções de órgãos de cooperação cultural, através da organização de cursos e outras formas de atividades, de modo que venham a se transformar em instituições participantes da vida cultural do país em que se situam.

Estuda-se, ainda, a possibilidade da criação de novos Centros na América Central e na África Negra.

O Itamaraty mantém e controla, ainda, cursos de português no Consulado-Geral de Barcelona e no Instituto Cultural Ítalo-Bra-

sileiro de Milão. Tem recebido pedidos para a abertura de novos cursos na América Central e no Caribe (Trinidad—e—Tobago).

**Leitores e Cátedras de Estudos Brasileiros no Exterior**

No caso dos Leitorados, não se trata de instituições autônomas, mas sim de cargos criados com base nas estruturas universitárias estrangeiras, com o objetivo de divulgar a língua portuguesa do Brasil e os assuntos culturais brasileiros.

O Ministério das Relações Exteriores mantém os seguintes Leitorados no exterior:

**Europa**

1. **Alemanha**

Colônia — Instituto Luso-Brasileiro da Universidade de Colônia. Trata-se, neste caso, de um professor visitante, e não propriamente de um leitor.

Erlangen Nuremberg.

2. **Áustria**

Viena — Universidade de Viena.

3. **França**

Aix-en — Provence — Faculdade de Letras e Ciências Humanas.

Toulouse — Centro de Estudos Luso-Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Toulouse.

Toulouse — Instituto de Estudos Hispânicos, Hispano-Americanos e Luso-Brasileiros.

Bordeaux.

Nantes — Faculdade de Letras e Ciências Humanas.

Montpellier — Faculdade de Letras Paul Valéry.

Besançon — Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Besançon.

Caen.

Poitiers — Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Poitiers.

Lille — Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Grenoble — Universidade de Grenoble-Euterpe.

Lion — Faculdade de Letras e Ciências Humanas.

Paris — Universidade de Paris III e Universidade de Paris XIII (criada em 1973).

4. **Grã-Bretanha**

Liverpool — Universidade de Liverpool.

Leeds — Universidade de Leeds.

Londres — Universidade de Londres.

Essex — Universidade de Essex.

5. **Itália**

Bari — Instituto de Língua e Literatura Espanhola e Portuguesa.

Roma — Universidade de Roma.

Nápoles.

6. **Portugal**

Porto — Universidade do Porto.

7. **Suíça**

Zurique — Universidade de Zurique.

8. **Suécia**

Estocolmo — Universidade de Estocolmo.

9. **América**

México — Cidade do México.

10. **África**

Nigéria — Universidade de Ifê.

Afora os Leitorados relacionados, o Ministério das Relações Exteriores mantém as cátedras de Psicologia, Didática Geral, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia da Universidade de Assunção, em virtude de Convênio com o Paraguai.

Em 1973, foram solicitados: mais um professor para a Universidade de Dacar; um segundo leitor para a Universidade de Ifê, na Nigéria; um segundo leitor para a Universidade Nacional do México; um leitor para a Universidade Católica de Nagóia (Japão), por iniciativa da própria Universidade; um segundo professor para a Universidade de Georgetown; e um leitor para a Universidade de Jeddah.

## Atividades Assistenciais

### a) Bolsas de Estudo

O programa de bolsas de estudo possibilitou a vinda ao Brasil de estudantes da África, Ásia, América do Norte, América Central e América do Sul.

Diversos fatores foram levados em conta para a concessão de bolsas. Os cursos de caráter técnico e científico mereceram prioridade no critério de seleção para os candidatos da África, Ásia, América Central e América do Sul. No que se refere aos Estados Unidos da América e países da Europa, foram concedidas oportunidades, de preferência, nos campos de língua portuguesa, literatura brasileira e estudos brasileiros em geral.

Os bolsistas estagiaram em universidades e centros de ensino superior, laboratórios e instituições científicas, museus e bibliotecas. Concederam-se cinqüenta e seis bolsas em 1973.

### b) Auxílio Financeiro a Estudantes Brasileiros no Exterior

O Ministério das Relações Exteriores concede auxílio mensal a estudantes brasileiros de pós-graduação, como complementação às bolsas oferecidas por Governos ou entidades estrangeiras. Os beneficiários são selecionados com base no valor da bolsa, nas disciplinas estudadas, etc. O auxílio é concedido pelo período de seis meses, com possibilidade de renovação por outro período idêntico até o máximo de 28 meses. Cento e trinta e sete bolsistas foram contemplados em 1973.

### c) Programa de Estudante-Convênio

Amparados por acordos culturais firmados pelo Brasil, freqüentam universidades brasileiras, gozando de dispensa de

exame de revalidação de curso secundário, exame vestibular e do pagamento de quaisquer taxas escolares, estudantes procedentes de vários países latino-americanos (Bolívia, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela) e de Portugal.

Ao Ministério das Relações Exteriores cabe a coordenação e a distribuição das vagas existentes, de modo a adequar as disponibilidades de matrícula às necessidades dos diversos países latino-americanos.

O oferecimento das vagas para os diversos cursos obedece, outrossim, a critérios objetivos, visando à demanda profissional do mercado interno do país de origem do estudante e à sua distribuição por todas as universidades do Brasil.

A preferência dos estudantes se manifesta pelos cursos de Medicina e Engenharia, seguindo-se Agronomia e Veterinária; e, logo após, Odontologia, Arquitetura, Ciências Econômicas e Farmácia.

Dentro desse programa, foram contemplados setecentos e seis estudantes, em maior número da Bolívia, Paraguai, Panamá e Peru.

**Acordos Culturais e Comissões Mistas**

Competem ao Ministério das Relações Exteriores: a elaboração, a execução e a dinamização dos acordos culturais, bem como a organização das Comissões Mistas previstas nesses acordos, assinados pelo Brasil. Em 1973, firmaram-se acordos culturais com Peru, Zaire, Equador e Paraguai. Reuniões de Comissões Mistas foram realizadas em Madri e em Lima.

## Organizações Internacionais

### UNESCO

Em estreita colaboração com outros órgãos brasileiros, sobretudo o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério do Planejamento e o Conselho Nacional de Pesquisa, o Itamaraty atua no sentido de coordenar as atividades brasileiras relacionadas com a Unesco.

A intervenção dos Estados-Membros no processo de programação da Unesco se faz por meio da apresentação de sugestões para o orçamento-programa da Organização, dividido nas seguintes grandes categorias: Política Geral; Educação; Ciências Sociais; Ciências Humanas e Cultura; Ciências Exatas e Naturais; Informação; Normas; Relações e Programas Internacionais; e Administração Geral e Apoio aos Programas.

O Ministério das Relações Exteriores se encarrega da elaboração e apresentação dos documentos com sugestões do Governo brasileiro. Em 1973, além das sugestões para o orçamento-programa da Organização, foram também apresentadas sugestões sobre os objetivos a médio prazo da Unesco.

### Conferência Geral da UNESCO

Órgão máximo da Organização, a Conferência reúne-se bienalmente. Em 1973, realizou-se uma Sessão Extraordinária da Conferência Geral, com a finalidade de procurar solucionar a crise financeira da Organização.

### Centros Regionais Ligados à UNESCO

O Ministério das Relações Exteriores ocupou-se dos assuntos relacionados aos três Centros Regionais, criados com o apoio da Unesco, no Brasil: Centro Latino-Americano de Pesquisas

em Ciências Sociais (Clacso); Centro Latino-Americano de Física (Claf); e Centro para a Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina (Cactal).

### Conselho Interamericano para a Educação, Ciência e Cultura (CIECC)

Os assuntos relativos a este órgão, um dos três Conselhos que compõem a estrutura da Organização dos Estados Americanos, são também tratados pelo Itamaraty. Esse trabalho implica coordenação dos órgãos brasileiros interessados, ou seja, Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Planejamento e Conselho Nacional de Pesquisa. As principais atividades e reuniões, em 1973, estiveram relacionadas com a Resolução de Mar del Plata. Esta Resolução, aprovada pela Reunião do CIECC de dezembro de 1972, instituiu um mecanismo de contribuições voluntárias, possibilitando a apresentação de projetos especiais de interesse específico de dois ou mais Estados-Membros da OEA. O Ministério das Relações Exteriores acompanhou todo o processo de aprovação da Resolução e, posteriormente, a apresentação dos projetos especiais propostos pelo Governo brasileiro.

## CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Com a criação da Divisão de Ciência e Tecnologia (Decreto n.º 71.534, de 12/12/72) — dentre cujas funções destacam-se as de fornecer subsídios à formulação da política exterior brasileira no campo da ciência e tecnologia; participar das negociações de acordos de caráter específico; coordenar e sistematizar a coleta, no exterior, de informações e documentação sobre matéria científica e tecnológica; fomentar o intercâmbio de cientistas, pesquisadores e técnicos, entre o Brasil e outros

países — tornou-se o Ministério das Relações Exteriores o ponto focal do subsistema setorial do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

O principal interlocutor do Itamaraty dentro da Administração nacional é o Conselho Nacional de Pesquisa, de cujo Conselho Deliberativo participa.

O Ministério das Relações Exteriores elaborou uma série de estudos destinados a servir de subsídio à formulação da política exterior no campo da ciência e da tecnologia, com os seguintes títulos:

1 — Fontes de informação científica e técnica.

2 — Fontes de informação por países.

2.1 — Generalidades.

2.2 — A informação científica e técnica na Alemanha.

2.3 — A informação científica e técnica nos Estados Unidos da América.

2.4 — Anexo II — Sistemas de informação não-convencionais.

2.5 — A informação científica e técnica na França.

2.6 — A informação científica e técnica na Grã-Bretanha.

2.7 — A informação científica e técnica no Japão.

2.8 — A informação científica e técnica na União Soviética.

2.9 — A informação científica e técnica em países diversos.

3 — A informação química.

4 — A transferência internacional da informação.

5 — Problemas de compatibilidade e conversibilidade.

6 — Estudos sobre custos.

7 — Coleta e disseminação de informação no exterior.

8 — O sistema nacional de informação científica e tecnológica (SNICT).

9 — Alguns princípios e propósitos relativos à coleta da informação no exterior.

Quanto à elaboração de acordos internacionais, foi preparado um projeto de convênio complementar de cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a França, cuja celebração, por troca de notas, deverá realizar-se brevemente.

## COOPERAÇÃO TÉCNICA

O Itamaraty, no campo da cooperação técnica, perseguiu dois objetivos básicos:

a) conferir à assistência técnica internacional um papel relevante no desenvolvimento brasileiro; e

b) criar e estruturar programas de assistência técnica ao exterior.

### Cooperação Técnica Recebida

No tocante à cooperação técnica recebida, as atividades desenvolveram-se em dois planos: 1) multilateral, visando ao maior entrosamento com os órgãos internacionais que se ocupam da matéria, em especial o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e, em menor escala, a OEA; 2) bila-

teral, através do melhor aproveitamento da cooperação técnica oferecida pelos países de maior desenvolvimento.

No que se refere ao PNUD, uma das mais importantes tarefas foi a de acompanhamento da execução do Programa Nacional. São os seguintes os objetivos estabelecidos:

a) manter o ritmo de implementação acima da média de US$ 6.000.000,00 anuais atribuídos ao Brasil para o qüinqüênio 1972/1976;

b) rever constantemente os orçamentos dos projetos, a fim de realizar possíveis economias;

c) estimular projetos novos de elevado conteúdo tecnológico; e

d) assegurar nível adequado de eficiência dos projetos, por parte das agências executoras.

Outra preocupação, no tocante à execução dos projetos, foi a de obter o maior rendimento de cada unidade de assistência técnica investida, avaliando, ao mesmo tempo, a capacidade assistencial do PNUD e a capacidade de absorção das entidades brasileiras beneficiadas. Com esse objetivo, deu-se grande importância à avaliação realizada durante o decorrer do período de execução do Programa. Pretende-se que o PNUD e os órgãos nacionais responsáveis avaliem conjuntamente os resultados obtidos, com vistas à correção de defeitos eventuais e a conseqüente reorientação de atividades.

Quanto à OEA, a experiência demonstrou uma vez mais que a cooperação dessa Organização pode ser melhor aproveitada no campo das bolsas de pós-graduação do que em projetos. Por outro lado, procurou-se atrair para o Brasil, isto é, para instituições brasileiras qualificadas, a sede de programas especiais de capacitação da OEA. Esse tipo de programa tem a vantagem de possibilitar a ampliação dos horizontes desses

órgãos, através da prestação de assistência a outros países. Outro ponto a ressaltar é a formulação do Programa Nacional de Cooperação Técnica para o biênio 1974/1975, preparado com a finalidade de evitar a limitação de programas anuais.

No campo da cooperação técnica bilateral, procurou-se substituir projetos isolados por programas integrados a médio prazo. Esse sistema de programação tem a vantagem de vincular mais estreitamente a cooperação técnica recebida à sistemática de planejamento adotada pelo Governo. Tais programas foram apresentados e estão sendo estudados por países fornecedores de cooperação técnica como a República Federal da Alemanha, a Itália e o Japão. Os programas com a Grã-Bretanha e o Canadá estão sendo revistos. A França prefere concentrar suas atividades em projetos clássicos de cooperação com universidades, através do envio de professores e pesquisadores.

**Programa Brasileiro de Cooperação Técnica no Exterior**

Prossegue o trabalho de criação da infra-estrutura institucional externa e interna. Na parte externa, estão em fase de formulação as propostas de conclusão de acordos básicos com o México, a Argentina e o Chile. Internamente, encontram-se em fase de negociação final os convênios entre o Itamaraty de um lado e a Eletrobrás e o Senai de outro. Uma vez concluídos, deverão ser propostos convênios semelhantes com outras entidades da Administração brasileira, tais como a Embrapa e o Ital.

Os acordos básicos com a Nigéria e com Gana ainda se encontram em negociações. No que se refere à Nigéria, aguarda-se a reação das autoridades nigerianas ao último texto que lhes foi proposto. Com Gana, o projeto de acordo se encontra em fase final de negociação, estando em estudos novo texto ganense.

Ao lado de programas, já tradicionais, com a América Latina, o MRE concentrou-se em implementar programa de cooperação técnica com a África, de acordo com as instruções do Senhor Ministro de Estado. Para esse programa, há entendimentos em curso para se obter o apoio financeiro da SUBIN na sua execução. Vários projetos estão em diferentes fases de estudo. São eles:

a) Programa de Capacitação com a Comissão Econômica da África. Aguarda-se da SUBIN uma resposta ao pedido de participação financeira neste programa.

b) A concessão de bolsas de estudo a marinheiros africanos no Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA). Os cursos foram divulgados através das Embaixadas na África e por intermédio da IMCO, que, a pedido do Itamaraty, auxiliará a selecionar os candidatos.

c) Programa de Formação Profissional com a Costa do Marfim. Esse programa, acertado durante a última reunião da Comissão Mista com o Brasil, prevê, como etapa inicial, a vinda ao Brasil do Ministro do Ensino Técnico daquele país, acompanhado de assessores, para visitar o Senai e elaborar as bases de um programa de cooperação no setor da formação profissional;

d) A programação da vinda de três técnicos ganenses, um no setor de carnes e dois no campo da mão-de-obra;

e) A organização, em conjunto com a Universidade de Brasília, de Simpósio sobre Esquistossomose, que reunirá especialistas brasileiros e cinco professores africanos convidados pelo Governo.

Ao lado de programas, já tradicionais, com a América Latina, o MRE concentrou-se em implementar programa de cooperação técnica com a África, de acordo com as instruções do Senhor Ministro de Estado. Para esse programa, há entendimentos em curso para se obter o apoio financeiro da SUBIN na sua execução. Vários projetos estão em diferentes fases de estudo. São eles:

a) Programa de Capacitação com a Comissão Econômica da África. Aguarda-se da SUBIN uma resposta ao pedido de participação financeira neste programa.

b) A concessão de bolsas de estudo a marinheiros africanos no Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA). Os cursos foram divulgados através das Embaixadas na África e por intermédio da IMCO, que, a pedido do Itamaraty, auxiliará a selecionar os candidatos.

c) Programa de Formação Profissional com a Costa do Marfim. Esse programa, acertado durante a última reunião da Comissão Mista com o Brasil, prevê, como etapa inicial, a vinda ao Brasil do Ministro do Ensino Técnico daquele país, acompanhado de assessores, para visitar o Senai e elaborar as bases de um programa de cooperação no setor da formação profissional.

d) A programação da vinda de três técnicos ganenses, um no setor de carnes e dois no campo de mão-de-obra;

e) A organização, em conjunto com a Universidade de Brasília, de Simpósio sobre Esquistossomose, que reunirá especialistas brasileiros e cinco professores africanos convidados pelo Governo.

# ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS

## ASSUNTOS CONSULARES

### Rede Consular Brasileira

Em virtude da dispensa do despacho de embarcações, da legalização de faturas, bem como da conclusão de acordos com diversos países, no sentido de suprimir a obrigatoriedade da concessão de vistos, o serviço das Repartições consulares diminuiu sensivelmente, nos últimos dez anos, o que motivou o fechamento de vários Consulados de Carreira e sua substituição por Consulados Honorários. Assim, foram extintos os Consulados de Carreira em São Francisco, Baltimore, Boston, Filadélfia, Vancouver, Stuttgart, Wellington, Manila, México e Gotemburgo, elevando-se à categoria de Consulados-Gerais os Consulados em Chicago e Los Angeles e passando-se para a categoria de Consulado simples o Consulado-Geral de Houston. Também foi extinto o Consulado em Roma, criando-se um serviço consular na Embaixada, naquela Capital.

No que diz respeito à rede consular honorária, foram criadas Repartições em Karachi, Nicósia, Guadalajara, Mazatlan, Verona, Gotemburgo, Matadi e São Pedro (na Costa do Marfim). Por outro lado, estão em andamento propostas de criação de Consulados Honorários em Palma de Mallorca, Linz, Salzburgo, Córdoba e Jacarta.

Quanto aos Consulados Privativos, em número de 15, extinguiu-se o Consulado em Paissandu, no Uruguai, elevando-se de categoria o Consulado Honorário em Guajará-Mirim que se tornou Consulado Privativo.

Cumpre ressaltar, outrossim, que está sendo considerada a criação de um Consulado de Carreira na Venezuela e outro em Caiena, este último, atualmente honorário.

Finalmente, foram criados Serviços Consulares nas Embaixadas no México, Abidjã, Georgetown, Islamabad, Manila e Kinshasa, tendo sido encaminhadas propostas para a criação de Serviços Consulares em Tóquio e Pretória.

Assim, as atividades consulares do Brasil no exterior são executadas, atualmente, através de:

30 Consulados-Gerais

16 Consulados

15 Consulados Privativos

105 Consulados Honorários e

65 Serviços Consulares em Missões diplomáticas.

**Proteção a Brasileiros no Exterior e Repatriações**

A dotação para a verba consular revelou-se, em 1973, suficiente para atender ao fluxo de pedidos de auxílio a brasileiros desvalidos e de repatriações, em virtude da expedição de Circular em que a Secretaria de Estado solicita um exame pormenorizado de cada caso, e recomenda prioridade absoluta para os casos de brasileiros realmente em situação grave, principalmente menores.

## Serviço Militar

Após consulta feita ao Estado-Maior das Forças Armadas, ficou estabelecido que o cidadão brasileiro não necessita pagar multas e taxas militares no exterior para ficar em dia com suas obrigações militares, prevalecendo o Regulamento Geral da Lei do Serviço Militar que, em seu artigo 250, determina a anotação no Certificado de Alistamento Militar de que essas multas e taxas serão pagas quando o cidadão regressar ao Brasil. A referida determinação do EMFA veio solucionar inúmeros casos de brasileiros que, no exterior, necessitavam obter ou prorrogar passaportes. Foram expedidos ao Ministério do Exército 388 ofícios encaminhando Certificados de Alistamento Militar, Fichas Militares, Certificados de Isenção, Dispensas de Incorporação e certificados diversos.

## Passaportes

O Itamaraty esforça-se por atender com rapidez ao serviço de concessão e prorrogação de passaportes diplomáticos e especiais, quer na Secretaria de Estado, quer no Rio de Janeiro, bem como à distribuição de cadernetas de passaportes de todos os tipos aos órgãos brasileiros interessados (Polícias federal e estaduais, Missões diplomáticas e Repartições consulares) e, finalmente, à concessão de visto de entrada, excetuados os vistos permanentes.

O Itamaraty atuou em estreita cooperação com as Polícias federal e estaduais no sentido de solucionar os problemas causados pelos turistas estrangeiros que desembarcam sem visto, apesar de seus países não terem firmado acordos de supressão de vistos. Tais casos resolveram-se com a colaboração das Embaixadas estrangeiras acreditadas no Brasil.

O Ministério das Relações Exteriores manteve-se atento ao problema da imigração ilegal (falso turismo e falso trânsito), impe-

dindo-a em sua origem ou cercando a concessão de vistos de turismo com as possíveis formas de segurança.

## ASSUNTOS JURÍDICOS

### Cartas Rogatórias

Em 1973 foram preparados 729 expedientes relativos a Cartas rogatórias, com vistas quer ao seu encaminhamento, quer a dirimir dúvidas oriundas de sua tramitação.

A Justiça brasileira encaminhou 128 Cartas rogatórias às autoridades judiciais estrangeiras, distribuídas pelas 22 Justiças rogadas (Anexo 1).

Em idêntico período, foram restituídas à Justiça brasileira 107 rogatórias, diligenciadas pelas Justiças forâneas, distribuídas por 14 países recipiendários (Anexo 2).

Por seu turno, países estrangeiros enviaram à Justiça brasileira, para cumprimento, 111 rogatórias, distribuídas pelas Justiças rogantes (Anexo 3).

Foram, outrossim, restituídas pela Justiça brasileira 109 rogatórias a 15 justiças rogantes (Anexo 4).

### Nacionalidade

Processaram-se no Itamaraty 340 expedientes sobre nacionalidade, relativos a problemas de interpretação da legislação brasileira e estrangeira sobre a matéria; à instrução de processos de perda e reaquisição da nacionalidade brasileira; e a naturalização.

Circulares foram expedidas às Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras, referentes a 101 casos de perda

de nacionalidade brasileira, distribuídos por nacionalidades adquiridas (Anexo 5).

## Extradição

Foram feitos, ao Brasil, seis pedidos de extradição (Anexo 6). Por sua vez, o Governo brasileiro formulou cinco pedidos de extradição a Estados estrangeiros (Anexo 7).

## Expulsão de Estrangeiros

Expediram-se 74 circulares sobre expulsão de estrangeiros e foi dado conhecimento dos decretos de expulsão às Missões diplomáticas estrangeiras interessadas.

## Autorização para Aceitar Emprego, Cargo ou Pensão de Governos Estrangeiros

Foram examinados, até 15 de novembro, 117 expedientes referentes à autorização para aceitar emprego, cargo ou pensão de Governo estrangeiro. Sessenta e oito autorizações foram concedidas por 21 Governos, aos quais se vincularam vários cidadãos brasileiros (Anexo 8).

Expediu-se circular às Missões diplomáticas acreditadas junto ao Governo brasileiro, prestando informações sobre novos documentos exigidos pelo Ministério da Justiça aos interessados.

Anexo 1

**Rogatórias Brasileiras Encaminhadas a**

| | |
|---|---|
| Portugal | 31 |
| Argentina | 16 |
| Estados Unidos da América | 15 |
| Paraguai | 15 |
| República Federal da Alemanha | 10 |
| Uruguai | 8 |
| Espanha | 5 |
| Itália | 5 |
| França | 4 |
| Líbano | 3 |
| Venezuela | 3 |
| Bolívia | 2 |
| Suíça | 2 |
| Argélia | 1 |
| Austrália | 1 |
| Canadá | 1 |
| Dinamarca | 1 |
| Grã-Bretanha | 1 |
| Grécia | 1 |
| Japão | 1 |
| Países Baixos | 1 |
| Síria | 1 |
| TOTAL | 128 |

Anexo 2

**Rogatórias Brasileiras Restituídas pelas Justiças de**

| | |
|---|---|
| Portugal | 44 |
| Argentina | 13 |
| Estados Unidos da América | 12 |
| Paraguai | 10 |

| | |
|---|---|
| República Federal da Alemanha | 7 |
| Uruguai | 7 |
| Grã-Bretanha | 4 |
| Itália | 3 |
| Venezuela | 2 |
| Austrália | 1 |
| Bolívia | 1 |
| Espanha | 1 |
| França | 1 |
| Suíça | 1 |
| TOTAL | 107 |

Anexo 3

**Rogatórias Estrangeiras Recebidas para Cumprimento**

| | |
|---|---|
| República Federal da Alemanha | 37 |
| Argentina | 15 |
| Japão | 15 |
| Portugal | 10 |
| França | 9 |
| Suíça | 7 |
| Uruguai | 7 |
| Espanha | 3 |
| África do Sul | 2 |
| Itália | 2 |
| Suécia | 2 |
| Dinamarca | 1 |
| Estados Unidos da América | 1 |
| TOTAL | 111 |

Anexo 4

**Rogatórias Estrangeiras Restituídas pelo Brasil a**

| | |
|---|---|
| República Federal da Alemanha | 32 |
| Portugal | 21 |
| Argentina | 14 |
| Suíça | 11 |
| França | 8 |
| Japão | 7 |
| Espanha | 4 |
| Uruguai | 4 |
| África do Sul | 2 |
| Chile | 1 |
| Estados Unidos da América | 1 |
| Grã-Bretanha | 1 |
| Itália | 1 |
| Peru | 1 |
| Suécia | 1 |
| TOTAL | 109 |

Anexo 5

**Casos de Perda de Nacionalidade**

| | |
|---|---|
| Estados Unidos da América | 62 |
| República Federal da Alemanha | 13 |
| Países Baixos | 6 |
| Uruguai | 4 |
| Argentina | 3 |
| Áustria | 2 |
| Grã-Bretanha | 2 |
| Japão | 2 |
| Suécia | 2 |
| África do Sul | 1 |

| | |
|---|---|
| Bélgica | 1 |
| Malta | 1 |
| Noruega | 1 |
| Portugal | 1 |
| TOTAL | 101 |

Anexo 6

**Extradições Pedidas ao Brasil**

| | |
|---|---|
| França | 2 |
| Itália | 2 |
| Estados Unidos da América | 1 |
| Portugal | 1 |
| TOTAL | 6 |

Anexo 7

**Extradições Pedidas pelo Brasil a**

| | |
|---|---|
| Paraguai | 3 |
| Argentina | 2 |
| TOTAL | 5 |

Anexo 8

**Licença para Aceitar Emprego, Cargo ou Pensão de Governo Estrangeiro**

| | |
|---|---|
| Estados Unidos da América | 22 |
| República Federal da Alemanha | 8 |
| Grã-Bretanha | 5 |
| Itália | 5 |

| | |
|---|---|
| Japão | 4 |
| Finlândia | 3 |
| França | 3 |
| África do Sul | 2 |
| Bolívia | 2 |
| Dinamarca | 2 |
| Tchecoslováquia | 2 |
| Bélgica | 1 |
| Canadá | 1 |
| Chile | 1 |
| Haiti | 1 |
| Índia | 1 |
| Líbano | 1 |
| México | 1 |
| Portugal | 1 |
| Senegal | 1 |
| Uruguai | 1 |
| TOTAL | 68 |

## ATOS INTERNACIONAIS

O Brasil assinou, em 1973, 51 acordos bilaterais e subscreveu, aderiu, bem como ratificou ou promulgou 23 atos multilaterais. Acrescentem-se a esses documentos 39 atos bilaterais aprovados pelo Poder Legislativo, ratificados e/ou promulgados pelo Executivo.

Caberia ainda mencionar a publicação de 68 fascículos da Coleção de Atos Internacionais e o preparo de nova edição revista e atualizada do Índice da Coleção de Atos Internacionais, em substituição do anterior, editado em 1968.

## Acordos

I — BILATERAIS

### África do Sul

Acordo para a Concessão de Isenção Aduaneira aos Consulados e Cônsules de Carreira. **Concluído** em Brasília, por troca de Notas de 29 de agosto de 1973.

### República Federal da Alemanha

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 1963, Relativo à Prorrogação do Prazo de Atividades da Missão Hidrológica junto à SUDENE. **Concluído** em Brasília, por troca de Notas de 2 de janeiro de 1973.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1963, Relativo à Permanência de um Perito em Geodésia na Missão Cartográfica Alemã, e ao Envio de Outros Peritos à Referida Missão Cartográfica. **Concluído** em Brasília, por troca de Notas de 14 de fevereiro de 1973.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1963, Relativo ao Envio de um Economista Empresarial Agrícola à Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. **Concluído** em Brasília, por troca de Notas de 21 de fevereiro de 1973.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1963, e ao Convênio, complementar ao referido Acordo, sobre Pesquisas Geológicas e Geofísicas no Estado de Minas Gerais e em Parte do Estado do Espírito Santo, 1970. **Concluído** em Brasília, por troca de Notas de 18 de maio de 1973.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1963, Relativo à Prorrogação do Contrato de dois Peritos Médico-Veterinários. **Concluído** em Brasília, por troca de Notas de 24 de agosto de 1973.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1963, Relativo ao Envio ao Brasil de um Perito em Urbanização e Construção de Habitações. **Concluído** em Brasília, por troca de Notas de 12 de setembro de 1973.

Acordo sobre Pesquisa Espacial e Memorando de Entendimento entre o Conselho Nacional de Pesquisa do Brasil, o Ministério Federal de Pesquisa e Tecnologia da Alemanha e a NASA, dos Estados Unidos da América. **Concluído** em Brasília, por troca de Notas de 18 e 19 de outubro de 1973.

**Alemanha (República Democrática)**

Acordo sobre o Estabelecimento das Relações Diplomáticas com a República Democrática Alemã. **Concluído** em Brasília, por troca de Notas de 22 de outubro de 1973.

Acordo Relativo à Instalação e ao Funcionamento das Missões Diplomáticas da República Federativa do Brasil e da República Democrática Alemã. **Concluído** em Brasília, por troca de Notas de 22 de outubro de 1973.

**Barbados**

Acordo sobre Pesca de Camarão. **Concluído** em Brasília, por troca de Notas de 29 de junho de 1973.

**Bélgica**

Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular Outras Questões em Matéria de Impostos Sobre a Renda. **Concluída**

em Brasília, a 23 de junho de 1972. **Instrumentos de Ratificação** trocados em Bruxelas, a 13 de junho de 1973. **Promulgada** pelo Decreto n.º 72.542, de 30 de julho.

### Bolívia

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica. **Concluído** em La Paz, a 10 de julho de 1973.

Ajuste Interpretativo do Artigo VII do Convênio de Intercâmbio Cultural de 1958. **Concluído** em La Paz, por troca de Notas de 3 de setembro de 1973.

Tratado sobre Vinculação Rodoviária. **Concluído** em Corumbá, a 4 de abril de 1972. **Instrumentos de Ratificação** trocados em La Paz, a 25 de de abril de 1973. **Promulgado** pelo Decreto n.º 72.266, de 16 de maio.

Protocolo Adicional ao Tratado sobre Vinculação Rodoviária de 4 de abril de 1972. **Concluído** em La Paz, a 5 de outubro. **Instrumentos de Ratificação** trocados em La Paz, a 25 de abril de 1973. **Promulgado** pelo Decreto n.º 72.266, de 16 de maio.

Convênio Constitutivo do Fundo de Desenvolvimento previsto pelo Protocolo Adicional ao Tratado sobre Ligação Ferroviária de 1938, celebrado entre o Brasil e a Bolívia em 1964. **Concluído** em Corumbá, a 4 de abril de 1972. **Instrumentos de Ratificação** trocados em La Paz, a 20 de fevereiro de 1973. **Promulgado** pelo Decreto n.º 72.080, de 12 de abril.

Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis de 1903. **Concluído** no Rio de Janeiro a 27 de outubro de 1966. **Instrumentos de Ratificação** trocados em La Paz, a 29 de outubro de 1973.

### Bulgária

Acordo sobre Cooperação no Campo Siderúrgico. **Concluído** em Sófia, por troca de Notas de 29 de março e 5 de maio de 1973.

**Camarões**

Acordo Cultural. **Concluído** em Iaundé, a 14 de novembro de 1972. **Promulgado** pelo Decreto n.º 73.158, de 14 de novembro de 1973.

Acordo de Cooperação Técnica. **Concluído** em Iaundé, a 14 de novembro de 1972. **Promulgado** pelo Decreto n.º 73.158, de 14 de novembro de 1973.

**Colômbia**

Acordo para a Conservação da Flora e Fauna dos Territórios Amazônicos. **Concluído** em Bogotá, a 20 de junho de 1973.

Acordo Básico de Cooperação Técnica. **Concluído** em Bogotá, a 13 de dezembro de 1972. **Promulgado** pelo Decreto n.º 73.067, de 31 de outubro de 1973.

**Costa do Marfim**

Acordo Cultural e Educacional. **Concluído** em Abidjã, a 27 de outubro de 1972. **Promulgado** pelo Decreto n.º 73.270, de 7 de dezembro de 1973.

Acordo de Cooperação Técnica e Científica. **Concluído** em Abidjã, a 27 de outubro de 1972. **Promulgado** pelo Decreto n.º 73.270, de 7 de dezembro de 1973.

Acordo Comercial. **Concluído** em Abidjã, a 27 de outubro de 1972. **Promulgado** pelo Decreto n.º 73.256, de 5 de dezembro de 1973.

**Daomé**

Acordo Cultural. **Concluído** em Cotonou, a 7 de novembro de 1972. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 32, de 8 de agosto de 1973.

Acordo de Cooperação Técnica. **Concluído** em Cotonou, a 7 de novembro de 1972. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 32, de 8 de agosto de 1973.

**Equador**

Acordo de Intercâmbio Cultural e Científico. **Concluído** em Quito, a 12 de julho de 1973.

Troca de Notas constituindo um entendimento sobre supressão de visto em passaportes comuns brasileiros. **Concluído** em Quito, por troca de Notas de 12 de julho de 1973.

**Espanha**

Convênio Básico de Cooperação Técnica. **Concluído** em Brasília, a 1.º de abril de 1971. **Promulgado** pelo Decreto n.º 72.797, de 13 de setembro de 1973.

**Estados Unidos da América**

Acordo Relativo à Concessão de Crédito para Aquisição de Material Bélico pelas Forças Armadas do Brasil. **Concluído** em Washington, a 27 de fevereiro de 1973.

Acordo sobre Cooperação no Campo das Investigações Relativas a Sensoreamento Remoto e Memorando de Entendimento entre o INPE e a NASA. **Concluído** em Washington, por troca de Notas de 6 de abril de 1973.

Acordo sobre Pesquisa Espacial e Memorando de Entendimento entre o Conselho Nacional de Pesquisas do Brasil, o Ministério Federal de Pesquisa e Tecnologia da Alemanha e a NASA, dos Estados Unidos da América. **Concluído** em Brasília, por troca de Notas de 17 de outubro de 1973.

Acordo Relativo às Atividades dos Voluntários do Corpo da Paz no Brasil. **Concluído** em Brasília, por troca de Notas de 18 de junho de 1973.

**Filipinas**

Acordos sobre Dispensa de Visto em Passaportes. **Concluídos** em Manila, por troca de Notas, a 25 de outubro de 1973.

**Finlândia**

Acordo para a Concessão de Isenção Aduaneira aos Consulados e Cônsules de Carreira. **Concluído** em Brasília, por troca de Notas de 31 de maio e 1.º de junho de 1973.

**França**

Protocolo Financeiro Relativo ao Financiamento do Equipamento das Centrais Hidrelétricas de Água Vermelha e de Ilha Solteira e Protocolo de Acordo constituindo anexo à apólice de seguro. **Concluído** em Paris, a 1.º de março de 1973.

**Gana**

Acordo Comercial. **Concluído** em Acra, a 2 de novembro de 1972. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 40, de 22 de agosto de 1973.

Acordo sobre Cooperação Cultural. **Concluído** em Acra, a 2 de novembro de 1972. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 66, de 29 de outubro de 1973.

**Grã-Bretanha**

Acordo Relativo a Empréstimo, Limitado a £ 10,000,000, para Aquisição de Bens de Serviços no Reino Unido. **Concluído** em Brasília, por troca de Notas de 20 de novembro.

## Haiti

Convênio de Intercâmbio Cultural. **Concluído** no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1966. **Instrumentos de Ratificação** trocados em Porto Príncipe, em 5 de abril de 1973. **Promulgado** pelo Decreto n.º 72.345, de 8 de junho.

## Iraque

Acordo sobre Cooperação Comercial. **Concluído** em Bagdá, a 11 de maio de 1971. **Instrumentos de Ratificação** trocados em Brasília, a 6 de julho de 1972. **Promulgado** pelo Decreto n.º 71.858, de 19 de fevereiro de 1973.

## Israel

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1962, relativo à colaboração na realização do III Curso de Planejamento e Execução de Programas Regionais de Desenvolvimento Rural Integrado (CPEDI).

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1962, relativo ao programa de irrigação e valorização de áreas atingidas pelas secas. **Concluído** por troca de Notas de 5 de fevereiro de 1973.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1962 e ao Convênio de Intercâmbio Cultural de 1959, para Promover um Programa de Cooperação Científica no Campo de Pesquisa Científica e Desenvolvimento tecnológico. **Concluído** por troca de Notas de 5 de fevereiro de 1973.

Ajuste Modificativo do Ajuste de 5 de fevereiro de 1973, complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1962, relativo ao programa de irrigação e valorização de áreas atingidas pelas secas. **Concluído** em Brasília, por troca de Notas de 24 de julho de 1973.

## Itália

Memorandum de Entendimento sobre Transportes Marítimos e respectivo adendo. **Concluído** em Brasília, a 9 de fevereiro de 1973.

Acordo Administrativo Referente à Aplicação dos Artigos 37 e 43 do Acordo de Migração entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, de 1960. **Concluído** em Brasília, a 19 de março de 1973.

Acordo Básico de Cooperação Técnica. **Concluído** em Brasília, a 30 de outubro de 1972. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 31, de 8 de agosto de 1973.

## Iugoslávia

Acordo sobre o Estabelecimento de um Escritório, para Fins Comerciais, no Rio de Janeiro. **Concluído** em Brasília, por troca de Notas de 15 de junho de 1973.

## Nigéria

Acordo sobre Cooperação Cultural. **Concluído** em Lagos, a 18 de novembro de 1972. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 48, de 28 de agosto de 1973.

Acordo Comercial. **Concluído** em Lagos, a 18 de novembro de 1972. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 59, de 21 de setembro de 1973.

## Noruega

Acordo de Privilégios e Imunidades aos Consulados e Funcionários Consulares de Carreira e aos Empregados Consulares.

**Concluído** em Brasília, por troca de Notas de 19 de dezembro de 1972 e 11 de abril de 1973.

**Países Baixos**

Troca de Notas constituindo um Acordo de Privilégios e Imunidades aos Consulados e Funcionários Consulares de Carreira e aos Empregados Consulares. **Concluído** em Brasília, por troca de Notas de 5 de julho de 1973.

**Paraguai**

Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, Pertencentes em Condomínio aos Dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto do Guaíra até a Foz do Rio Iguaçu (Tratado de Itaipu). **Concluído** em Brasília, a 26 de abril de 1973. **Instrumentos de Ratificação** trocados em Assunção a 13 de agosto. **Promulgado** pelo Decreto n.º 12.707, de 28 de agosto.

Acordo Básico de Cooperação Educacional, Científica e Cultural. **Concluído** em Assunção, a 17 de outubro de 1973.

**Peru**

Acordo de Intercâmbio Cultural. **Concluído** em Lima, a 14 de julho de 1973.

Convênio sobre Transportes Marítimos. **Concluído** em Lima, a 12 de abril de 1973. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 64, de 17 de outubro.

**Portugal**

Acordo sobre Intercâmbio Turístico. **Concluído** em Lisboa, a 16 de julho de 1973. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 69, de 23 de novembro.

**Quênia**

Acordo de Intercâmbio Cultural. **Concluído** em Nairóbi, a 2 de fevereiro de 1973. **Promulgado** pelo Decreto n.º 73.271, de 10 de dezembro.

Acordo de Cooperação Técnica. **Concluído** em Nairóbi, a 2 de fevereiro de 1973. **Promulgado** pelo Decreto n.º 73.271, de 10 de dezembro.

**República Árabe do Egito**

Acordo de Cooperação Técnica e Científica. **Concluído** no Cairo, a 31 de março de 1973. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 38, de 22 de agosto.

Acordo Comercial. **Concluído** no Cairo, a 31 de março de 1973. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 61, de 8 de outubro.

**Romênia**

Acordo sobre o Estabelecimento de um Escritório para Fins Comerciais no Rio de Janeiro. **Concluído** em Brasília, por troca de Notas de 27 de julho.

**Senegal**

Acordo de Cooperação Técnica. **Concluído** em Dacar, a 21 de novembro de 1972. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 34, de 8 de agosto de 1973.

## Togo

Acordo Cultural. **Concluído** em Lomé, a 3 de novembro de 1972. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 30, de 30 de julho de 1973.

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica. **Concluído** em Lomé, a 3 de novembro de 1972. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 30, de 30 de junho de 1973.

## União Soviética

Acordo sobre Transportes Marítimos. **Concluído** em Moscou, a 20 de outubro de 1972. **Promulgado** pelo Decreto n.º 72.676, de 22 de agosto de 1973.

## Venezuela

Convênio Básico de Cooperação Técnica. **Concluído** em Santa Elena de Uiarén, a 20 de fevereiro de 1973. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 53, de 11 de setembro.

## Zaire

Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural. **Concluído** em Kinshasa, a 9 de novembro de 1972. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 41, de 22 de agosto de 1973.

Acordo de Cooperação Técnica e Científica. **Concluído** em Brasília, a 28 de fevereiro de 1973. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 33, de 8 de agosto.

Acordo de Cooperação Cultural. **Concluído** em Brasília, a 28 de fevereiro de 1973. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 33, de 8 de agosto.

Acordo Comercial. **Concluído** em Brasília, a 28 de fevereiro de 1973. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 39, de 22 de agosto.

Protocolo para o Estabelecimento de Serviços Aéreos. **Concluído** em Brasília, a 28 de fevereiro de 1973 (Diário Oficial de 28 de março de 1973).

II — MULTILATERAIS

Terceiro Protocolo Adicional Ampliatório do Setor Industrial ao Acordo de Complementação n.º 15 sobre Produtos da Indústria Químico-Farmacêutica (ALALC). Montevidéu, 5 de dezembro de 1972. **Promulgado** pelo Decreto n.º 72.197, de 9 de maio de 1973. **Publicado** no Diário Oficial de 11 de maio.

Quarto Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação n.º 15 sobre Produtos da Indústria Químico-Farmacêutica (ALALC). Montevidéu, 5 de dezembro de 1972. **Promulgado** pelo Decreto n.º 72.198, de 9 de maio de 1973. **Publicado** no Diário Oficial de 11 de maio.

Primeiro Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação n.º 18, sobre Produtos da Indústria Fotográfica (ALALC). Montevidéu, 8 de dezembro de 1972. **Promulgado** pelo Decreto n.º 72.202, de 9 de maio. **Publicado** no Diário Oficial de 11 de maio.

Segundo Protocolo Adicional Modificatório do Acordo de Complementação n.º 18 sobre Produtos da Indústria Fotográfica (ALALC). Montevidéu, 8 de dezembro de 1972. **Promulgado** pelo Decreto n.º 72.203, de 9 de maio de 1973. **Publicado** no Diário Oficial de 11 de maio.

Convênio Internacional do Café de 1968, **prorrogado**. Londres, 14 de abril de 1973. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 55,

de 13 de setembro. **Aceitação** do Brasil comunicada através da Nota n.º 172, de 20 de setembro ao Secretariado Geral da ONU.

Convenção sobre as Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Lícitas dos Bens Culturais. Paris, 14 de novembro de 1970. **Aprovada** pelo Decreto Legislativo n.º 71, de 28 de novembro de 1972. **Instrumento de Ratificação** depositado junto à UNESCO, em 16 de janeiro de 1973. **Promulgada** pelo Decreto n.º 72.312, de 31 de maio. **Publicado** no Diário Ofiical de 1.º de junho.

Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas. Viena, 21 de fevereiro de 1971. **Aprovada** pelo Decreto Legislativo n.º 90, de 5 de dezembro de 1972. **Instrumento de Ratificação** depositado na ONU, em 14 de fevereiro.

Protocolo de Emendas à Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961. Genebra, 25 de março de 1972. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 88, de 5 de dezembro de 1972. **Instrumento de Ratificação** depositado na ONU, em 16 de maio de 1973.

Acordo sobre Salvamento e Devolução dos Astronautas e Restituição dos Objetos Lançados ao Espaço Cósmico. Londres, Washington e Moscou, 22 de abril de 1968. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 80, de 4 de dezembro de 1972. **Instrumento de Ratificação** depositado em Londres, Washington e Moscou, a 27 de fevereiro de 1973. **Promulgado** pelo Decreto n.º 71.989, de 26 de março. **Publicado** no Diário Oficial de 27 de março.

Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais. Londres, Washington e Moscou, 29 de março de 1972. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 77, de 1.º de dezembro. **Instrumento de Ratificação** depositado em Londres, Washington e Moscou, a 9 de março de

1973. **Promulgada** pelo Decreto n.º 71.981, de 22 de março. **Publicado** no Diário Oficial de 23 de março.

Protocolo relativo às Negociações Comerciais entre os Países em Desenvolvimento (GATT). Genebra, 8 de dezembro de 1971. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 42, de 30 de junho de 1972. **Aceitação do Brasil** comunicada através da Nota n.º 21, de 21 de julho ao Secretariado do GATT. **Promulgado** pelo Decreto n.º 72.573, de 2 de agosto de 1973. **Publicado** no Diário Oficial de 3 de agosto.

Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Estocagem de Armas Bacteriológicas (Biológicas) e à Base de Toxinas e sua Destruição. Londres, Washington e Moscou, 10 de abril de 1972. **Aprovada** pelo Decreto Legislativo n.º 89, de 5 de dezembro de 1972. **Instrumento de Ratificação** depositado em Londres, Washington e Moscou, a 27 de fevereiro.

Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil. Montreal, 23 de setembro de 1971. **Aprovada** pelo Decreto Legislativo n.º 33, de 15 de junho de 1972. **Instrumento de Ratificação** depositado em Londres, Washington e Moscou, a 24 de abril. **Promulgada** pelo Decreto n.º 72.383, de 20 de junho de 1973. **Publicado** no Diário Oficial de 22 de junho.

Emendas à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar. Londres, 12 de outubro de 1971. **Aprovadas** pelo Decreto Legislativo n.º 85, de 5 de dezembro de 1972. **Instrumento de Aceitação** depositado junto à IMCO, em 28 de fevereiro de 1973.

Instrumento de Emenda à Constituição da OIT. Genebra, 22 de junho de 1972. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 65, de 18 de outubro de 1973.

Acordo relativo às Encomendas Postais. Tóquio, 14 de novembro de 1969. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 88, de 27

de novembro de 1971. **Instrumento de Ratificação** depositado em Berna, a 19 de janeiro de 1972. **Promulgado** pelo Decreto n.º 72.477, de 16 de julho de 1973. **Publicado** no Diário Oficial de 30 de agosto.

Regulamento Geral da União Postal Universal. Tóquio, 14 de novembro de 1969. **Aprovado** pelo Decreto Legislativo n.º 84, de 5 de dezembro de 1972. **Instrumento de Ratificação** depositado em Berna, a 21 de fevereiro de 1973. **Promulgado** pelo Decreto n.º 72.477, de 16 de julho de 1973. **Publicado** no Diário Oficial de 30 de agosto.

# ADMINISTRAÇÃO

## ORÇAMENTO

Dando prosseguimento aos esforços iniciados nos anos anteriores, com vistas à racionalização e modernização de suas atividades específicas, o Itamaraty adotou as seguintes medidas:

a) abertura, no Banco do Brasil em Nova York, de uma conta **suprimento,** com a finalidade de processar com velocidade e eficiência os pagamentos relativos a despesas com ajuda de custo, diárias, auxílio-transporte, etc.;

b) simplificação do sistema de prestação de contas pelas Missões diplomáticas e Repartições consulares no exterior dos suprimentos a elas concedidos pelo Escritório do Conselheiro Financeiro;

c) atribuição aos Chefes de Missões diplomáticas ou Repartições consulares, do poder de admitir Auxiliares Administrativos ou de conceder-lhes aumentos salariais, dentro das disponibilidades da dotação Manutenção de Chancelaria.

Acrescentem-se, igualmente, as providências tomadas no processo de reativação da Fundação Visconde de Cabo Frio.

O setor competente teve a sua denominação modificada de Divisão do Orçamento para Divisão de Orçamento e Programação Financeira.

PESSOAL

Em 11 de agosto de 1972, pela Portaria n.º 348, foi reestruturado o setor competente, de conformidade com o decreto que instituiu o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC).

Com o novo Regimento Interno da Secretaria de Estado (RISE), baixado pela Portaria n.º 357, de 15 de março de 1973, passou o Setor de Pessoal a ter sua atual estrutura definitiva, e com competência para atuar como órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal.

No concernente à movimentação, foi aprovada pela Comissão de Coordenação a fixação da lotação numérica dos funcionários da Carreira Diplomática nos Departamentos da Secretaria de Estado e em cada um dos postos no exterior.

Quanto às questões relacionadas a provimento e vacância, organizou-se o registro de previsão das datas de aposentadoria compulsória dos funcionários do MRE e o processo de aposentadoria passou a ser encaminhado pelo Itamaraty diretamente ao Tribunal de Contas, sem a antiga intermediação do Ministério da Fazenda; procedeu-se à aplicação do Artigo 10 do Decreto-lei n.º 1.256, de 26 de janeiro de 1973, que dispõe sobre o reajustamento de proventos dos diplomatas aposentados (Portaria de 18 de maio de 1973).

O sistema de contagem de tempo de serviço sofreu alterações substantivas, com a entrada em vigor da Lei n.º 5.887, de 31

de maio de 1973, que autorizou o reconhecimento do período do curso do Instituto Rio-Branco (dois anos).

No que se refere à classificação de cargos, convém assinalar a reestruturação da Carreira de Diplomata, mediante a transposição e transformação dos cargos para a Nova Categoria Funcional D-31 (Decreto n.º 72.024, de 29 de janeiro). Com a aprovação deste Decreto, foi aplicada a Lei n.º 5.846, de 6 de dezembro de 1972, que fixou os novos limites de vencimentos estabelecidos para os funcionários da Categoria Funcional de Diplomata. Foram feitos, ainda, mapas de globalização da lotação numérica dos cargos do Grupo Diplomacia (Portaria n.º 358, de 15 de março), dos cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (Portaria n.º 363, de 12 de abril), dos cargos do Grupo Serviços Auxiliares (Portaria n.º 368, de 17 de setembro). Elaborou-se nova escala de funções gratificadas para a Secretaria de Estado, com inclusão de todas as funções criadas pelo Regimento Interno de 15 de março de 1973. No concernente à seleção e aperfeiçoamento, realizou-se concurso para provimento de cargos na categoria funcional de Oficial de Chancelaria (código SA-801), nível 5, mediante contrato com a Fundação Carlos Chagas para a elaboração e aplicação das provas. A correção das provas foi feita pelo Centro de Computação Eletrônica da Universidade do Estado de São Paulo. Foram aprovados nessa fase 400 candidatos que, com a eliminação prevista nas provas suplementares, deverão preencher 200 vagas.

Quanto aos pagamentos no Brasil, mecanizou-se o processamento do pagamento dos funcionários do Itamaraty em Brasília, através da automação, em virtude de contrato com o Serviço de Processamento de Dados (SERPRO). A partir de 1.º de janeiro de 1973, o pagamento dos aposentados do MRE passou da competência do Ministério da Fazenda para a do próprio Itamaraty. Autorizou-se à Divisão do Pessoal celebrar com a Fundação Visconde de Cabo Frio convênios que se destinem a estabelecer consignações em folhas de pagamentos dos funcionários do MRE (Portaria n.º 328, de 6 de outubro de 1971).

Instituiu-se o pagamento dos funcionários do Itamaraty, em Brasília, por meio de conta na Agência da Caixa Econômica Federal, inaugurada no Palácio Itamaraty em 1972. Ampliou-se a Tabela de Empregos na Secretaria de Estado pelo regime CLT (Portaria n.º 350, de 22 de setembro de 1972, com vigência a partir de 1.º de agosto de 1972) para um total de 506 servidores. Reajustaram-se os níveis de pagamento das diárias dos funcionários da Carreira de Diplomata no Brasil (Decreto n.º 72.534, de 26 de julho de 1973, complementado pela Portaria n.º 367, de 3 de setembro de 1973). Procedeu-se ao levantamento dos dados financeiros solicitados pelo Banco do Brasil para inclusão de todos os servidores do Itamaraty no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

De acordo com o Decreto n.º 71.733/73, que regulamentou a Lei n.º 5.809/72, estabeleceu-se um novo critério para o pagamento dos custos do transporte de bagagem dos servidores. Introduziu-se, dessa forma, um sistema em que cada categoria funcional dispõe de um teto de cubagem, dentro do qual as despesas correm por conta do Ministério.

O sistema inclui também o pagamento dos custos de embalagem e desembalagem dos bens, do prêmio do seguro e do custo de transporte de um automóvel.

O Decreto n.º 72.288/73 definiu a lista de postos onde os funcionário terão direito a **auxílio-educação** para filhos menores que estudem fora do posto. A medida objetiva propiciar formação intelectual isenta de condicionamentos ideológicos contrários ao interesse nacional dos filhos dos funcionários brasileiros.

PATRIMÔNIO

Devido à Portaria n.º 357, de 15 de março de 1973, que aprovou o novo Regimento Interno da Secretaria de Estado (RISE),

a Divisão do Patrimônio passou a funcionar com a seguinte estrutura:

1. Seção de Coordenação (SCM);

2. Serviço de Compras (SCA), que reúne:

    a) Setor de Controle (CO) e

    b) Almoxarifado Geral (AG);

3. Seção de Conservação do Patrimônio (SCP), que reúne:

    a) Setor de Obras (SO) e

    b) Setor de Próprios Nacionais;

4. Setor de Decoração e Padronização (SDP).

Na prática, antes mesmo da reestruturação em apreço, a Divisão do Patrimônio empreendeu modificações substanciais na sua atividade orgânica, através da instalação e implantação de uma Assessoria Técnica, composta de pessoal contratado, com alto nível de qualificação.

Como reflexo dos princípios que nortearam a política administrativa do último triênio, também a atividade da Divisão do Patrimônio, no âmbito externo, foi baseada num esforço de planejamento e na modernização de métodos e técnicas de trabalho. O aperfeiçoamento das infra-estruturas e a simplificação de práticas administrativas tornaram o labor das repartições brasileiras no estrangeiro mais racional e eficiente, diminuíram o grau de desperdício e possibilitaram melhor aproveitamento de tempo e energia.

Nesse campo são as seguintes as realizações mais importantes do triênio, que não apenas acarretaram benefícios e vantagens substanciais às repartições do Brasil no exterior, como

demonstraram que os critérios técnicos adotados pela Administração já comprovaram sua eficiência na prática. Assim cabe citar:

a) padronização de materiais de fabricação nacional fornecidos aos postos no exterior;

b) fornecimentos de veículos oficiais;

c) adoção de uma política imobiliária global.

O crescimento dos compromissos administrativos, por motivo da crescente complexidade de nossa ação externa, tornou insuficientes os meios de que dispúnhamos no setor imobiliário. Diante de tal situação, procurou-se, através de um exame detalhado do problema, lançar as bases de uma política imobiliária global para o Itamaraty, levando não só em conta os objetivos a curto e a longo prazo da diplomacia brasileira, mas ainda a realidade econômico-financeira. Dentro desse espírito, foram determinadas áreas de importância vital e preparadas escalas de prioridade.

Em conformidade, pois, com os interesses primordiais do Brasil, foram adquiridos imóveis em Tegucigalpa, Georgetown, La Paz, Assunção (missão cultural), Lima (demolição e reconstrução da sede; fase inicial), Nairóbi, Tóquio (apenas o terreno), e Paris; e ultimadas as construções das Chancelarias de Washington e Dacar.

Finalizando, ainda, cabe salientar os esforços bem sucedidos, tendo em vista substituir parte do material de consumo até então fornecido pela Casa Harrison, de Londres, por artigos nacionais, assim como as experiências pioneiras no campo da

decoração, pelo Setor de Decoração e Padronização (SDP), das Embaixadas e Consulados. Outrossim, a Seção de Conservação do Patrimônio (SCP), através da contratação de profissionais de alto nível técnico, pôde ampliar sua órbita de ação, procedendo inclusive a inspeções, vistorias e reformas indispensáveis em vários dos imóveis pertencentes ao Ministério das Relações Exteriores e localizados em diferentes pontos do mundo.

# COMUNICAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

O Departamento de Comunicações e Documentação (DCD) foi criado em princípios de 1973, como resposta do Ministério das Relações Exteriores ao premente problema da modernização do sistema de comunicações, guarda e recuperação da informação.

Desmembrado do Departamento de Administração, o Departamento de Comunicações e Documentação tem sob suas ordens a Divisão de Transmissões Internacionais, a Divisão de Sistematização da Informação, a Divisão de Documentação Diplomática, o Serviço Interno de Correspondência e a Seção Auxiliar de Controle, estes últimos, unidades administrativas também de criação recente.

Contando pela primeira vez com um órgão de alto nível, exclusivamente dedicado aos aspectos de comunicações e documentação, pôde o Ministério das Relações Exteriores avançar a largos passos, no decorrer de 1973, para a efetiva implementação da política e planos de reforma já delineados desde o início da atual gestão.

**Modernização e Racionalização**

A mudança do Itamaraty para Brasília representou a oportunidade de modernizar e racionalizar o sistema de comunicações. Junto a novas instalações, houve reformulação teórica de mé-

todos de ação, visando sobretudo à implantação de um sistema integrado de telex, auferindo-se, destarte, uma dupla vantagem: aumentou-se a rapidez e segurança da rede de comunicações e diminuíram-se os custos. O sistema integrado de telex veio, ademais, descentralizar o sistema, criando quatro grandes centros de retransmissão no exterior, ligados a Brasília por canais telegráficos privativos e permanentes.

Novos projetos executados em colaboração com a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) levaram o Ministério das Relações Exteriores a inserir-se no campo das telecomunicações através da mais adiantada tecnologia. Assim, atualmente, o Itamaraty já conta com um canal de voz por satélite (telefonia, **fac-simile** e telex) para se comunicar com suas missões nos Estados Unidos, e com sistema computadorizado de retransmissão de mensagens para atender aos postos na Europa, África e Oriente Próximo.

Como projeto em andamento, conta-se a extensão do sistema de transmissão de mensagens mediante a utilização de telecomputadores e pela instalação de pequenas unidades de telecomputação no próprio Itamaraty.

## Eficácia e Confiabilidade

A partir da transferência da Secretaria de Estado para Brasília, com a instalação definitiva do Ministério das Relações Exteriores em nova e moderna sede, aliada à enorme e recente expansão dos interesses do País no cenário internacional, que intensificaram sobremaneira o tráfego de comunicações do Governo com suas representações no exterior e vice-versa (300 mil unidades de correspondência em 1971), tornou-se imperiosa a necessidade de instalar uma eficaz rede de comunicações e um sistema confiável de guarda e recuperação de informações e documentação em geral.

Começou, então, o Departamento de Administração — responsável ainda pelas comunicações e documentação — a traçar as linhas mestras de uma política de renovação geral do sistema de comunicações entre a Secretaria de Estado e os postos no exterior, bem como de reestruturação das normas, rotinas e conceitos de arquivamento e recuperação da documentação do Ministério das Relações Exteriores.

Os trabalhos de planejamento e renovação setorial culminaram, em 1973, numa fase executiva final, tornada possível pela criação do Departamento de Comunicações e Documentação que, consolidando os planejamentos setoriais da área de comunicações, arquivo e documentação, até então subordinados ao Departamento de Administração, os está aperfeiçoando e tornando operativos.

O marco inicial das atividades de modernização foi o convênio assinado entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, no quadro global da Reforma Administrativa, que proporcionou ao Itamaraty os trabalhos de reforma.

O passo seguinte consistiu na assinatura de contrato com a CONSULPUC S/A, empresa de consultoria ligada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, para efetuar o diagnóstico da situação existente, relacionar as alternativas de solução dentro do marco de sofisticação tecnológica delineado, treinar pessoal, dar nova conceituação ao sistema de informações do Itamaraty e propor as melhores soluções, a partir das linhas mestras de reforma traçadas pelos Departamento de Comunicações e Documentação.

O trabalho, realizado através de exaustivos levantamentos de dados, entrevistas pessoais e acompanhamento das atividades da Secretaria de Estado, já se encontra em fase final de conceituação, estando para serem entregues o projeto definitivo, o cronograma de implantação e recomendações finais.

Foi também assinado contrato de prestação de serviços com o Battelle Institute, empresa de renome internacional no campo de sistemas de informação, para avaliação dos resultados do trabalho da consultoria técnica nacional. Esteve no Brasil por duas semanas o Dr. David M. Liston Jr., Chefe de Pesquisas do Battelle Institute.

## Transmissões Internacionais

O setor das transmissões internacionais é o que mais evoluiu na implantação da reforma, em 1973. Convênio setorial assinado com a Universidade de Brasília proporcionou, no início do ano, estudo minucioso das rotinas e métodos de trabalho, redundando numa racionalização de atividades que preparou o caminho para implementar os projetos de modernização. Ainda durante o ano de 1973 estendeu-se a rede telex do Itamaraty a quase todos os postos no exterior; entrou em funcionamento o sistema computadorizado de comutação telex com a Europa, através dos sistemas IRICON da Italcable italiana.

Já funciona, em caráter experimental, canal de fonia entre a Secretaria de Estado e a Missão junto à ONU, devendo no início do próximo ano serem inaugurados operacionalmente quatro novos canais telegráficos, canal de voz e **fac-simile** entre o Ministério das Relações Exteriores e os postos situados em Washington e Nova York.

## Sistematização da Informação

A sistematização da informação passou por completa reforma físico de suas instalações, com o intuito de racionalizar atividades e preparar a introdução de sistemas mecanizados e computadorizados de guarda e recuperação da informação, cujo planejamento se opera. Ministraram-se, também, cursos diversos de formação e aperfeiçoamento de pessoal, além de sessões

de dinâmica de grupo e relações humanas. O setor respectivo colaborou decididamente na formulação dos planos globais de reforma — que deverão entrar em funcionamento no próximo ano —, realizando levantamentos de fluxos, rotinas e unidades de documentos processados, com vistas à mecanização e automação da guarda de documentos e da recuperação da informação.

Prosseguiram os estudos para uma reforma em profundidade dos métodos de trabalho, visando à racionalização de suas rotinas, dentro das diretrizes traçadas pelo Decreto-Lei n.º 200, e objetivando três realizações: mudança e organização do acervo em Brasília; seleção e formação do pessoal recrutado, e planejamento da reforma, que deverá, no futuro, concretizar-se através da modernização do sistema de informação.

A modernização tecnológica do sistema de informação do Ministério visa a atender às exigências do seu crescimento global e adequar o crescente fluxo de informações e o seu processamento. A preocupação central reside em dois setores: primeiramente, introdução de novas técnicas e rotinas mecanizadas no processamento da informação com a redução ao mínimo da manipulação burocrática do expediente e o tempo utilizado nesse processamento; em segundo lugar, na guarda e na recuperação da informação, que se ressentem da inadequação às necessidades de um sistema informacional moderno. Em outras palavras, procurou-se conferir caráter de urgência à mecanização e automação de todo o sistema.

**Documentação Diplomática**

No setor da documentação diplomática, as atividades principais disseram respeito à atualização da Coleção de Atos Internacionais e dos relatórios anuais do Ministério, e aos trabalhos de recuperação do Arquivo Histórico, que já se encontram em adiantada fase de execução. Preocupou-se também o Itamaraty com a organização interna e a reestruturação dos serviços afetos àquele setor, em especial o relativo à Mapoteca e ao Serviço de Publicações.

# CERIMONIAL

## Visitas

As seguintes personalidades foram recepcionadas pelo Ministério das Relações Exteriores em 1973:

ALMOÇOS

Senhor L. J. Taylor, Diretor do Escritório de Política Especial de Importação do Canadá, 15 de janeiro.

Senhor V. S. van Heerden, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da África do Sul (despedida), 17 de janeiro.

Senhor Enrique Iglesias, Secretário Executivo da CEPAL, 19 de janeiro.

Senhor J. J. Mungai, Ministro da Agricultura de Tanzânia, 19 de janeiro.

Senhor Litho Moboti, Presidente da Société Générale d'Alimentation da República do Zaire, 25 de janeiro.

Grupo de visitantes de Portugal, 5 de fevereiro.

Jornalistas alemães, 6 de fevereiro.

Senhor L. O. Okunnu, Ministro de Obras Públicas e Assuntos Habitacionais da Nigéria, 6 de fevereiro.

Delegação italiana à Reunião de Consulta Marítima Brasil—Itália, 7 de fevereiro.

Missão do Ministério Federal da Cooperação Econômica, da República Federal da Alemanha, 13 de fevereiro.

Missão venezuelana sobre Mercado de Capitais, 15 de fevereiro.

Senhor Hamilton Shirley Amerasinghe, Embaixador do Sri Lanka, 15 de fevereiro.

Reverendíssimo D. Humberto Mozzoni, Núncio Apostólico (despedida), 22 de fevereiro.

Senhor Dr. Enrique Iglesias, Secretário Executivo da CEPAL, 13 de março.

Senhor Senador Carlos Saldivar e Engenheiro Enzo Debernardi, altas autoridades paraguaias, 14 de março.

Senhora Thérèse Houphouet-Boigny, primeira dama da Costa do Marfim, 17 de março.

Lord Ballantrae, 28 de março.

Em 23 de abril, também no Itamaraty, Sua Excelência o Senhor Presidente Garrastazu Médici ofereceu um almoço em comemoração ao Dia do Diplomata e aos formandos do Instituto Rio-Branco, e um coquetel por ocasião da imposição das insígnias da Ordem de Rio-Branco.

Senhor e Senhora William Manning Rountree, Embaixador dos Estados Unidos da América (despedida), 2 de maio.

Senhor Waren Baum, Vice-Presidente do Banco Mundial, 3 de maio.

Missão de técnicos alemães em promoção comercial, 10 de maio.

Senhor Ricardo Smith, jornalista guianense, 16 de maio.

Delegação de Barbados, 16 de maio.

Senhor Secretário Geral da UNCTAD, 24 de maio.

Senhor Embaixador Harald Malmgren, 25 de maio.

Senhor Vice-Ministro do Comércio Exterior da Hungria, 30 de maio.

Senhor Stanislaw Trepozinski, Presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas, 1.º de junho.

Senhor Governador de Caracas, 8 de junho.

Senhor Embaixador da Grã-Bretanha e Lady Hunt (despedida), 15 de junho.

Senhor Dr. Raul Nass, enviado especial da OEA, 18 de junho.

Delegação da Dinamarca às negociações de acordo sobre dupla tributação com o Brasil, 19 de junho.

Senhor Nicolas Philopoulos, Embaixador da Grécia (despedida), 22 de junho.

Tenente-Coronel Raul Pañaranda Ahumada, presidente das Comissões Bolivianas Demarcadoras de Limites, 25 de junho.

Senhor Embaixador Dieudenné Essienne, chefe da missão preparatória da visita do Ministro das Relações Exteriores da Costa do Marfim, 26 de junho.

Senhor Embaixador Gross Espiel, Secretário Geral do Organismo para Proscrição das Armas Nucleares na América Latina, 2 de julho.

Senhor e Senhora Shigeru Nakamura, Embaixador do Japão (despedida), 3 de julho.

Senhor Embaixador da Guiana e Senhora Evan Stanwell Anderson Drayton (despedida), 2 de agosto.

Conselheiro Sá Machado, da Embaixada de Portugal (despedida), 3 de agosto.

Senhor Kim Yong Shik, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Coréia, 6 de agosto.

Delegação japonesa, 10 de agosto.

Delegação uruguaia à CECLA, 21 de agosto.

Senhor Embaixador de Israel e Senhora Itzhak Harkavi (despedida), 27 de agosto.

Delegação norueguesa sobre transportes marítimos, 4 de setembro.

Delegados paraguaios à XXVII Conferência Ordinária da Comissão Mista de Limites e Caracterização de Fronteira, 14 de setembro.

Professor Seydou Madani Sy, Reitor da Universidade de Dacar, 18 de setembro.

Delegação uruguaia à Reunião Obrigatória de Comissão da Lagoa Mirim, 25 de setembro.

Senhor Embaixador de Gana e Senhora E. C. Quist-Therson (despedida), 2 de outubro.

Professor Gilberto Freyre e Senhora, 11 de outubro.

Senhor Adama N'Diaye, Secretário de Estado das Relações Exteriores do Senegal, 16 de outubro.

Senhor Embaixador da Alemanha e Senhora Karl Hermann Knoke (despedida), 18 de outubro.

Delegação da Espanha às negociações de acordo sobre dupla tributação com o Brasil, 23 de outubro.

Senhor Embaixador Dieter Kulitzka, 23 de outubro.

Grupo de técnicos que participaram do Seminário sobre Energia Elétrica para Países Africanos, 25 de outubro.

Delegação colombiana à 2.ª Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Colombiana de Cooperação Econômica e Técnica, 26 de outubro.

Senhor Raul Sapeña Pastor, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, 1.º de novembro.

Senhor Rubek Orlando Fernandez, jornalista uruguaio, 13 de novembro.

Senhor Jean-Louis Crémieux-Brillac, Diretor da **Documentation Française**, 13 de novembro.

Senhor Ministro para o Governo Local de Gana e Senhora Nathan A. Aferi, 14 de novembro.

JANTARES

Senhor Nguza Karl-I-Bond, Comissário de Estado Encarregado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional da República do Zaire, 27 de fevereiro.

Senhor Secretário Geral da Organização das Nações Unidas e Senhora Kurt Waldheim, 12 de março.

Sua Excelência o Senhor Presidente da República e Senhora Emílio Garrastazu Médici recepcionaram com um jantar no Palácio Itamaraty, a 25 de abril de 1973, Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai.

Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel e Senhora Abba Eban, 8 de agosto.

Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa do Marfim e Senhora Arsène Usher Assouan, 5 de novembro.

COQUETÉIS

Senhor José Curiel Rodriguez, Ministro de Obras Públicas da Venezuela, 25 de janeiro.

Participantes da reunião sobre bolsas de estudo, 27 de março.

Graduados do Instituto Rio-Branco e familiares, 23 de abril.

Jornalistas latino-americanos, 7 de novembro.

Delegação boliviana que veio a Brasília tratar com autoridades brasileiras sobre a venda do gás boliviano, 19 de novembro.

## Cartas Credenciais Acreditando Chefes de Missões Brasileiras

Senhor José Augusto Prestes de Macedo Soares — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Colômbia.

Senhor Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Canadá.

Senhor Wagner Pimenta Bueno — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Turquia.

Senhor Antonio Borges Leal Castello Branco Filho — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Vaticano.

Senhor Paulo Rio Branco Nabuco de Gouvêa — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Trinidad-e-Tobago.

Senhor Manuel Maria Fernández Alcázar — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em El Salvador.

Senhor José Jobim — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Marrocos.

Senhor Joaquim de Almeida Serra — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República da Coréia.

Senhor Geraldo de Heráclito Lima — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Nigéria.

Senhor Murillo Gurgel Valente — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Arábia Saudita.

Senhor Miguel Paulo José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Israel.

Senhor Milton Telles Ribeiro — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário nas Filipinas.

Senhor Geraldo de Heráclito Lima — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Daomé.

Senhor Frederico Carlos Carnaúba — Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Romênia.

Senhor Luiz Leivas Bastian Pinto — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Sudão.

Senhor Antonio Borges Leal Castello Branco Filho — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Senhor Carlos Pontes Ribeiro Eiras — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Coveite.

Senhor Carlos Calero Rodrigues — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Polônia.

Senhor Jorge de Sá Almeida — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Panamá.

Senhor Paulo Rio Branco Nabuco de Gouvêa — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Barbados.

Senhor Raul Henrique Castro e Silva de Vincenzi — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Bélgica.

Senhor Oziris de Oliveira Corrêa — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República Dominicana.

Senhor Carlos Jacyntho de Barros — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República Democrática Alemã.

Senhor Victor José Silveira — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República Árabe da Síria.

Senhor Antonio Carlos de Abreu e Silva — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Haiti.

Senhor Ayrton Gonzalez Gil Dieguez — Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Hungria.

Senhor Alarico Silveira Junior — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Equador.

Senhor José Oswaldo de Meira Penna — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Noruega.

**Cartas Revocatórias de Chefes de Missões Brasileiras**

Senhor Fernando Ramos de Alencar — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Colômbia.

Senhor Frank de Mendonça Moscoso — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Canadá.

Senhor José Augusto Prestes de Macedo Soares — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Turquia.

Senhor José Jobim — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Vaticano.

Senhora Dora de Alencar Vasconcellos — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Trinidad e Tobago.

Senhor Wagner Pimenta Bueno — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em El Salvador.

Senhor João Navarro da Costa — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Marrocos.

Senhor Milton Telles Ribeiro — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República da Coréia.

Senhor Paulo Rio Branco Nabuco de Gouvêa — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Nigéria.

Senhor Luiz Nogueira Porto — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Israel.

Senhora Zilah Mafra Peixoto — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário nas Filipinas.

Senhor Paulo Rio Branco Nabuco de Gouvêa — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Daomé.

Senhor Marcos Antonio de Salvo Coimbra — Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Romênia.

Senhor Arnaldo Vasconcellos — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Sudão.

Senhor José Jobim — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Senhor Roberto Luiz Assumpção de Araújo — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Síria.

Senhor Alfredo Teixeira Valladão — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Polônia.

Senhor Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Panamá.

Senhora Dora de Alencar Vasconcellos — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Barbados.

Senhor Antonio Borges Leal Castello Branco Filho — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Bélgica.

Senhor Jurandyr Carlos Barroso — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República Dominicana.

Senhor Antonio Mendes Vianna — Embaixador Extraordinário no Haiti.

Senhor Jorge de Sá Almeida — Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Hungria.

Senhor Vasco Mariz — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Equador.

Senhor Jayme de Souza Gomes — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Noruega.

**Missões Especiais**

Senhor Mario Gibson Alves Barboza — Carta de Plenos Poderes junto ao Governo do Quênia.

Senhor Filinto Müller — Chefe de Missão Especial à posse do Presidente Campora na Argentina.

Senhor Paulo Torres — Chefe de Missão Especial à posse do Presidente Perón, da Argentina.

Senhor Lauro Escorel Rodrigues de Moraes — Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial para representar o Brasil nos funerais do Rei Gustavo VI, da Suécia.

Senhor Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha — em Missão Especial para representar o Governo brasileiro nas Comemorações da Independência das Bahamas.

Senhor Professor Hervásio Guimarães de Carvalho — Delegado do Brasil na XVII Conferência Geral da Agência Internacional da Energia Atômica.

Senhor Egberto da Silva Mafra — Representante do Brasil junto à Feira Brasil-Export em Bruxelas.

## Credenciais e Revocatórias de Chefe de Missões Estrangeiras

### Coveite

Credencial do Senhor Abdulla Yacoub Bishara.

### Zâmbia

Credencial do Senhor Unia Gostel Nwuila.

### Itália

Credencial do Senhor Carlo Enrico Giglioli.
Revocatória do Senhor Ludovico Barattieri di San Pietro.

### Tailândia

Credencial do Senhor Arsh Bongrapu.
Revocatória do Senhor Manu Amatayakul.

### Marrocos

Credencial do Senhor Aissa Benchekroun.
Revocatória do Senhor Ahmed Benaboud.

**Sri Lanka**

Credencial do Senhor Hamilton Shirley Amerasinghe.
Revocatória do Senhor Annesley de Silva.

**Irã**

Credencial do Senhor Djamal Hatam.
Revocatória do Senhor Houssein Gholi Amir Aslam.

**Bolívia**

Credencial do Senhor Luiz Leigue Suarez.
Revocatória do Senhor Osvaldo Gutierrez Jimenez.

**República Dominicana**

Credencial do Senhor Franz Baehr Cabral.
Revocatória do Senhor Cirilo José Castellanos.

**Grécia**

Credencial do Senhor Aristoteles Hatzoudis.
Revocatória do Senhor Nicolas Philopoulos.

**Santa Sé**

Credencial do Senhor Carmelo Rocco.
Revocatória do Senhor Humberto Mozzoni.

**Estados Unidos da América**

Credencial do Senhor John Hugh Crimmins.
Revocatória do Senhor William M. Rountree.

**Sri Lanka**

Credencial do Senhor Hamilton Shirley Amerasinghe.
Revocatória do Senhor Annesley de Silva.

**Irã**

Credencial do Senhor Djamal Hatam.
Revocatória do Senhor Houssein Gholi Amir Aslam.

**Bolívia**

Credencial do Senhor Luiz Leigue Suarez.
Revocatória do Senhor Osvaldo Gutierrez Jiménez.

**República Dominicana**

Credencial do Senhor Franz Baehr Cabral.
Revocatória do Senhor Cirilo José Castellanos.

**Grécia**

Credencial do Senhor Aristoteles Hatzoudis.
Revocatória do Senhor Nicolas Philopoulos.

**Santa Sé**

Credencial do Senhor Carmelo Rocco.
Revocatória do Senhor Humberto Mozzoni.

**Estados Unidos da América**

Credencial do Senhor John Hugh Crimmins.
Revocatória do Senhor William M. Rountree.

# RELAÇÕES COM O CONGRESSO

MENSAGENS APROVADAS EM 1973
PELO SENADO FEDERAL

**Indicação de Embaixadores e Ministros Plenipotenciários**

N.º 36, de 10 de abril.

José Jobim — Embaixador no Reino do Marrocos.

N.º 51, de 10 de abril.

Dora Alencar de Vasconcellos — Embaixador no Domínio do Canadá.

N.º 64, de 9 de maio.

Frederico Carlos Carnaúba — Ministro Plenipotenciário na República Socialista da Romênia.

N.º 78, de 10 de maio.

Luiz Leivas Bastian Pinto — Embaixador na República do Sudão.

N.º 79, de 9 de maio.

Miguel Paulo José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco — Embaixador no Estado de Israel.

N.º 83, de 10 de maio.

Wagner Pimenta Bueno — Embaixador na República da Turquia.

N.º 84, de 10 de maio.

Paulo Rio Branco Nabuco de Gouvêa — Embaixador no Domínio de Trinidad e Tobago.

N.º 89, de 9 de maio.

Antonio Borges Leal Castello Branco Filho — Embaixador no Estado da Cidade do Vaticano.

N.º 119, de 25 de junho.

Geraldo de Heráclito Lima — Embaixador na Federação da Nigéria.

N.º 120, de 5 de junho.

Joaquim de Almeida Serra — Embaixador na República da Coréia.

N.º 121, de 5 de junho.

Manuel Maria Fernández Alcázar — Embaixador na República de El Salvador.

N.º 152, de 13 de junho.

Antonio Borges Leal Castello Branco Filho — Embaixador junto ao Estado da Cidade do Vaticano e Ordem Soberana e Militar de Malta.

N.º 159, de 12 de junho.

Milton Telles Ribeiro — Embaixador na República de Filipinas.

N.º 189, de 25 de junho.

Carlos Calero Rodriguez — Embaixador na República Popular da Polônia.

N.º 230, de 7 de agosto.

Murillo Gurgel Valente, Embaixador no Reino da Arábia Saudita.

N.º 236, de 9 de agosto.

Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha — Embaixador no Domínio do Canadá.

N.º 289, de 13 de setembro.

Victor José da Silveira — Embaixador na República Árabe da Síria.

N.º 341, de 18 de setembro.

Jorge de Sá Almeida — Embaixador na República do Panamá.

N.º 354, de 3 de dezembro.

Raul Henrique Castro e Silva de Vincenzi — Embaixador no Reino da Bélgica.

N.º 375, de 8 de novembro.

Osiris de Oliveira Corrêa — Embaixador na República Dominicana.

N.º 404, de 22 de novembro.

Paulo Rio Branco Nabuco de Gouvêa — Embaixador junto ao Governo de Barbados.

N.º 413, de 22 de novembro.

Antonio Carlos de Abreu e Silva — Embaixador na República do Haiti.

N.º 422, de 28 de novembro.

Ayrton Gonzalez Gil Dieguez — Ministro Plenipotenciário na República Popular da Hungria.

N.º 421, de 28 de novembro.

Carlos Jacyntho de Barros — Embaixador na República Democrática Alemã.

N.º 432, de 4 de dezembro.

José Oswaldo de Meira Penna — Embaixador no Reino da Noruega.

N.º 441, de 4 de dezembro.

Alarico da Silveira Junior — Embaixador na República do Equador.

# INSPETORIA-GERAL DE FINANÇAS

Durante o exercício de 1973, o Ministério das Relações Exteriores, em cumprimento ao disposto na legislação em vigor, empenhou-se na adoção de um regimento interno próprio para a sua Inspetoria-Geral de Finanças, a exemplo das demais Inspetorias-Gerais de Finanças, tendo elaborado um novo projeto destinado a estruturar e disciplinar as suas atividades. O projeto, que é adaptado às peculiaridades do Itamaraty, na forma prevista no Artigo 198 do Decreto-Lei n.º 200/67, estabelece uma estrutura bastante simplificada, que permitirá o funcionamento desse órgão com pessoal reduzido, sem prejuízo da sua eficiência.

As atividades de rotina sofreram, em 1973, um notável acréscimo, em virtude de novas disposições expedidas pela Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas da União. Assim, em obediência às instruções baixadas pela Resolução n.º 121/73 daquela Corte, o Ministério das Relações Exteriores passou a remeter-lhe, mensalmente, relatórios da execução orçamentária, acompanhados de balancetes e quadros demonstrativos. Outrossim, continuou a enviar, regularmente, ao Tribunal de Contas, relações trimestrais de todos os responsáveis por bens, valores e dinheiros públicos na

Secretaria de Estado e no exterior. Coube ainda à IGF auditar as tomadas de contas de todos os ordenadores de despesas do

Ministério, as quais, depois de aprovadas pelo Senhor Ministro de Estado, foram encaminhadas ao Tribunal de Contas da União para julgamento.

Foram igualmente remetidas à Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, as prestações de contas dos Superintendentes da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), referentes à execução das obras dos edifícios do Itamaraty em Brasília, com recursos fornecidos pelo mencionado Ministério.

O preparo dos balancetes financeiros, orçamentários e patrimonias mensais, destinados à Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, ocupou grande parte do setor competente do Itamaraty que manteve, durante todo o ano, a mais estreita colaboração com a IGF do Ministério da Fazenda, especialmente por ocasião do encerramento do balanço do exercício de 1972.

O Itamaraty participou regularmente das reuniões mensais da Comissão de Coordenação das Inspetorias-Gerais de Finanças (INGECOR), onde contribuiu na elaboração de normas destinadas à uniformização da execução orçamentária, e compareceu à sessão especial do Tribunal de Contas da União em que foram apreciadas e aprovadas as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1972.

O Ministério das Relações Exteriores manteve suas repartições no Exterior a par da dinâmica da administração financeira, da contabilidade e da auditoria públicas, comunicando-lhes as modificações introduzidas no decorrer do exercício e orientando-as sobre a movimentação de créditos orçamentários e adicionais e sobre o cumprimento de atos e resoluções do Tribunal de Contas da União, da Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda e da INGECOR.